

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ  
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR  
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO – PPGSeD**

**AMANDA COSTA PINHEIRO**

**RELIGIÃO E POLÍTICA: ANÁLISE DOS MANDATOS DE AGENTES  
RELIGIOSOS NO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO**

**CAMPO MOURÃO – PR  
2017**

**AMANDA COSTA PINHEIRO**

**RELIGIÃO E POLÍTICA: ANÁLISE DOS MANDATOS DE AGENTES  
RELIGIOSOS NO LEGISLATIVO MUNICIPAL DE CAMPO MOURÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

**Área de Concentração:** Sociedade e Desenvolvimento.

**Orientador:** Dr. Frank Antonio Mezzomo.

**Co-orientadora:** Dra. Cristina Satiê de Oliveira Pátaro.

**CAMPO MOURÃO – PR  
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P654r Pinheiro, Amanda Costa  
Religião e política: análise dos mandatos de agentes religiosos no  
legislativo municipal de Campo Mourão./ Amanda Costa Pinheiro.-  
Campo Mourão: Universidade Estadual do Paraná, 2017.  
110 f.

Orientador: Prof<sup>º</sup>. Dr.: Frank Antonio Mezzomo. Dissertação  
(mestrado) apresentada ao Programa de Pós-graduação Interciscipli-  
nar Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do  
Paraná, (Unespar) 2017.

1.Religião. 2.Política 3. Agentes religiosos.I. Universidade Estadual  
do Paraná. II. Título.

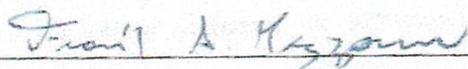
(23. ed.) CDD: 261.70981

Bibliotecária Responsável/ Dalva Oliveira Cabral - CRB 9/1656

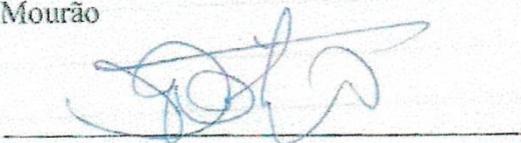
**AMANDA COSTA PINHEIRO**

**BANCA EXAMINADORA**

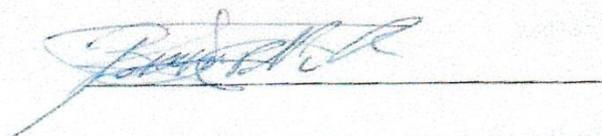
Prof. Dr. Frank Antonio Mezzomo (Orientador) – UNESPAR/ Campo Mourão

  
\_\_\_\_\_

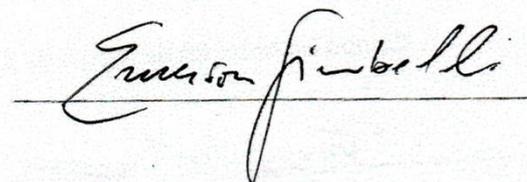
Prof. Dra. Cristina Satiê de Oliveira Pátaro (Co-Orientadora) - UNESPAR/ Campo Mourão

  
\_\_\_\_\_

Prof. Dr. Dario Paulo Barrera Rivera – UMESP/ São Paulo

  
\_\_\_\_\_

Prof. Dr. Emerson Giumbelli – UFRGS/ Porto Alegre

  
\_\_\_\_\_

Data de Aprovação

09/03/2017

Campo Mourão – PR

## **DEDICATÓRIA**

Ao meu esposo Luciano e minha filha Ana Luiza, presentes de Deus.

## AGRADECIMENTOS

Terminada essa jornada de pesquisa chega o momento de agradecer. Muitos foram os responsáveis por esta conquista. Em primeiro lugar agradeço a Deus pela permissão e proteção durante todas as fases passadas nestes dois anos de estudo.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento e ao corpo docente por promoverem tantos momentos reflexivos, à secretaria pela atenção dada ao corpo discente.

Ao meu orientador Professor Frank Antonio Mezzomo e minha co-orientadora Professora Cristina Satiê de Oliveira Pátaro por acreditarem que eu seria capaz de desenvolver esta pesquisa e pelas inúmeras correções que proporcionaram meu crescimento enquanto pesquisadora.

Ao grupo de pesquisa Cultura e Relações de Poder pela imensa colaboração com minha pesquisa, nos diversos momentos, desde a tabulação dos dados, a discussão dos textos, principalmente a amizade que brotou desta relação acadêmica. Foi muito bom dividir este tempo com vocês.

Ao Instituto Federal do Paraná pelo apoio dado para qualificação de seus servidores, em especial a equipe da Seção Pedagógica e de Assuntos Estudantis que me encorajaram em todas as etapas e mantiveram solícitos a ajudarem nos períodos mais difíceis, vocês fizeram toda a diferença.

A banca de qualificação, Professor Emerson Giumbelli e Professora Vanda Serafim pela contribuição dada ao trabalho, foi uma honra tê-los nesta etapa tão importante da pesquisa. Aos membros da banca de defesa, Professor Emerson Giumbelli e Professor Dario Paulo Barrera Rivera, minha gratidão por aceitarem avaliar meu trabalho final e contribuir neste processo.

Aos amigos e amigas que acompanharam cada passo dessa jornada, com orações, mensagens de apoio e motivação e compreensão pela mudança na minha rotina, que gerou distanciamentos físicos, mas mostrou a força da nossa amizade.

A minha família por ser meu alicerce em todos os momentos, por compreender minhas ausências e meus dias de solidão. Se cheguei até aqui e posso comemorar mais esta vitória foi porque vocês não me deixaram desacreditar e estiveram ao meu lado em todos os momentos.

Muito obrigada!

## RESUMO

PINHEIRO, Amanda Costa. **Religião e política: análise dos mandatos de agentes religiosos no legislativo municipal de Campo Mourão**. 110f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2017.

**Resumo:** Esta pesquisa problematiza aspectos da inter-relação entre religião e política, a partir da análise dos mandatos dos vereadores evangélicos Edilson Martins (Assembleia de Deus) e Toninho Machado (Igreja Presbiteriana Renovada), do município de Campo Mourão. Durante o pleito eleitoral de 2012, os vereadores, agentes religiosos, manifestaram abertamente seu pertencimento religioso e receberam apoio de suas Igrejas e de outras denominações evangélicas. Diante disso, nosso objetivo consistiu em compreender como estes parlamentares definem suas prioridades no legislativo, além de pautar questões relativas ao campo religioso. Além dos materiais de campanha, exploramos as documentações produzidas pelos parlamentares entre os anos de 2013 e 2015, compostos por Projetos de Lei, Projetos de Resolução, Moções, Indicações e Requerimentos e notícias divulgadas nas mídias locais. Os resultados obtidos apontam que, dentre as proposições – mesmo que se sobressaia a característica de atender às demandas da população em geral – é possível identificar pautas específicas ao campo religioso, o que reforça as discussões acerca da presença de grupos evangélicos no espaço público, notadamente no universo da política institucional.

**Palavras-chave:** Religião, Política, Agentes religiosos.

## ABSTRACT

PINHEIRO, Amanda Costa. **Religion and politics: analysis of the religious agents mandates in the municipal legislature of Campo Mourão.** 110f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento. Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão. Campo Mourão, 2017.

**Abstract:** This research problematizes aspects of the interrelationship between religion and politics, starting from the analysis of three years mandates of the evangelical councilors Edilson Martins (Assembleia de Deus) and Toninho Machado (Igreja Presbiteriana Renovada), from Campo Mourão city. The councilors, considered religious agents, during the 2012 election campaign explicitly expressed their religious belonging and received support from their churches and other evangelical denominations. On this, our general objective was understanding how these parliamentarians schedule and define the priorities in the legislature, also setting questions regarding the religious field. Further to the campaign materials, we explored the documents produced by parliamentarians in the years 2013 to 2015, composed by Law Projects, Resolution Projects, Motions, Indications and Requirements and published news in the local media. The results obtained through the analysis of these materials point out that among the propositions - even exceeding the characteristic of meeting the populations demands in general - was possible to identify some specific guidelines related to religious field, which reinforces the discussions about the presence of evangelical groups in the public space, notably in the universe of institutional politics.

**Keywords:** Religion, Politics, Religious agents.

## LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1: Mesorregião Centro-Occidental do Paraná.....	30
Figura 2: Registro da candidatura de Edilson Martins em 2012.....	42
Figura 3: Pastores da Assembleia de Deus declarando apoio a Edilson Martins (material de campanha).....	43
Figura 4: Registro da candidatura de Toninho Machado em 2012.....	48
Figura 5: Trecho da carta de Toninho Machado à Igreja Presbiteriana Renovada.....	49
Figura 6: Meditação na carta de Toninho Machado à Igreja Presbiteriana Renovada.....	50
Figura 7: Localização das indicações para infraestrutura de Edilson Martins.....	60
Figura 8: Localização das indicações para infraestrutura de Toninho Machado.....	61
Figura 9: Localização das indicações para infraestrutura em coautoria de Edilson Martins e Toninho Machado.....	62
Figura 10: Comemoração do Dia do Evangélico e Marcha para Jesus de 2014.....	83
Figura 11: Comemoração do Dia do Evangélico e Marcha para Jesus de 2015.....	84
Figura 12: Audiência pública realizada na CMCM no dia 15 de junho de 2015.....	90
Quadro 1: Pertencimentos religiosos de Campo Mourão, Curitiba, Paraná e Brasil.....	35
Quadro 2: Pertencimentos por denominações evangélicas em Campo Mourão, Curitiba, Paraná e Brasil.....	35
Quadro 3: Tipo e quantidade das proposições apresentadas por Edilson Martins entre 2013 e 2015.....	45
Quadro 4: Proposições de Edilson Martins entre 2013 e 2015.....	46
Quadro 5: Tipo e quantidade das proposições de Toninho Machado entre 2013 e 2015.....	52
Quadro 6: Proposições de Toninho Machado entre 2013 e 2015.....	54
Quadro 7: Mudanças realizadas no Projeto de Lei 82/2015.....	90

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: População urbana e rural da Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná (1970-2010).....	32
Gráfico 2: População urbana e rural de Campo Mourão (1970-2010).....	34
Gráfico 3: Proposições de Edilson Martins entre 2013 e 2015.....	45
Gráfico 4: Total de proposições de Edilson Martins entre 2013 e 2015.....	46
Gráfico 5: Total de proposições de Edilson Martins por categoria entre 2013 e 2015.....	47
Gráfico 6: Proposições de Toninho Machado entre 2013 e 2015.....	53
Gráfico 7: Total de proposições de Toninho Machado entre 2013 e 2015.....	54
Gráfico 8: Total de proposições de Toninho Machado por categoria entre 2013 e 2015.....	55
Gráfico 9: Comparativo da quantidade de proposições apresentadas por Edilson Martins e Toninho Machado entre 2013 e 2015.....	56
Gráfico 10: Comparativo do percentual das proposições de Edilson Martins e Toninho Machado por categoria entre 2013 e 2015.....	58

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1: RELIGIÃO, ESPAÇO PÚBLICO E POLÍTICA.....</b>	<b>13</b>
1.1 Modernidade, secularização e laicidade.....	13
1.2 Religião e espaço público.....	20
1.3 Evangélicos e a política.....	23
<b>CAPÍTULO 2: OS AGENTES RELIGIOSOS, A CAMPANHA ELEITORAL E A ATUAÇÃO PARLAMENTAR (2013-2015).....</b>	<b>29</b>
2.1 Contextualizando o Município e o Poder Legislativo de Campo Mourão.....	29
2.2 Organizando o material empírico.....	36
2.3 Edilson Martins: o candidato, a campanha eleitoral e o apoio oficial da Igreja Assembleia de Deus.....	41
2.4 Toninho Machado: estratégia política da Igreja ao bairro.....	48
2.5 Considerações acerca das proposições apresentadas pelos agentes religiosos durante o mandato legislativo.....	55
<b>CAPÍTULO 3: PAUTAS RELIGIOSAS NO LEGISLATIVO MUNICIPAL: EVENTOS PÚBLICOS, DATAS COMEMORATIVAS E EDUCAÇÃO.....</b>	<b>69</b>
3.1 A religião em eventos públicos: expressões da cultura gospel.....	70
3.2 A religião no calendário civil municipal.....	76
3.3 A religião e as inserções no campo educacional: o Plano Municipal de Educação.....	85
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>98</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>101</b>

## INTRODUÇÃO

A religião está presente nas diversas esferas da vida social, seja por meio de organizações da sociedade civil, conselhos de políticas públicas, no turismo, na mídia, nos eventos de entretenimento, dentre outros, tornando-se um rico e variado campo de estudos nas Ciências Humanas. O Brasil tem experimentado algumas mudanças no campo religioso nas últimas décadas, demonstrado em parte pela filiação religiosa – a diminuição do número de católicos e o aumento dos evangélicos, sobretudo os pentecostais. Concomitante a este fenômeno tem-se tornado frequente a recorrência à religião durante o período de disputas eleitorais, sejam as majoritárias ou as proporcionais. Tendo em vista esta realidade vivenciada em vários municípios brasileiros, nos Estados e em nível nacional, nossa pesquisa procura discutir a relação entre religião e política, a partir do mandato de dois vereadores evangélicos, membros do Legislativo Municipal de Campo Mourão.

A presente pesquisa é desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão, e integra-se à linha de pesquisa Formação humana, processos socioculturais e instituições. Os estudos, aqui, buscam compreender as dinâmicas sociais e culturais estabelecidas nas relações dos sujeitos com as diversas esferas institucionais, tais como a escola, a família, a política e a religião. Neste sentido, problematiza as formas de sociabilidade e a constituição de identidades em suas variadas dimensões na contemporaneidade, enquanto aspectos relacionados à formação humana, constituída pelos processos socioculturais.

Esta pesquisa está vinculada a uma investigação mais ampla, ligada ao Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, que problematiza as articulações entre religião e política nas eleições e mandatos no legislativo municipal de Campo Mourão e na Assembleia Legislativa do Paraná<sup>1</sup>. A partir destas áreas de interesse e discussões realizadas nos últimos anos, definimos alguns objetivos norteadores de nossa pesquisa, conforme segue:

- Analisar proposições parlamentares produzidas por dois agentes religiosos eleitos em 2012, cujo mandato compreende os anos de 2013 a 2016;

---

<sup>1</sup> Trata-se das pesquisas intituladas: “Religião e Política: participação de agentes religiosos no legislativo municipal” e “Agentes religiosos na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná: articulações entre religião e política na campanha eleitoral”, coordenados pelo Prof. Dr. Frank Antonio Mezzomo, e que conta com apoio da Fundação Araucária e do CNPq. Mais informações sobre ações do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, acessar: [www.fecilcam.br/culturaepoder](http://www.fecilcam.br/culturaepoder).

- Investigar como estes agentes religiosos pautam e definem prioridades no decorrer de seus mandatos;
- Identificar e analisar as motivações e demandas religiosas apresentadas pelos agentes religiosos.

Com base em tais objetivos, buscamos responder à seguinte indagação: tendo como pressuposto que os vereadores analisados são evangélicos, utilizaram-se deste atributo em suas campanhas e receberam apoio de suas Igrejas, quais são suas prioridades enquanto parlamentares eleitos? Para responder a esta questão, analisamos os materiais de campanha de 2012 e entrevistas concedidas aos pesquisadores do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder durante o período eleitoral<sup>2</sup>, inserções/posições dos vereadores e depoimentos na imprensa local e outras fontes na internet, bem como os Projetos de Leis, Indicações, Moções, Projetos de Resolução e Requerimentos propostos durante os três primeiros anos de mandato (2013 a 2015) pelos parlamentares Edilson Martins, membro da Igreja Assembleia de Deus, e Toninho Machado, pertencente à Igreja Presbiterina Renovada. Os vereadores são denominados agentes religiosos, em razão de terem expressado abertamente seu vínculo com o campo religioso durante o período de campanha eleitoral, obtendo aproximações e manifestações de apoio de suas Igrejas e outras denominações religiosas evangélicas (ORO, 2004).

A presente pesquisa se configura como interdisciplinar, pois estabelece, com diferentes graus de proximidade, inter-relações com a história, sociologia e antropologia. Assim, o estabelecimento de diálogos com diferentes ciências pode fornecer elementos para compreender a complexidade presente na realidade estudada (ALVARENGA et al., 2011). Parte, ainda, de uma metodologia de caráter misto, já que se utiliza de abordagens quantitativas e qualitativas para realização da investigação. De acordo com Vasconcelos (2011), esta opção metodológica é adequada para o estudo dos fenômenos em sua complexidade, uma vez que é possível, por meio deste tipo de investigação, transpor algumas limitações produzidas pelas pesquisas estritamente quantitativas ou qualitativas.

Assim, a pesquisa interdisciplinar, que pode ser fundamentada na perspectiva da complexidade, está aberta ao risco e incertezas, mantendo uma postura investigativa autônoma, que caminha para além do movimento de disjunção, redução e abstração dos fenômenos (MORIN, 1991; RODRIGUES, 2006; SANTOS, 2010). Conforme aponta Floriani

---

<sup>2</sup> As entrevistas realizadas por pesquisadores do grupo de pesquisa Cultura e Relações de Poder tinham como objetivo identificar os laços políticos, estratégias de campanha e as representações religiosas durante a disputa eleitoral de 2012. Este material é parte do acervo do grupo.

(2000), a experiência interdisciplinar é decorrência do diálogo entre os saberes e exige do pesquisador um processo contínuo de reflexão que não se esgota em si mesmo.

A partir de tais compreensões teórico-metodológicas e com base nos objetivos dessa investigação, estruturamos a dissertação em três capítulos. No primeiro, intitulado “Religião, espaço público e política”, abordamos algumas noções de secularização e laicidade gestadas com e na modernidade. Após esta conceituação, discutimos aspectos do processo de laicização do Brasil, em que se denota que, mesmo com a separação jurídica entre a religião e Estado, a Igreja Católica manteve-se próxima e coexistindo com o Estado, diferente do tratamento dispensado a outras religiões, cuja realidade perdura, sobretudo, até final do século XX. Na sequência, trazemos exemplos da inserção da religião no espaço público, com intuito de demonstrar diferentes formas de sua atuação na vida social, articulada sobremaneira na esfera política, sobretudo a partir da inserção dos evangélicos no campo político ocorrido a partir da década de 1980.

O segundo capítulo, denominado “Os agentes religiosos, a campanha eleitoral e a atuação parlamentar”, discute aspectos da formação do município de Campo Mourão e seu Legislativo Municipal, e problematiza os três anos de mandato dos agentes religiosos Edilson Martins e Toninho Machado. Para tanto, partimos da campanha eleitoral, investigando os laços políticos e estratégias de ambos para, na sequência, analisarmos sua atuação legislativa. Nesta etapa, após quantificar as proposições produzidas pelos dois parlamentares, elaboramos nove categorias temáticas que permitiu exemplificar, por meio das proposições apresentadas na Câmara, as prioridades e a maneira de legislar destes agentes religiosos.

No terceiro capítulo, “Pautas religiosas no Legislativo Municipal: eventos públicos, datas comemorativas e educação”, buscamos identificar possíveis trânsitos, imbricações, e/ou motivações religiosas no desempenho dos vereadores, ou seja, como e em que medida o fato destes parlamentares evangélicos terem recebido apoio de suas Igrejas durante a campanha eleitoral exerce influência nas decisões e posicionamentos enquanto membros do Legislativo Municipal.

Por fim, ressaltamos que os resultados obtidos pela pesquisa, realizada no contexto de Campo Mourão, podem contribuir com as problematizações acerca da atuação de agentes religiosos na política e de que maneira tais atuações podem favorecer o fortalecimento da presença pública dos evangélicos no cenário brasileiro contemporâneo. Tais movimentos permitem novas reflexões das noções de secularização e laicidade, assim como da presença da religião no espaço público.

## CAPÍTULO 1

### RELIGIÃO, ESPAÇO PÚBLICO E POLÍTICA

Nas últimas décadas, principalmente a partir da década de 1990, a cada nova eleição que ocorre no Brasil, sejam majoritárias ou proporcionais, identifica-se a presença de candidatos a cargos eletivos que reivindicam e afirmam a sua condição de agentes ou líderes religiosos, sejam eles fiéis engajados, pastores, padres, pais-de-santo, e que, expõem abertamente estes vínculos religiosos com a instituição e inclusive recebem o apoio desta à sua candidatura, ou ainda, candidatos que não pertencem a nenhuma denominação religiosa e que se aproximam destas em busca de apoio, sobretudo no período eleitoral<sup>3</sup>.

Diante deste cenário e com vistas a introduzir a problemática estudada, neste capítulo, discutimos o espaço ocupado pela religião na contemporaneidade. Para tanto, apresentamos o contexto histórico da modernidade e do avanço do conhecimento científico, pois são fundamentais para o entendimento das noções de secularização e laicidade. Apoiados em algumas concepções teóricas desta temática, busca-se discutir a presença da religião no espaço público e a sua articulação com o campo da política, foco da nossa pesquisa.

#### **1.1 Modernidade, secularização e laicidade**

O advento da modernidade e a ascensão da ciência marcam uma mudança significativa na organização da sociedade e da vida humana, assim como a ideia de razão e dogma, da separação entre o público e o privado, e conseqüentemente do espaço ocupado pela religião na vida pública, particularmente na política partidária.

Segundo Giddens (1991), a modernidade surge na Europa no século XVII, alterando os costumes e estilos de vida das pessoas, influenciando posteriormente outras regiões e continentes. Para o autor, as transformações trazidas pela modernidade “são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes” (GIDDENS, 1991, p. 10). Isso decorre, sobretudo, da nova visão de mundo surgida na modernidade, que promove um rompimento com a tradição, com os costumes e com o pensamento dogmático de épocas anteriores, nas quais as explicações e soluções para os problemas sociais e individuais eram atribuídos ao “divino”. Na modernidade, por outro lado, a centralidade deixa de ser

---

<sup>3</sup> Sobre a atuação de Igrejas ou líderes religiosos nas campanhas eleitorais, pode-se consultar: Oro (2004); Oro e Carvalho Junior (2015); Mariano (2009); Dantas (2011); Tadvald (2015); Vital da Cunha e Lopes (2012).

Deus e passa a ser o homem, e as respostas para vida humana dependem apenas da sua própria vontade e reflexão.

Para Alvarenga et al. (2011), a crença exacerbada no poder do homem decorre do iluminismo no século XVIII e posteriormente do positivismo no final do século XIX, períodos em que, sobretudo no ocidente, acreditava-se que o método científico traria a solução para todos os males da humanidade, e que a verdade só poderia ser alcançada por meio da razão e da experiência, princípios fundamentais da ciência moderna.

Neste sentido, o homem se torna conhecedor da natureza e nela pode intervir, ou ainda prever e dominar. Essa seria, segundo Hervieu-Léger (2015), a primeira característica da modernidade: a sobreposição da racionalidade, em que os meios precisam ser adaptados visando alcançar a finalidade almejada pelo homem. Dessa forma, para explicação do mundo e dos “fenômenos naturais, sociais ou psíquicos, a racionalidade moderna exige que todas as afirmações explicativas respondam a critérios precisos do pensamento científico” (HERVIEU-LÉGER, 2015, p. 31).

Diante desta visão de mundo, o dogma e os critérios de autoridade, outrora dominantes para a explicação das aflições humanas e problemas sociais, perdem espaço para respostas que pudessem ser comprovadas cientificamente, gerando, igualmente, outra característica e consequência: a crença exacerbada na razão (MORIN, 2012).

Neste contexto, noções de secularização e laicidade são operacionalizadas para compreender uma proposta de civilização e cultura que busca estabelecer uma nova organização social fundamentada em valores seculares. No entanto, embora frutos da modernidade, tais noções não são sinônimas, pois se referem a processos sociais distintos (HERVIEU-LÉGER, 2015; SOFIATI, 2015; RANQUETAT JR, 2008).

A noção de secularização, se entendida pela perspectiva histórica, relaciona-se ao processo de desapropriação do comando e propriedades da Igreja Católica, ou seja, “ao lento e tormentoso processo de afirmação de uma jurisdição secular – isto é, laica, estatal – sobre amplos setores da vida social até então sobre o controle da Igreja” (MARRAMAIO, 1994, p. 19). Assim, a secularização enquanto fenômeno histórico-social se relaciona diretamente com a ascensão da modernidade e, neste sentido, os campos do direito, das artes, da cultura, educação, medicina, dentre outros, vão ganhando autonomia, não se baseando mais em crenças e valores religiosos. A visão de mundo e de homem na modernidade ocidental se torna dessacralizada, profana, ao contrário das sociedades tradicionais, que se baseavam em rituais mágicos relacionados ao sagrado (SOFIATI, 2015).

A secularização, portanto, foi compreendida como o “declínio dos conteúdos religiosos nas artes, na filosofia, na literatura e, sobretudo, na ascensão da ciência, como uma perspectiva autônoma e inteiramente secular, do mundo” (BERGER, 1985, p. 119). De acordo com Sofiati (2015, 2012), não se trata apenas de uma mudança sócio-estrutural, em que a religião perde influência, mas de um processo de secularização das mentalidades dos sujeitos que interpretam o mundo, não mais baseados em referências sagradas e sim por meio do exercício da racionalidade.

No entendimento de Mariano (2011), o conceito de secularização refere-se à diminuição da presença e também da influência exercida pelas organizações religiosas, bem como suas crenças e práticas diante as manifestações culturais, nas instituições jurídicas e na política. A secularização seria, assim, consequência dos preceitos da modernidade e da nova visão de mundo, referindo-se à perda de influência religiosa na vida pública, ou seja, as sociedades modernas não mais seriam regidas com base em valores religiosos, uma vez que a razão e a ciência seriam predominantes.

Reafirmando a presença da secularização, Pierucci (1997) considera que existe uma oscilação inerente à vida íntima das pessoas, as quais, em alguns momentos, aproximam-se e, em outros, afastam-se da religião. Desta maneira, “a secularização consistiria, assim, em momentos em que os limites do campo religioso (muitas vezes arbitrários, posto que sempre cambiantes) alternadamente se contraem e se expandem” (PIERUCCI, 1997, p. 111). Nesta perspectiva, o autor afirma que o campo religioso não se articula mais à esfera pública e, mesmo havendo esta oscilação, trata-se de um processo irreversível de arrefecimento. O surgimento de novas religiões disputando o mesmo espaço e tempo e trazendo para si novos indivíduos favorece o processo de dessacralização da cultura e rompimento com as raízes da religião tradicional, promovendo a movimentação individual e grupal para outras religiões, fato que, para o autor, contribui para a secularização (PIERUCCI, 1997).

Já a laicidade refere-se ao modelo de regime político em que o Estado mantém neutralidade no que diz respeito a questões religiosas. Essa neutralidade é estabelecida por meio de regulação política, jurídica e institucional que norteia as relações entre religião e política, Igreja e Estado, emergidos em diferentes contextos (MARIANO, 2011). Sendo assim, o conceito de laicidade,

Refere-se histórica e normativamente, à emancipação do Estado e do ensino público dos poderes eclesiásticos e de toda referência e legitimação religiosa, à neutralidade confessional das instituições políticas e estatais, à autonomia dos poderes político e religioso, à neutralidade do Estado em matéria

religiosa (ou a concessão de tratamento estatal isonômico às diferentes agremiações religiosas), à tolerância religiosa e às liberdades de consciência, de religião (incluindo a de escolher não ter religião) e de culto (MARIANO, 2011, p. 244).

No entanto, o autor afirma que, na prática, não existe neutralidade absoluta, uma vez que, mesmo o Estado não sendo confessional, tende a dispensar um tratamento desigual às diferentes religiões (MARIANO, 2006). Ademais, as compreensões acerca da noção de secularização e laicidade devem ser entendidas dentro da conjuntura histórica e social de cada Estado, pois não ocorrem de forma idêntica, uma vez que os contextos culturais, as circunstâncias sociais e o conjunto de características de determinado território possibilitam formas diferenciadas de laicidade e secularização (RANQUETAT JR, 2008; ORO, 2011).

Estas particularidades existentes em relação à forma com que diferentes territórios vivenciam a laicidade foram apontadas no estudo realizado por Oro em 27 países da Comunidade Econômica Europeia e 20 latino-americanos, incluindo o Brasil, demonstrando três modelos de organização diferentes, a saber: “países que mantêm um regime de separação Estado-Igreja; países que adotam o regime de separação entre religião e Estado com dispositivos particulares em relação a algumas religiões ou Igrejas; e países que adotam o regime de Igreja de Estados” (ORO, 2011, p. 221).

O processo de laicização do Estado no Brasil teve como marco o surgimento da República, que separou Estado e Igreja, oficializada pela primeira Constituição Republicana de 1891. A ruptura com a Igreja Católica e o fim do seu monopólio legal acontece no ensino público, nos registros civis, no casamento e nos cemitérios, que deixam de ser regidos pelo comando da Igreja Católica, passando a dispor de caráter civil e secular. Concomitantemente, houve a introjeção dos princípios da liberdade religiosa e da igualdade entre os diferentes segmentos, reconhecendo o pluralismo religioso (BEOZZO, 1984; LUSTOSA, 1991).

A Igreja Católica foi peça fundamental na definição do novo regime republicano no Brasil, e principalmente na relação entre Estado e religião, criando uma espécie de laicização à brasileira. A pressão exercida pela Igreja em busca da primazia do catolicismo na constituição da nacionalidade resultou na permissão do ensino religioso e na validade civil do casamento religioso no texto da Constituição de 1934. Da mesma forma, instituiu a possibilidade da colaboração entre Estado e religiões, interesse da Igreja Católica diante do contexto da década de 1930 (MONTERO; ALMEIDA, 2000; LUSTOSA, 1991). Isto é, se na primeira Constituição republicana de 1891 há um sinal de corte nas relações com a Igreja

Católica, na segunda Constituição, alguns “privilégios” são restabelecidos, evidenciando, uma vez mais, as tensas e intensas relações de poder entre as instituições.

Sobre essa questão, Montero e Almeida (2000) afirmam que o aparato legal da época visava garantir, em primeiro lugar, a laicização da vida civil, porém esta laicização não significou a perda da influência da Igreja Católica na vida social e política do Brasil, e sim o oposto, pois “uma vez preservado, constitucionalmente, o princípio da separação, o Estado se viu legitimado para propor os termos de uma colaboração com a Igreja Católica” (MONTERO; ALMEIDA, 2000, p. 327).

Diante deste contexto, na avaliação de Giumbelli (2008), o princípio da “liberdade religiosa” foi o que mais causou consequências no estabelecimento desta relação entre religião e Estado, pois tal preceito foi fundamental para que o aparato jurídico da época reconhecesse a existência das associações religiosas e suas ações legais sem restrição específica aos seus atos civis. Neste sentido, os textos jurídicos se referiam basicamente à liberdade religiosa, fato que originou a discussão sobre o que seria religião.

Essa discussão sobre o que seria considerado religião causou impacto diretamente aos espíritas e aos cultos afro-brasileiros, que a princípio foram criminalizados pelo Código Penal de 1980. As práticas espíritas sofreram acusações de exercício de prática médica por pessoas sem diploma e curandeirismo, fato que favoreceu também a acusação de charlatanismo (MAGGIE, 1992). Para que as práticas espíritas pudessem ser regulamentadas enquanto religião, o argumento da prática de caridade foi fundamental na defesa destas atividades, uma vez que seus adeptos não esperavam nenhum tipo de recompensa material (MONTERO, 2009).

Já os cultos afro-brasileiros tiveram maiores dificuldades em se enquadrar como religião, inclusive para obterem autorização de funcionamento dos terreiros em períodos mais recentes, como nas décadas de 1960 e 1970. Algumas dificuldades são sentidas até a atualidade, por não usufruírem dos mesmos direitos legais destinados às associações religiosas, como os relacionados aos tributos, à validação de casamentos realizados no candomblé, dentre outros. Tais impedimentos foram fruto da repressão do Estado e da não aceitação de suas atividades pela sociedade. O enquadramento religioso dos cultos afro-brasileiro ocorreu, sobretudo, por meio do viés da manifestação da cultura afro-brasileira (GIUMBELLI, 2008; MONTERO, 2009).

É importante frisar que as religiões afro-brasileiras foram alvo de perseguições e pressões exercidas pela Igreja Católica na primeira metade do século XX, associando o negro ao uso de estereótipos relacionados à infantilidade, ao atavismo, ao fetichismo, dentre outros,

ou seja, de uma população sem cultura, ligada à superstição e que precisava ser educada por meio dos trabalhos missionários da Igreja Católica (ISAIA, 2011). De forma semelhante, com a reconfiguração do campo religioso brasileiro, intensificada nas décadas de 1970 e 1980, as perseguições aos cultos afro-brasileiros e espíritas tiveram como protagonistas os evangélicos, mormente os neopentecostais (PRANDI, 2004; MEZZOMO, 2008)<sup>4</sup>.

Essa contextualização demonstra que a laicidade brasileira é permeada por disputas, lutas políticas e jurídicas que percorre toda a história do Brasil, em particular no período republicano. Daí que a conclusão feita por Oro parece correta, quando afirma que “a laicidade brasileira que propõe a separação Igreja e Estado precisa ser relativizada posto que ela não constitui um valor central da república” (ORO, 2011, p. 229). De acordo com alguns autores, isso acontece porque a Igreja Católica ocupou um lugar privilegiado no espaço público e não se afastou do poder político, mesmo com o surgimento da República, obtendo do Estado, em várias ocasiões, algum tipo de favorecimento em detrimento à discriminação dispensada a outras religiões, em especial as afro-brasileiras (MONTERO; ALMEIDA, 2000, BEOZZO, 1984).

No entendimento de Montero (2013), a separação entre a Igreja Católica e o Estado brasileiro acabou por favorecer a Igreja enquanto instituição, pois, se por um lado o regime de laicidade diminuiu a interferência religiosa na moral familiar e na educação e a distanciou do núcleo do poder, por outro, permitiu seu investimento e fortalecimento enquanto instituição atuante na sociedade civil. Conforme cita a autora, “retirando-se do Estado, a Igreja pode tornar-se uma força ativa na construção de sua contrapartida: a sociedade civil” (MONTERO, 2013, p. 23). Esta atuação na sociedade civil talvez tenha sido o motivo pelo qual a constituição da laicidade enquanto forma de regulação do religioso não conseguiu impedir a atuação política da Igreja Católica e suas expressões no espaço público (MONTERO, 2013).

Se essa questão acompanha boa parte das discussões até a década de 1970, o cenário desenvolvido na sequência, a partir da década de 1980, traz um novo componente sociocultural e político: trata-se do crescimento e inserção dos evangélicos na sociedade brasileira<sup>5</sup>. Assim, discussões sobre pluralismo religioso, secularização e laicidade vêm ganhando novos fôlegos no debate acadêmico.

---

<sup>4</sup> Na América Latina, o termo evangélico abrange as Igrejas cristãs oriundas da Reforma Protestante europeia do século XVI e de suas cisões e correntes posteriores. No Brasil, o termo designa, conjuntamente, as Igrejas protestantes históricas (Luterana, Presbiteriana, Congregacional, Anglicana, Metodista e Batista) e todas as pentecostais, destacando-se Congregação Cristã no Brasil, Assembleia de Deus, Evangelho Quadrangular, Deus é Amor e Universal do Reino de Deus (MARIANO, 2009, p. 113).

<sup>5</sup> A chegada e crescimento das Igrejas pentecostais endossaram as discussões sobre o campo religioso brasileiro. Embora com algumas dificuldades e imprecisões, é possível identificar, segundo Paul Freston (1994), a inserção

Na esfera deste debate, o entendimento de que a secularização tenha significado um declínio da presença da religião no espaço público não encontra unanimidade entre os estudiosos da religião. De acordo com Burity (2008), afirmar o declínio da religião na vida pública se torna arriscado, basicamente por três razões: primeiro, em virtude da secularização não se tratar de um processo uniforme e linear; segundo, porque uma pequena parcela do mundo poderia ser interpretada exatamente a partir das estruturas e dos fenômenos da modernização; e em terceiro lugar, pelo fato da secularização conviver simultaneamente com as práticas religiosas, reforçando ou rivalizando-se entre si. Uma das razões que impulsionam este debate consiste na emergência do pluralismo religioso, alterando o cenário público. Sobre isso, Mariano considera que:

A partir da estrondosa emergência de grupos religiosos na esfera pública *stricto sensu* e do crescimento vertiginoso de novos movimentos religiosos e de religiões mágicas e fundamentalistas em quase todas as regiões do planeta nas últimas décadas, a teoria da secularização – teoria colada à da modernização e até o fim dos anos 1960 hegemônica e praticamente incontestada nas Ciências Sociais – tornou-se objeto de acirrada controvérsia na sociologia da religião (MARIANO, 2011, p. 239).

Assim, secularização e laicidade, bem como sua plausibilidade diante do cenário contemporâneo, reascenderam a discussão, trazendo novos debates. Para Paula Montero, um dos desafios desta reflexão consiste no fato de que “o conceito de secular, entendido apenas como um regime que supõe a separação entre o aparato burocrático do Estado e o aparato eclesiástico, não é mais capaz de descrever as múltiplas relações entre pluralismos culturais e religiosos e as formas estatais” (MONTERO, 2013, p. 21). Ainda segundo a autora, em relação à laicidade do Estado, alguns exemplos atestam a prevalência do posicionamento religioso no campo do direito, seja sexual e reprodutivo, na esfera da família, dentre outros.

A discussão sobre a legalização do aborto e o casamento de pessoas do mesmo sexo são exemplos destes posicionamentos e interferências, os quais demonstram que, embora o quadro constitucional se identifique como laico, deixa espaço a interpretações contrárias ao

---

do pentecostalismo no Brasil a partir de três momentos, que o autor denomina como três ondas. A primeira delas se refere à fundação da Congregação Cristã (1910) e da Assembleia de Deus (1911) por pastores vindos dos Estados Unidos e tendo como características principais a glossolalia e o batismo no espírito santo. A segunda onda inicia em meados do século XX com a Igreja do Evangelho Quadrangular (1951), a Brasil para Cristo (1955) e a Deus é Amor (1962). Esta onda ficou caracterizada pelos rituais de cura e pela sua forma de organização institucional empresarial, também pelo seu ingresso na mídia, na política e pelo combate direcionado a religiosidade católica e as religiões mediúnicas. Por fim, a terceira onda, denominadas também neopentecostais nas décadas de 1970 e 1980 estão as Igrejas Sara Nossa Terra (1980), Renascer em Cristo (1986), Internacional da Graça de Deus (1980) e a Igreja Universal do Reino de Deus (1977). Segundo o autor nesta terceira onda prevalecem enquanto características a teologia da prosperidade, a guerra espiritual e o investimento massivo nas mais variadas mídias, na política e na expansão de fronteiras nacionais.

que dispõe a Lei, permeadas por “sensibilidade religiosa que no mais das vezes identifica os valores cristãos ao interesse público” (MONTERO, 2013, p. 25).

Sobre essas questões, Machado (2012) entende que as resistências a mudanças relacionadas ao aborto e à homossexualidade, lutas travadas pelos movimentos feministas e da comunidade gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTT), ocorrem devido à maioria dos evangélicos atuarem na Frente Parlamentar Evangélica e na Frente em Defesa da Vida, impedindo “qualquer iniciativa dos movimentos sociais que possibilite o desenvolvimento de uma moral sexual laica ou deslocada da moral cristã” (MACHADO, 2012, p. 38). Ou seja, a presença da religião no espaço público, e particularmente na esfera política, aponta que:

Tanto no catolicismo em sua época de monopólio, quanto o campo plural contemporâneo que ainda preserva relativo monopólio católico, por um lado e ação política coordenada dos pentecostais, por outro, demonstra que a religião não perdeu sua influência e continua atuante nas esferas sociais (SOFIATI, 2015, p. 335).

Esse contexto sugere que, mesmo diante da secularização, que em uma de suas definições destinava a religião ao espaço privado, motivações religiosas continuam exercendo influência no espaço público, fazendo inflexões e tencionando demandas junto ao Estado. Conforme afirma Novaes, “a dimensão religiosa tem resistido a se circunscrever à vida privada, ao foro íntimo, e hoje ganha outros fôlegos não previstos na grande narrativa que separou religião e política, o público e o privado, magia e religião” (NOVAES, 2012, p. 184).

Por este olhar, traremos algumas compreensões acerca da discussão da religião no espaço público e na política, um dos temas de fundo dessa pesquisa, já que procuramos compreender como reverberam as demandas religiosas nos mandatos dos dois agentes religiosos junto à Câmara Municipal de Vereadores de Campo Mourão.

## **1.2 Religião e espaço público**

Discorrer sobre religião e espaço público se torna complexo, haja vista que as fronteiras que cercam a definição de espaço ou esfera pública são pouco delimitadas, se tornando arriscado simplesmente contrapor à definição de esfera privada. Neste sentido, em consonância à proposta de Giumbelli (2014a), não pretendemos partir de uma definição desses conceitos, mas compreender algumas das diferentes maneiras de inserção da religião na sociedade, partindo do princípio que esta inserção é pública. Conforme afirma Novaes,

as demandas da sociedade atual não comportam hoje uma base única de representação cuja unidade poderia ser garantida por interesses comuns, corporativos ou de classe. Mudanças mundiais no mundo do trabalho (desemprego, flexibilização, terceirização, auto-emprego etc.) resultaram em descentralização das negociações. Neste “espaço público ampliado” evidenciam-se velhas e novas contradições, disputas entre variados atores, surgimento de novas demandas e de múltiplos centros de negociação de interesses. Com conteúdos, formatos, performances e rituais diversificados, indivíduos, grupos e instituições levam diferentes demandas ao espaço público onde são disputados recursos materiais e simbólicos (NOVAES, 2012, p. 185).

É neste contexto diversificado que a religião atua de diferentes maneiras, sendo que uma das modalidades consiste na sua inserção mediante programas de rádio e na televisão a partir do final da década de 1970. Este crescimento, em razão inclusive da chegada e expansão das Igrejas pentecostais no Brasil, levou para os canais da televisão as mensagens bíblicas, cultos, curas e testemunhos (CAMPOS, 2004; NOVAES, 2001).

No entanto, a presença da religião na mídia não se restringe aos pentecostais ou evangélicos como um todo, uma vez que a Igreja Católica de igual modo investiu nos meios de comunicação. Neste sentido, “as novas tecnologias de informação e comunicação também pesam na ampliação do espaço público no qual surgem inéditas maneiras de incidir” (NOVAES, 2012, p. 185).

Da mesma forma que a religião foi conquistando seu espaço na mídia, vem ganhando força nos espaços de entretenimento, o que se constata no surgimento de grupos musicais de cunho gospel, evangélicos e católicos, inseridos nas programações de eventos públicos. Para Cunha (2007), a expressão da cultura gospel assenta na junção de três componentes – música, consumo e entretenimento –, e como produto de mercado sacraliza elementos profanos, atesta o uso de tecnologia, da diversidade de gêneros musicais, da oportunidade de consumo e do lazer. Sobre isso, Montero afirma:

Ao invés de restringirem-se ao mundo da vida privada, as instituições religiosas penetram de maneira cada vez mais acintosa na indústria do entretenimento, tornando-se proprietárias de canais de televisão e de emissoras de rádio, alimentando o mercado musical e do turismo, e se movem com autonomia crescente no campo das políticas públicas, promovendo campanhas nos setores da educação, da saúde e do trabalho (MONTERO, 2009, p. 8).

Assim, a via do consumo, seguindo a lógica do mercado, é uma das maneiras pelas quais se expressa a presença da religião no espaço público. O investimento da indústria fonográfica em música evangélica, sobretudo a partir de 1990, contribuiu para este consumo

em outros espaços além dos cultos, proporcionando ainda o surgimento de algumas celebridades neste meio e impulsionando o crescimento do mercado da música gospel (PAULA, 2007).

De forma análoga, o investimento do turismo em peregrinações ou romarias, em eventos relacionados ao patrimônio histórico e festas religiosas confirma a presença pública da religião no turismo articulado a outros atores (SANCHIS, 2006; CAMURÇA; GIOVANNINI JR, 2003; ARAGÃO; MACEDO, 2011). Neste sentido, Steil e Carneiro entendem o contexto turístico e religioso como plurais, pois “nem sempre os seus contornos podem ser bem delineados, de forma que diferentes ‘olhares’ (turístico, religioso, cultural, étnico, esportivo) podem se entrelaçar nos processos de deslocamento e de construção das arenas turístico-religiosas” (STEIL; CARNEIRO, 2008, p. 108).

Para Giumbelli (2014b), o estudo da religião no espaço público pode ser pensado por meio da categoria “cultura”, no sentido de compreender como esta categoria, ainda que complexa, tem mediado as relações entre religião e espaços públicos. Ao relacionar o estudo da religião no espaço público a partir desta categoria, o autor se propõe a pesquisar processos e situações em que a cultura ganha sentido restrito e institucionalizado, ainda que não deixe de gerar consequências em relação à cultura de forma mais abrangente.

Assim, ainda de acordo com Giumbelli (2014b), diversas manifestações da religião no espaço público se relacionam diretamente à cultura como forma de institucionalizar suas práticas. No caso da Igreja Católica, percebe-se uma ligação mais direta com o turismo religioso, enquanto a música gospel ainda é predominante no meio evangélico e, as políticas culturais pensadas como meio de buscar o reconhecimento do universo afro-brasileiro. O autor frisa que essas três modalidades têm conseguido, em alguns casos, captar recursos públicos para sua atuação, seja na política recente do turismo – em que o elemento religioso se articula a outros possíveis –, em leis que reconhecem a música gospel como manifestação cultural – podendo desta forma pleitear recursos –, ou ainda em políticas integradas a ações de enfrentamento à “intolerância religiosa”. Ou seja, a partir do eixo da cultura, diferentes religiões têm adentrado o espaço público e se articulado às políticas públicas, inclusive angariando recursos financeiros.

Já no campo das políticas públicas, vale ressaltar que a religião também tem contribuído para implementação de algumas políticas, em grande parte relacionada a programas sociais, assim como na participação em conselhos temáticos e nas organizações da sociedade civil, seja por meio de associações, sindicatos e demais grupos organizados. Essa participação, segundo Burity (2008), ocorre em razão das associações religiosas comporem a

rede das organizações da sociedade civil em conjunto com outras entidades que atuam em defesa de questões voltadas aos direitos humanos, ao meio ambiente, raça, gênero, entre outras, em parceria com atores não religiosos. Esse movimento, segundo o autor, está relacionado ao contexto vivenciado a partir da década de 1990, quando se intensificou a organização de movimentos sociais e ações coletivas em rede, especialmente no que se refere a políticas de identidade, ações afirmativas e temáticas culturais que “compõem o quadro de uma contemporaneidade da qual a religião é parte inseparável” (BURITY, 2008, p. 88).

De forma semelhante, a religião também está presente no campo político, por meio de representantes eleitos, que trazem para a esfera pública e da política partidária seu *ethos* religioso nas mais diversas direções (BURITY, 2008; GIUMBELLI, 2012; RANQUETAT JR, 2012). Conforme apontamos anteriormente, a Igreja Católica exerceu proeminência na relação entre religião e política, porém este quadro começa a ser modificado com o ingresso dos evangélicos na política, conforme enfatizaremos na sequência.

### **1.3 Evangélicos e a política**

O ingresso dos evangélicos na política passa a se intensificar a partir da década de 1980, período em que se constata também o seu crescimento numérico no país, enquanto os católicos vivenciam um declínio no quantitativo de fiéis. A partir desta década, os evangélicos começam a modificar sua postura em relação à política, uma vez que até então a visão que se tinha era de que a mesma seria demoníaca e que os evangélicos não deveriam se envolver, sob o risco de se corromper e permanecer no pecado (FREESTON, 2003; MARIANO, 2009)<sup>6</sup>.

A partir de então, grandes Igrejas pentecostais deixam o silêncio e passam a se organizar de forma a defender seus interesses corporativos, ideais e valores religiosos, adotando como prática a busca de apoio dos fiéis a suas candidaturas e utilizando, em muitos casos, o lema de que “irmão vota em irmão” (MARIANO, 2009). Para Campos (2010), o discurso evangélico passou de uma visão influenciada pela modernidade, em que era necessário separar religião e política, para uma perspectiva na qual as fronteiras entre estes dois campos se interpenetram. Neste novo contexto, na década de 1980, foram enfatizadas afirmações em que os evangélicos deveriam conquistar o espaço político para Jesus, uma vez que apenas uma intervenção divina poderia salvar o Brasil da doença que acometia o país, e

---

<sup>6</sup> Enfatizamos nesta pesquisa, o ingresso e protagonismo dos evangélicos na política, porém, outros grupos religiosos também estão atuando de forma organizada no campo político brasileiro, como por exemplo, candidatos ligados à Igreja Católica, sobretudo, vinculados aos grupos da Renovação Católica Carismática como mostram as pesquisas realizadas por Procópio (2015; 2014), Miranda (2006), dentre outros.

seria por meio da atuação dos “homens de Deus” que isso se tornaria possível (CAMPOS, 2010).

Esta mudança de concepção e postura foi marcada com a Assembleia Constituinte de 1987, e pelo medo gerado – sobretudo pela cúpula eclesiástica da Assembleia de Deus – de que a Carta Magna viesse a restringir a liberdade religiosa e retomar a Igreja Católica como religião oficial do Estado. Dessa forma, a garantia de liberdade religiosa, o impedimento do retorno da Igreja Católica ao posto de religião oficial do Estado, a defesa da moralidade cristã e a oposição aos adversários religiosos e laicos serviriam de justificativa para a inserção e militância evangélica na política (MARIANO, 2009; CAMPOS, 2003).

Assim, o apoliticismo constatado até então foi substituído pela politização de algumas Igrejas evangélicas, que ingressaram na disputa política. O apoio dos governos militares por meio da valorização dos agentes públicos, a mística gerada pela Constituinte, de que seria o momento de reescrever o Brasil, e a consciência do seu crescimento numérico favoreceram a releitura da Bíblia por parte dos evangélicos. Nesta nova perspectiva, passaram a considerar como missão a sua inserção na política em prol da defesa da liberdade religiosa e da família, diante da ameaça trazida pelas comunicações de massa livres da censura após a ditadura militar (FREESTON, 1993). Sobre esta mudança, Pierucci considera,

Durante muito tempo sustentando suas crenças longe da arena política, pretendiam, agora, que seus pontos de vista religiosos, minoritários em um país de tradição católica e de reconhecido pluralismo confessional, tivesse sua normativa imposta, pela Constituição, a todos os brasileiros (PIERUCCI, 1996, p. 164).

Ainda segundo Pierucci (1996), o ativismo político dos grupos evangélicos não aconteceu de repente, pois desde 1982, quando ocorreram as primeiras eleições pluripartidárias no Brasil – e tendo por base algumas experiências ocorridas na cidade de São Paulo –, este grupo já apresentava sinais de que a atitude anteriormente adotada de não envolvimento com a política estava sendo trocada por uma mobilização em torno da candidatura para cargos eletivos, em especial para o legislativo.

Desta forma, foi-se constituindo o que posteriormente se denominou bancada evangélica que, na constituinte de 1987, contava com 33 parlamentares, sendo 18 deles evangélicos pentecostais, o que representava um grande salto em relação ao número de representantes, que na legislatura anterior contava apenas com 2 parlamentares. Essa força eleitoral acabou por chamar atenção de um número elevado de observadores, além de virar

notícia em vários jornais e despertar o interesse eleitoral de diversos candidatos e de partidos políticos de diferentes orientações ideológicas (PIERUCCI, 1996; FONSECA, 1998).

A atuação destes parlamentares, que se auto afirmavam representantes da maior parte da população, foi marcada por ações moralistas, de cunho conservador. Aliados em sua maioria com a direita, com o poder econômico e com o governo, passaram a pautar e defender a criminalização do aborto, posicionando-se inclusive, em alguns casos, em favor da retirada de exceções já previstas na atual legislação brasileira, como no caso do estupro e da gravidez de alto risco. De igual modo, a questão do homossexualismo passa a ser tratada por alguns parlamentares como desvio sexual (PIERUCCI, 1996). Vale ressaltar que pautas como esta integram ainda hoje as demandas de políticos religiosos, conforme discutiremos no terceiro capítulo desta pesquisa.

A partir de então, a inserção destes religiosos na política, contando inclusive com o apoio das Igrejas, tem alterado o cenário político brasileiro, de modo que não há como visualizar o campo político e a democracia no Brasil sem levar em conta a inserção dos evangélicos, principalmente os de denominações pentecostais, fato já aceito por grande parte da sociedade (FRESTON, 1994; BAPTISTA, 2009).

A cultura política brasileira favorece a naturalização desta inserção e o dinamismo político pentecostal. A cada nova eleição no país, o voto evangélico é disputado no executivo e legislativo, além de servir também de troca de interesses entre os políticos evangélicos e outros grupos políticos em relação à designação de recursos públicos de emendas parlamentares de evangélicos, políticas públicas atreladas a Igrejas e a mudanças legais que favoreçam as instituições evangélicas (MARIANO, 2009).

De acordo com Campos, “os políticos evangélicos, como outros políticos que os antecederam, descobriram as benesses do estar ao lado do poder ou da tranquilidade em estar no parlamento mais para defender os interesses de suas megaigrejas, das quais são os verdadeiros representantes” (CAMPOS, 2010, p. 175). Ainda segundo o autor, os evangélicos possuem uma grande dificuldade em romper com a cultura de corrupção dentro da política brasileira, que é exercida mesmo entre estes parlamentares.

Sobre essa questão, a literatura mostra que, em algumas ocasiões, ficou comprovado o envolvimento de evangélicos em casos de corrupção, e que este fato ocasionou a estes políticos evangélicos oscilações nas urnas (CAMPOS, 2013). Ainda assim, estes não deixam de ingressar na arena política e usar do cargo público para defender seus interesses e propor ações que visem garantir seus ideais valorativos e moralizantes, sobretudo em oposição a demandas que discordam de suas convicções religiosas (TADVALD, 2015).

A atuação da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), criada em 2003 e composta por deputados federais, senadores e ex-parlamentares colaboradores, é um exemplo concreto que muitas vezes as decisões políticas estão baseadas em seus valores morais. Algumas pautas atestam esta influência religiosa e/ou moralista, como no caso da mobilização e oposição ao kit de combate a homofobia proposto pelo Ministério da Educação em 2011, além de toda discussão acerca da legalização do aborto e dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, temas que conforme mencionamos, permanecem com poucos avanços no campo do direito em razão da intervenção, sobretudo, de políticos religiosos (TREVISAN, 2013; VITAL; LOPES, 2012; MACHADO, 2013; SOUZA, 2015)<sup>7</sup>.

No entanto, a relação entre os evangélicos e a política não é uma realidade apenas em nível federal. Alguns estudos trazem esta temática para as esferas municipais e estaduais brasileiras, sobretudo durante as campanhas eleitorais, demonstrando a trajetória política dos agentes religiosos, em grande parte evangélicos, e como cada denominação religiosa tem se organizado para lançar seus representantes nas disputas para o Legislativo e Executivo. Desta forma, é possível identificar o crescimento do número de candidatos que se auto afirmam religiosos nas disputas eleitorais, bem como a busca de apoio junto aos líderes e organizações religiosas (ORO; CARVALHO JUNIOR, 2015).

As entidades religiosas, por sua vez, se organizam de diferentes maneiras para garantirem êxito eleitoral de seus representantes na política. Algumas instituições mantêm uma tradição de lançar candidatos oficiais, geralmente respeitando a indicação da hierarquia. Dessa forma, as denominações que adotam o modelo de candidato oficial o fazem por meio da decisão da cúpula da Igreja, que se organiza utilizando seus templos e demais recursos, inclusive midiáticos, para concentrar neste candidato toda sua capacidade eleitoral (FREESTON, 1994; DANTAS, 2011; BAPTISTA, 2009).

Em relação à atuação dos agentes religiosos já eleitos, de maneira geral, a literatura mostra que algumas práticas são recorrentes entre estes políticos, marcadas pelo corporativismo, clientelismo e pelo assistencialismo (MACHADO, 2001; NOVAES, 2002). Segundo Machado (2003), embora a prática de assistencialismo na política não seja exclusivamente exercida pelos grupos religiosos, é certo que ocorre uma “forte associação

---

<sup>7</sup> Conforme aponta Souza (2015, p. 1276): apelando para as representações dominantes de gênero e para seus preceitos religiosos, os parlamentares da FPE, em sua maioria, têm sido fortes opositores a quaisquer Projetos de Lei que visem a ampliação dos direitos da população LGBT e dos direitos reprodutivos das mulheres, especialmente no que tange à descriminalização do aborto. Esses parlamentares têm sido também responsáveis pela elaboração e/ou defesa de projetos que obstaculizam avanços em relação aos direitos acima mencionados, bem como projetos que visam retroceder em relação a direitos já adquiridos.

entre assistencialismo e a visão de mundo religiosa dos políticos” (MACHADO, 2003, p. 285).

Quanto ao viés assistencialista, é possível identificar ações sendo realizadas por políticos evangélicos de forma direta ou por meio de mediações realizadas por eles ao poder público, especialmente relacionadas às políticas públicas de saúde e assistência social, ou a canais de emprego visando o atendimento da população mais vulnerável, em especial, a evangélica (SANTOS, 2008). Por meio de tais atividades, esperam o reconhecimento da população e seu retorno em forma de votos, uma vez que “as preocupações fundamentais destes parlamentares estariam voltadas para o ‘povo evangélico’, com os interesses de sua instituição, com a obtenção de garantias para o exercício de seus cultos e o combate às ‘medidas persecutórias’ propostas por seus adversários” (SANTOS, 2008, p. 206). Com isso, podemos perceber que tais comportamentos e práticas assistencialistas, valorativas e corporativas marcam a prática de alguns evangélicos inseridos na política brasileira. No entanto, não podemos afirmar que as pautas de políticos evangélicos são exclusivamente assistencialistas ou corporativas, conforme veremos no decorrer desta pesquisa, outras são as inserções destes parlamentares na política.

\*\*\*

Compreendemos que o advento da modernidade e a ascensão da ciência favoreceram o surgimento do conceito de secularização e com ele a ideia de que a religião teria cada vez menos influência nas esferas sociais. Já com a noção de laicidade, entendia-se a não interferência do Estado em questões religiosas. No entanto, embora a secularização e a laicidade sejam vivenciadas de diferentes maneiras, dependendo do contexto social, político e cultural de cada país, podemos perceber que a religião continua atuante no espaço público, ocupando diversos campos da vida social, inclusive na política.

No que concerne ao contexto brasileiro, a religião secularmente esteve presente no campo da política, tendo a princípio a presença hegemônica da Igreja Católica, religião oficial do Estado e que, mesmo após o processo da Constituição da República, obteve proeminência nas decisões políticas. Porém, a década de 1980 representou um marco no crescimento numérico dos evangélicos e seu ingresso na política partidária, trazendo uma nova configuração ao cenário brasileiro. A partir de então, pesquisas têm demonstrado que a participação política de evangélicos também tem promovido uma articulação entre os campos político e religioso, uma vez que suas ações e pautas, em muitas ocasiões, são permeadas por

motivações religiosas ou ainda visam defender interesses eclesiais, corporativos ou assistencialistas. Diante de tais considerações, acerca da participação política de evangélicos de forma mais abrangente, voltaremos nosso olhar no próximo capítulo para o contexto da nossa pesquisa, o município de Campo Mourão, sua Câmara Municipal de Veredores e a atuação dos agentes religiosos Edilson Martins e Toninho Machado no Legislativo Municipal.

## **CAPÍTULO 2**

### **OS AGENTES RELIGIOSOS, A CAMPANHA ELEITORAL E A ATUAÇÃO PARLAMENTAR (2013-2015)**

Esse capítulo tem como objetivo apresentar alguns elementos acerca da formação histórica do município de Campo Mourão e seu Legislativo Municipal, além de identificar e explorar os conteúdos das proposições apresentadas pelos agentes religiosos, Edilson Martins e Toninho Machado, no exercício de seus mandatos na Câmara Municipal. Como material empírico utilizamos as Indicações, Requerimentos, Moções, Projetos de Resolução e Projetos de Lei apresentados pelos agentes ao longo de 2013 e 2015. Fazemos uso, ainda, de informações disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral, material de campanha distribuído no período eleitoral, além de entrevistas realizadas com os vereadores em 2012, antes e após o pleito eleitoral.

#### **2.1 Contextualizando o município e o poder legislativo de Campo Mourão**

O município de Campo Mourão está localizado na região sul do Brasil e compõe a Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná, constituída por 25 municípios, conforme aponta a Figura 1. Tal mesorregião é formada por uma área de 1.191.893 ha, o que significa 5,96% da área total de todo o Estado (IPARDES, 2004), sendo que Campo Mourão integra a microrregião com mais 13 municípios, constituída por Araruna, Barbosa Ferraz, Corumbataí do Sul, Engenheiro Beltrão, Farol, Fênix, Iretama, Luiziana, Mamborê, Peabiru, Quinta do Sol, Roncador e Terra Boa. Os demais municípios da Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná pertencem à microrregião de Goioerê.

**Figura 1:** Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná

**Fonte:** Observatório das metrópoles, 2012 (Adaptado pela autora)

A região de Campo Mourão teve sua ocupação populacional intensificada a partir da década de 1940, confluindo duas frentes de ocupação territorial, sendo a primeira constituída por paulistas, mineiros e nordestinos oriundos da região norte do Paraná e que estiveram envolvidos, sobretudo, com a plantação de café; a segunda frente composta por sulistas, formados por gaúchos e catarinenses, cuja atividade econômica estava voltada para a agricultura colonial e pecuária suína (BERNARDES, 1952, 1953; MONBEIG, 1984; HESPANHOL, 1993).

O Governo do Estado do Paraná, em meados do século XX, incentivou a atração populacional por meio da implantação de colônias que eram também impulsionadas pelas companhias privadas de colonização e compostas por glebas que foram divididas em lotes rurais, a fim de se constituir lotes urbanos, que posteriormente deram origem aos municípios (YOKOO, 2013). O investimento maciço na política de imigração do Paraná aconteceu principalmente nos governos de Moyses Lupion (1947-1951) e Bento Munhoz da Rocha Neto (1951-1955), que tinham como objetivo intensificar a produção agrícola do Estado. Como

forma de alavancar este processo, foi criado o Serviço de Publicidade juntamente com a Divisão de Migração, que, utilizando-se de emissoras de rádio (23 no Paraná e 1 em Santa Catarina) e 15 jornais, distribuídos na capital e no interior do estado, divulgavam notícias do Paraná e a potencialidade de sua agricultura e pecuária. Por trás desse investimento estava a tentativa dos governos em selecionar os imigrantes. Assim, buscavam atrair indivíduos entendidos como saudáveis e interessados em trabalhar na agricultura em prol do progresso paranaense (MEZZOMO, 2002).

Inserido neste contexto, o município de Campo Mourão foi emancipado no dia 10 de outubro de 1947, após ser desmembrado de Pitanga, município do qual era distrito e que, por sua vez, havia sido desmembrado de Guarapuava (VEIGA, 1999). As primeiras eleições municipais foram realizadas em 16 de novembro de 1947, ocasião em que Campo Mourão contava com 728 eleitores cadastrados. Compareceram às urnas, para a eleição daquele ano, apenas 254 eleitores, dentre os quais 28 votaram em branco. Dessa forma, com cerca de 230 votos, Pedro Viriato de Souza, candidato único, foi eleito para o executivo municipal de Campo Mourão (SANTOS JÚNIOR, 2006).

Na mesma eleição, pelo Partido Social Democrático (PSD), foram eleitos para compor as 8 cadeiras da Câmara Municipal de Vereadores os candidatos: Porfírio Querino Pereira, Devete de Paula Xavier, Joaquim Teodoro de Oliveira, Augusto Mendes dos Santos, Waldemar Roth, Daniel Portella, Valdomiro Cilião de Araújo e Newton Ferreira Albuquerque. Assim, em 5 de dezembro do mesmo ano conclui-se o processo de instalação do município de Campo Mourão, com a posse dos vereadores eleitos e também a composição da primeira Câmara Municipal (SANTOS JÚNIOR, 2006). Desde sua formação, o número de vagas no legislativo sofreu algumas oscilações em virtude de alterações propostas pela casa legislativa, em consonância com o disposto pela Constituição Federal de 1988 e Emenda Constitucional n. 58/2013<sup>8</sup>.

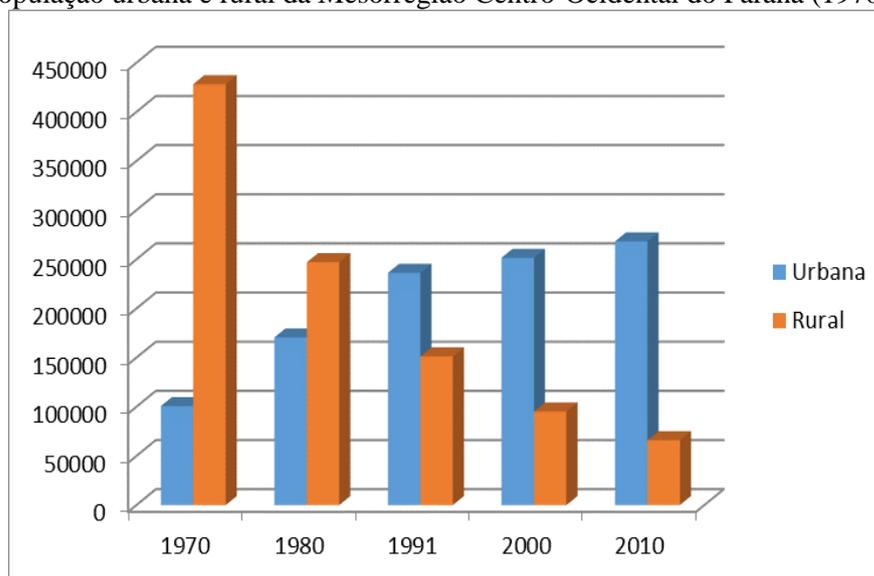
Atualmente, dos 25 municípios que compõem a Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná, 22 possuem uma população de até 20.000 habitantes, sendo em sua maioria com no máximo 14.000 moradores. No entanto, a região tem sofrido, segundo apontam os dados do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), um esvaziamento populacional iniciado ainda na

---

<sup>8</sup> No que se refere à alternância do número de vagas no legislativo municipal desde sua formação, temos na 2ª legislatura (1952-1955) já um acréscimo para 11 vagas; na 3ª (1956-1959), 4ª (1960-1963) e 5ª (1964-1968) legislaturas, diminui para 10 cadeiras; na 6ª (1969-1972), 7ª (1973-1976), 8ª (1977-1982) e 9ª (1983-1988) legislaturas, retorna a 11 vagas; a 10ª (1989-1992) legislatura dispõe de mais duas vagas, somando 13 cadeiras; na 11ª (1993-1996) e 12ª (1997-2000), há um acréscimo para 15 vagas. Já a 13ª (2001-2004) legislatura obteve o número mais elevado de vagas no legislativo municipal, somando 17 cadeiras, e na 14ª (2005-2008) e 15ª (2009-2012) legislaturas ocorreu uma diminuição considerável para 10 vagas. Em 2012 (2013-2016), para a 16ª legislatura, eleva-se novamente para 13 vagas (TRE, 2015).

década de 1970, já que nesse ano contava com 528.734 habitantes e em 2010 passou para 334.125, com acentuada queda na população rural, que passou de 428.104 para 65.957 em 2010, conforme aponta o Gráfico 1.

**Gráfico 1:** População urbana e rural da Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná (1970-2010)



Fonte: IBGE, 2010

Campo Mourão, apesar de ser um dos 4 municípios da região que obteve crescimento populacional neste período, apresentou um acréscimo inferior a 1% ao ano<sup>9</sup>. Segundo Moura e Kleinke (1999), esta é uma das características da rede urbana sulina constituída por espaços de concentração e esvaziamento da população. Neste sentido, num extremo se encontram municípios com elevado crescimento populacional, no outro, municípios com crescimento inferior a 1% ao ano. Destacamos que no Paraná entre os anos de 1980 e 1991, 76,2% dos municípios obtiveram crescimento inferior a 1% ao ano (MOURA; KLEINKE, 1999).

Segundo Hespanhol (1993), o esvaziamento populacional iniciado nos anos de 1970 na região de Campo Mourão, assim como ocorreu em outras regiões do Paraná, teve como principal fator a modernização da agricultura, ou seja, a substituição das explorações agrícolas tradicionais por técnicas modernas, maximamente voltada à produção de soja e trigo. Ainda segundo o autor, esta modernização trouxe algumas melhorias, inclusive para a zona rural, como energia elétrica e melhorias nas estradas, o que contribuiu para a “urbanização da sociedade rural” (HESPANHOL, 1993, p. 25).

<sup>9</sup> Os demais municípios que também obtiveram crescimento populacional inferior a 1%, foram: Araruna, Peabiru e Terra Boa.

A evasão da população rural e a posterior modernização da agricultura do Paraná tiveram como marco, também, a geada de 1975, pois a economia paranaense – até então estruturada com base no plantio de café, já abalado por geadas anteriores – teve, com a geada desse ano, seu maior prejuízo, obrigando os produtores de café a buscarem outras alternativas, como aceitar os financiamentos oferecidos pelo Governo para erradicação das lavouras de café. Isso fez com que muitos trabalhadores ficassem desempregados, pois a modernização da agricultura e o investimento em soja e trigo, ou ainda em pastagens, acarretaram na diminuição do trabalho braçal e conseqüentemente na expulsão do trabalhador rural do campo (SERRA, 1991). Todas estas mudanças na agricultura repercutiram na organização da sociedade paranaense, pois a nova forma de utilização do solo, a concentração de terra e a diminuição de empregos para os trabalhadores rurais, os obrigaram a migrar para centros urbanos maiores, diminuindo consideravelmente a população da Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná (MORO, 1998).

Segundo dados do IPARDES (2004), desde a década de 1970, Campo Mourão manteve-se como o município mais urbanizado da mesorregião. Durante a referida década, apenas 36% da população vivia na cidade, enquanto que em 2010 seu grau de urbanização atingiu 94,82% (IPARDES, 2016). Além de ser um município majoritariamente urbano, o alto nível de industrialização o faz ser considerado polo produtor de alimentos da região (SILVA, 2008).

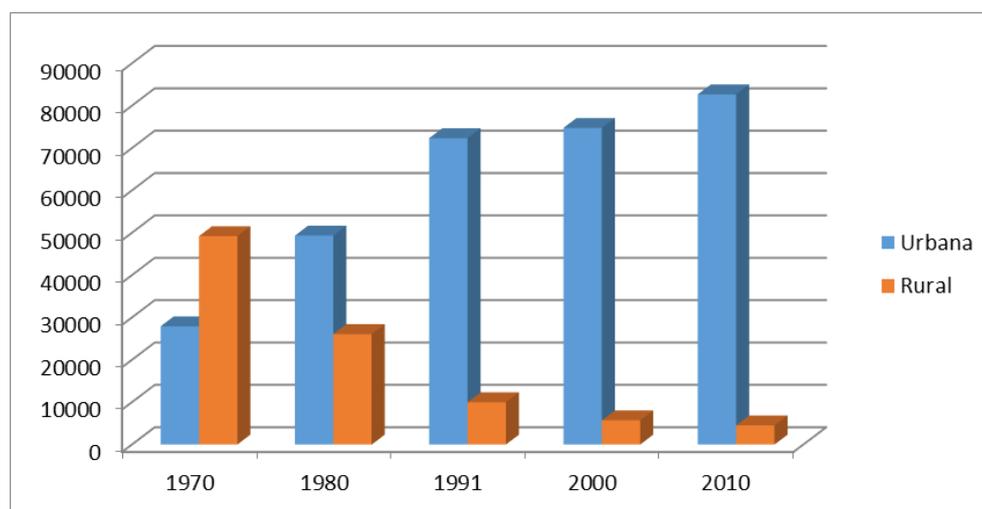
A forma com que se organizou a sociedade mourãoense – que em poucas décadas deixa de ser uma sociedade rural para se tornar um município primordialmente urbano, voltado à produção industrial de alimentos – leva a inferir que o poder público tenha como base política, desde o período correspondente a década de 1970 até hoje, a noção de desenvolvimento atrelada ao urbanismo e ao investimento na indústria. Ainda que esta concepção tenha se modificado ao longo deste período, é possível dizer que se tem priorizado políticas que visem o crescimento econômico como fator predominante para o desenvolvimento do município e da região<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> Importante frisar que esta visão acerca do desenvolvimento era predominante, mas começa a ser modificada, sobretudo a partir de 1970, período em que a noção de desenvolvimento deixa de ser apenas relacionada à economia, e as questões ambientais, sociais e humanas passam a modificar a noção de desenvolvimento. Assim, conceitos como desenvolvimento humano, social ou sustentável vão surgindo para embasar esta mudança (AMARO, 2004). O estudo de Carvalho e Nodari (2008) demonstra que houve duas fases de representação da noção de desenvolvimento associada à presença da mata/floresta nas cidades. Na primeira fase, até finais da década de 1970, o discurso era voltado à busca pela “civilização” e o verde era visto como algo caótico e descontrolado. Neste período, as cidades de Campo Mourão e Maringá sofreram elevado desflorestamento. Já no final dos anos de 1970, se inicia um novo discurso, ainda tímido, em prol a ecologização.

No Gráfico 2 demonstramos o quantitativo de habitantes na zona rural e urbana de Campo Mourão nas décadas de 1970 a 2010, sendo visível o aumento da população urbana e diminuição dos habitantes da zona rural ao longo destes anos. Com relação a dados atuais, Campo Mourão possui uma população estimada em pouco mais de noventa mil habitantes, sendo que cerca de 82.676 desta população residem na zona urbana e 4.518 na zona rural (IBGE-Cidades, 2016).

**Gráfico 2:** População urbana e rural de Campo Mourão (1970-2010)



Fonte: IBGE (2010)

Do total da população, 34,45% são idosos, menor índice da região, que corresponde a 39,16%, e maior que o Estado do Paraná, que equivale a 32,98% da população total. De acordo com a última pesquisa censitária a população em idade ativa soma 75.352 habitantes e cerca de 46.283 habitantes estão economicamente ativos. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) é de 0,757, o maior da mesorregião, que possui um índice médio de 0,70 e pouco maior que o índice do Paraná, correspondente a 0,749 (IPARDES, 2016)<sup>11</sup>.

Em relação aos dados referentes à religião, 69,4% da população de Campo Mourão se declaram católicos, num total de 60.513 habitantes, enquanto os evangélicos somam 20.720 habitantes, 23,8% da população total do município (IBGE-Cidades, 2010). No quadro abaixo, apresentamos o percentual de pertencimentos religiosos por habitantes, de acordo com as declarações fornecidas no último censo em Campo Mourão, Curitiba – a capital do estado –, no Paraná e no Brasil (IBGE, 2010).

<sup>11</sup> A média de 0,7 foi alcançada somando os índices dos outros 24 municípios que compõem a Mesorregião Centro-Occidental do Paraná e dividindo o valor total por 24. Destes 24 municípios, o menor IDH-M é o de Corumbataí do Sul, equivalente a 0,638 e o maior é de Goioerê com IDH-M de 0,731.

**Quadro 1:** Pertencimentos religiosos de Campo Mourão, Curitiba, Paraná e Brasil

Pertencimentos	Campo Mourão	Curitiba	Paraná	Brasil
<b>Católicos</b>	69,4%	62,1%	69,6%	64,6%
<b>Evangélicos</b>	23,8%	24,2%	22,2%	22,2%
<b>Espíritas</b>	0,8%	2,8%	1,04%	2,0%
<b>Sem Religião</b>	4,2%	6,8%	4,6%	8,0%
<b>Outros</b>	1,8%	4,1%	2,56%	3,2%

Fonte: IBGE-Cidades, 2010 (Produzido pela autora)

Os dados acima demonstram que a presença do pertencimento cristão é significativa em todos os contextos apresentados, mas neste universo, o número de evangélicos em Campo Mourão apresenta índice ligeiramente superior que o do Paraná e do Brasil, embora menor que o percentual de evangélicos de Curitiba. O quantitativo de evangélicos na Mesorregião Centro-Ocidental Paranaense, cuja população total é composta de aproximadamente 320 mil habitantes, corresponde a 58.645, ou seja, 18,3% da população total pertencem a Igrejas evangélicas (IBGE – Cidades, 2015). No próximo quadro, elencamos os percentuais de evangélicos distribuídos em 5 denominações religiosas, a saber: Igreja Congregação Cristã do Brasil, Assembleia de Deus (AD), Igreja Evangélica Presbiteriana, Igreja do Evangelho Quadrangular e Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). A escolha por tais denominações levou em consideração sua representatividade em Campo Mourão, pois são as religiões evangélicas com maior número de adeptos segundo os dados do último censo demográfico de 2010.

**Quadro 2:** Pertencimentos por denominações evangélicas em Campo Mourão, Curitiba, Paraná e Brasil

Denominação religiosa	Campo Mourão	Curitiba	Paraná	Brasil
Igreja Congregação Cristã do Brasil	17,8%	8,14%	11,6%	5,4%
Igreja Assembleia de Deus	15,7%	16,3%	20,2%	29,1%
Igreja Evangélica Presbiteriana	13,3%	1,8%	4,2%	2,2%
Igreja do Evangelho Quadrangular	10,4%	15,2%	8,4%	4,3%
Igreja Universal do Reino de Deus	2,2%	4,1%	3,2%	4,4%

Fonte: IBGE-Cidades, 2010 (Produzido pela autora)

De acordo com o IBGE, 60% dos evangélicos no Brasil pertencem a denominações de origem pentecostal. Destas denominações, a Assembleia de Deus (AD) é a Igreja que possui maior número de adeptos no Brasil (29,1%) enquanto que esta denominação em Campo Mourão corresponde a 15,7%. Chama atenção, ainda, o percentual de pessoas vinculadas à

Igreja Presbiteriana no município de Campo Mourão, representando 13,3% da população evangélica, superior aos outros espaços, dentre os quais o maior índice corresponde ao Estado do Paraná, com 4,2% da população<sup>12</sup>. Se somarmos as duas denominações – Assembleia de Deus e Presbiteriana – de Campo Mourão, constatamos que 29,0% dos evangélicos do município vinculam-se a uma destas duas denominações, das quais são membros os vereadores Edilson Martins e Toninho Machado, respectivamente, estudados por esta pesquisa.

No que tange ao contexto político, o município conta com duas zonas eleitorais (31<sup>a</sup> e 183<sup>a</sup>), uma delas abrangendo também os municípios de Farol e Luiziana, e a outra o município de Janiópolis. Em particular nas eleições de 2012, quando foram eleitos os vereadores, nossos agentes religiosos, Campo Mourão contava com um eleitorado de 64.967 pessoas<sup>13</sup>.

Em relação às eleições de 2012 – quando os vereadores Edilson Martins e Toninho Machado foram eleitos –, concorreram às 13 cadeiras do legislativo municipal um total de 161 candidatos (TRE, 2016). Deste total, identificamos dez pleiteantes ao legislativo que possuíam algum vínculo com o campo religioso, seja por meio de apoio recebido por instituição religiosa, exercício de atividade ou função vinculada a alguma denominação religiosa, como pastores, ministros, presbíteros e outros, ou ainda por aproximações com o campo religioso expressas em mensagens ou discursos utilizados por tais candidatos. Os dez candidatos pertencem às seguintes denominações religiosas: Assembleia de Deus, Igreja Presbiteriana Renovada, Igreja Adventista do Sétimo Dia, Igreja Só o Senhor é Deus, Igreja Universal do Reino de Deus e Igreja do Evangelho Quadrangular. Como se pode constatar, há certa diversidade de instituições religiosas atuando no cenário político de Campo Mourão, semelhante ao que ocorre no cenário nacional (MEZZOMO; PÁTARO; BONINI, 2014; MEZZOMO; PÁTARO; ONOFRE, 2014)<sup>14</sup>. Dos dez candidatos mencionados, dois deles são os agentes religiosos Edilson Martins e Toninho Machado, sujeitos da nossa pesquisa.

## 2.2 Organizando o material empírico

A análise das proposições de Edilson Martins e Toninho Machado foi realizada em duas etapas. A primeira tratou de organizar e tabular a empiria cotejada, referente aos Projetos

---

<sup>12</sup> Estes números seguiram as informações disponíveis no IBGE (2010). A pesquisa censitária não faz menção às variações da Igreja Presbiteriana (Renovada, Independente, etc.).

<sup>13</sup> Informações consultadas no site do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. Disponível em: <<http://www.tre-pr.jus.br/>>. Acesso em: 06 jul. 2016.

<sup>14</sup> Para maiores informações sobre outros agentes religiosos investigados por ocasião da campanha eleitoral de 2012, consultar: Mezzomo, Pátaro e Bonini (2014) e Mezzomo, Pátaro e Onofre (2014).

de Lei, Projetos de Resolução, Moções, Requerimentos e Indicações de autoria dos vereadores durante os três primeiros anos de seus mandatos (2013-2015), cuja documentação parlamentar foi requisitada junto à Câmara Municipal de Campo Mourão. Os materiais, em arquivos digitalizados, foram lidos e tabulados, sendo observadas as seguintes informações: número e data de protocolo, tipo e identificação de documento, autor principal, coautores, descrição do conteúdo, encaminhamentos/parecer e observações<sup>15</sup>. Com a tabulação realizada, foi possível ter uma visão panorâmica da atuação dos vereadores investigados, possibilitando a etapa seguinte da pesquisa que consistiu na análise quanti e qualitativa das proposições apresentadas pelos agentes religiosos durante os três primeiros anos do mandato.

As proposições são matérias apresentadas pelos vereadores e que são sujeitas à apreciação no Plenário da Câmara ou em suas comissões. De acordo com o Regimento Interno da Câmara Municipal de Campo Mourão, os Projetos de Lei visam regular matéria de competência do legislativo e necessita da sanção do executivo para tornar-se Lei Municipal. As Indicações consistem na solicitação de medidas de interesse público, cuja ação deliberativa é de competência do poder executivo ou ao envio de projetos, realização de atos administrativos ou de gestão. Já as Moções, em geral, se referem a manifestações políticas da Câmara de aprovação ou reprovação, podendo ser de aplausos, congratulações, pesar ou repúdio. Os Projetos de Resolução, por sua vez, possuem como objetivo regular matérias privativas de competência da Casa Legislativa, podendo ter caráter político, processual, legislativo ou administrativo. Por fim, os Requerimentos são proposições dirigidas à mesa ou ao presidente da Câmara cuja matéria é de competência da Câmara Municipal, podendo ser verbais ou escritos e em algumas ocasiões passam por votação<sup>16</sup>.

De acordo com Lopez (2004), de maneira geral, as Indicações são as proposições mais utilizadas pelo Legislativo Municipal. Por meio da Indicação, o vereador exerce solicitação formal de alguma ação ou providência ao Poder Executivo e, como não possui força de Lei, a mesma pode ser acatada ou não pelo Executivo. Em geral, as Indicações são utilizadas pelos vereadores para atender a solicitações da população, sendo que, conforme aponta Lopez,

é um dos recursos políticos que o Vereador utiliza para demonstrar a seu reduto eleitoral que está trabalhando por ele. Quando a indicação é atendida, o Vereador encaminha a proposição feita em plenária para pessoa ou as pessoas beneficiadas, a fim de atestar sua mediação em favor delas. Mesmo

---

<sup>15</sup> A tabulação dos dados teve a contribuição de outros pesquisadores e estudantes, membros do Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder, da Universidade Estadual do Paraná, Campus de Campo Mourão.

<sup>16</sup> Informações consultadas no Regimento Interno da Câmara Municipal de Campo Mourão. Disponível em: <<http://www.campomourao.pr.leg.br/>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

as indicações que não foram atendidas servem como instrumento de demonstração de interesse e empenho do Vereador em cuidar do interesse do demandante (LOPEZ, 2004, p. 159).

Constatação semelhante à supracitada por Lopez (2004) também foi verificada nos estudos produzidos por D'Avila Filho, Lima e Jorge (2014), a respeito das Indicações realizadas na Câmara Municipal do Rio de Janeiro entre os anos 2001-2004. O resultado desta pesquisa reafirma que os vereadores tendem a fazer uso das Indicações de forma que sua solicitação seja realizada pelo Executivo e entregue à população ainda na vigência de seu mandato, além de significar uma forma de demonstração da atuação do vereador em relação às carências identificadas por ele ou pela população e, por fim, servem como “instrumento de costura política” (D'AVILA FILHO; LIMA; JORGE, 2014, p. 39).

Desta maneira, as Indicações podem significar um meio de intermediar ações entre o Legislativo e Executivo em função de obter o reconhecimento da população e conseqüentemente de favorecer futuras eleições, pois se configura como um instrumento político de tramitação mais rápida, de menor custo e menos burocrático se comparado a um Projeto de Lei, tendo em vista que,

além dos obstáculos constitucionais, os custos de elaboração, negociação e tramitação de um projeto de lei são infinitamente superiores aos de outros dispositivos legislativos. Diante destas dificuldades, outros serão os mecanismos através dos quais os vereadores poderão conquistar a preferência do eleitor a partir de sua atividade no legislativo (D'AVILA FILHO; LIMA; JORGE, 2010, p. 4).

A Indicação, portanto, é um instrumento legal que confere ao vereador uma maneira de cooperar com a administração pública realizada pelo Executivo Municipal. Esta contribuição acontece por meio de sugestões de prestação de serviços públicos de interesse da população, direcionadas ao prefeito ou a algum órgão da administração pública. Ainda que não tenha força de um Projeto de Lei ou de Resolução, as Indicações passam por ações formais, ou seja, são lidas, registradas em ata, protocoladas e calculadas como produção legislativa do vereador, se tornando desta maneira um documento de sua autoria (D'AVILA FILHO; LIMA; JORGE, 2014).

Já os Requerimentos podem ser propostos por vereadores individualmente ou de forma coletiva, por meio de Comissões Permanentes ou da Mesa Diretora. Trata-se de informações que o Legislativo requer ao Executivo, ou diz respeito a assuntos internos da Câmara. Alguns requerimentos necessitam de discussão e aprovação em plenária, tais como a discussão de

projetos e deliberações diversas, alteração do tempo de duração da sessão ordinária ou encerramentos de discussões. Outros Requerimentos não necessitam de discussão, como, por exemplo, solicitações de informações junto às secretarias municipais, órgãos prestadores de serviços ao município ou, ainda, diretamente ao gestor público, no caso, o Executivo Municipal. Dessa forma, os Requerimentos servem para que o Legislativo Municipal cumpra com seu papel de agente fiscalizador no que tange aos gastos públicos, e a destinação de recursos municipais para formalização de contratos e convênios de empresas junto ao poder público.

Os Projetos de Lei, por sua vez, destinam-se a regular matérias de competência do Legislativo Municipal e que necessitam da sanção do Executivo Municipal. Segundo o Regimento Interno da Câmara Municipal de Campo Mourão, os projetos podem ser de iniciativa privativa do executivo, dentre eles, os que dispõem sobre criação de cargos, funções ou empregos públicos da administração pública direta, indireta, autárquica e fundacional ou aumento de sua remuneração, criação de secretarias e demais órgãos públicos, e, ainda, quanto à elaboração do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e orçamento anual. Também podem ser destinados à constituição de lei complementar, tais como processo de elaboração, redação e consolidação de leis municipais, as formas de manifestação da participação popular, plebiscito, referendo e manifestação popular. Neste quesito, cabe à Câmara Municipal a apresentação de emendas, que são proposições apresentadas como acessórias ou substitutivas, e têm como finalidade adiar, modificar ou suprimir dispositivos. Assim, uma emenda pode ser: aditiva, modificativa, substitutiva ou supressiva e pode ser apresentada por plenária, vereador ou comissão.

Conforme mencionado, os Projetos de Resolução dizem respeito à regulação das matérias de caráter administrativo e político interno da Câmara de Vereadores. Segundo o Regimento Interno da Câmara de Campo Mourão, se aplicam aos Projetos de Resolução, às disposições relativas aos Projetos de Lei. São promulgadas pelo Presidente da Câmara e assinada também pelo Primeiro Secretário. As Resoluções promulgadas possuem eficácia de Lei Ordinária.

As Moções, de acordo com o artigo 141 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Campo Mourão são manifestações política de aprovação ou reprovação sobre determinado ato ou fato significativo para sociedade mourãoense, podem ser de ordem filantrópica, religiosa, esportiva, política, cultural, administrativa, dentre outras, que tenha colaborado para incentivar, melhorar ou restringir o exercício de direitos, responsabilidades e atividades.

Ainda segundo o Regimento da Casa Legislativa, a Moção deve ser subscrita por no mínimo dois terços dos vereadores, seu conteúdo deve ser específico e objetivo, visando o interesse público do ato ou fato homenageado ou repudiado e a sua relevância para comunidade. Cada Moção segue alguns trâmites, a saber: as de congratulações, apoio e solidariedade são apresentadas em forma de Diploma, devendo conter a data, a assinatura do Presidente, do Primeiro Secretário do Poder Legislativo, do autor da Moção e os demais vereadores que subscreveram a proposição terão seus nomes em rodapé. Já as Moções de Repúdio e Protestos serão apresentadas por escrito por meio de ofício. Em ano eleitoral, nos três meses antecedentes ao pleito não é permitido apresentação e tramitação de Moções.

Desta maneira, a atividade parlamentar dos vereadores é desenvolvida por meio destes dispositivos legislativos e, por esta razão, o material analisado se torna uma rica fonte de pesquisa para acompanhar a atuação e desempenho dos agentes religiosos, além de permitir compreender suas pautas e prioridades dentro do Legislativo Municipal de Campo Mourão.

A partir do estudo de todo material produzido pelos vereadores Edilson Martins e Toninho Machado durante os anos de 2013 a 2015, foi possível perceber que algumas áreas ou temas eram mais recorrentes em suas proposições, o que nos permitiu sistematizar a produção legislativa em categorias, conforme segue: 1) Educação e Cultura; 2) Emprego e Trabalho; 3) Homenagens; 4) Infraestrutura; 5) Religião; 6) Saúde; 7) Segurança; 8) Turismo, Esporte e Lazer; 9) Outros.

Por conseguinte, as proposições de Edilson Martins e Toninho Machado serão apresentadas num primeiro momento, por meio de quadros e gráficos, a fim de demonstrar a quantidade produzida pelos vereadores durante os três anos de mandato e na sequência por categorias. Dentro destas áreas/categorias, destacamos os seguintes conteúdos:

\* **Educação e Cultura:** Na área da educação, destacam-se propostas relacionadas a atendimentos aos estudantes de baixa renda, questões relativas ao transporte escolar, aquisições de equipamentos e reformas em diversas escolas no município. Atreladas à cultura, constam solicitações para realização de ações de cunho cultural no município.

\* **Emprego e Trabalho:** Nesta área, destacamos solicitações relacionadas à melhoria nas condições de trabalho e garantia de direitos trabalhistas.

\* **Homenagens:** Nesta categoria, constam concessões de títulos e menções honrosas ou votos de pesar.

\***Infraestrutura:** Localizamos proposições que se referem a vias públicas, sobretudo relacionadas à malha viária urbana, e a melhorias e aquisições de equipamentos para prédios públicos e na iluminação da cidade.

\* **Religião:** Nesta categoria, identificamos proposições referentes à inserção de datas comemorativas no calendário municipal e realização de eventos alusivos a questões ou motivações religiosas.

\* **Saúde:** Na área da saúde, destacam-se solicitações para aquisição de equipamentos e veículos, construção e reformas em unidades de saúde.

\* **Segurança:** Nesta área, estão incluídas solicitações de melhorias na segurança policial, instauração de defensoria pública e medidas que visam redução de acidentes.

\* **Turismo, Esporte e Lazer:** Nesta categoria, constam solicitações para construção de área de lazer, reformas em espaços públicos destinados a atividades de lazer em geral e realização de eventos recreativos.

\* **Outros:** Esta categoria engloba proposições de caráter administrativo (trabalhos internos da Câmara), ou que não se enquadram nas outras áreas referendadas.

Diante da sistematização e categorização das proposições nas áreas anteriormente mencionadas, foi possível selecionar algumas demandas que exemplificam a maneira pela qual os dois agentes religiosos conduziram seus mandatos nos três anos estudados, e que serão apresentadas e problematizadas na sequência.

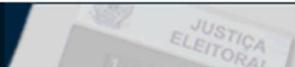
### **2.3 Edilson Martins: o candidato, a campanha eleitoral e o apoio oficial da Assembleia de Deus**

Edilson Martins candidatou-se para uma vaga ao Legislativo Municipal de Campo Mourão pelo PSD. Na ocasião do registro da candidatura em 2012, declarou ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ocupar o cargo de servidor público estadual e possuir bens que, somados, equivalem a R\$ 345.260,00 (Figura 2).

**Figura 2:** Registro da candidatura de Edilson Martins em 2012



Tribunal Superior Eleitoral  
 Eleições 2012  
 Divulgação de Registro de Candidaturas



---

Detalhes do registro de candidatura



Situação do Registro

APTO  
(Deferido)

Nome para urna eletrônica:	<b>EDILSON MARTINS</b>	Número:	<b>55456</b>
Nome completo:	EDILSON VEDOVATTI MARTINS	Sexo:	Masculino
Data de nascimento:	26/03/1975	Estado civil:	Casado(a)
Nacionalidade:	Brasileira nata	Naturalidade:	CAMPO MOURÃO / PR
Grau de instrução:	Superior completo	Ocupação:	Servidor Público Estadual
End. do site do candidato:	http://edilsonmartins@gmail.com		

---

Partido:	Partido Social Democrático - PSD - (55)		
Coligação:	CAMPO MOURÃO PARA TODOS - 2		
Composição da coligação:	PSL / PSD		
Cargo a que concorre:	<b>Vereador (CAMPO MOURÃO)</b>		
No. Processo/Protocolo:	177-95.2012.6.16.0031 / 905162012		
CNPJ de campanha:	16.036.696/0001-46		
Limite de gastos campanha:	1.200.000,00		
Resultado da eleição:	Eleito por QP		

---

Declaração de Bens

Seq.	Descrição do Bem	Tipo do Bem	Valor do Bem (R\$)
1	RESIDENCIA EM ALVENARIA DE 123M² E UMA EDICULA EM	Casa	240.000,00
2	FORD ECOSPOT XLT 2.0 FLEX ANO 2010/2011	Veículo automotor terrestre: caminhão, automóvel,	58.785,00
3	VW GOL FLEX 1.0 ANO 2004/2005	Veículo automotor terrestre: caminhão, automóvel,	16.000,00
4	DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	Dinheiro em espécie - moeda nacional	30.475,00

**Fonte:** Tribunal Superior Eleitoral, 2016

Durante o período da campanha eleitoral de 2012, Edilson Martins apresentou, como material de campanha, santinhos, adesivos, placas, perfurades e jingles, utilizando como lema “trabalho e determinação”. Para se apresentar aos eleitores, ressaltou o fato de ser filho de um ex-vereador de Campo Mourão, Salvador Martins, ser casado e pai de um filho. Apontou ainda sua graduação em Gestão Pública pelo Instituto Federal do Paraná, e seus cargos na direção de diversas políticas públicas no município, destacando o fato de ter participado de vários conselhos municipais e coordenar o escritório regional da então Deputada Estadual Marla Tureck (MATERIAL DE CAMPANHA, 2012).

Edilson Martins contou com o apoio explícito da Igreja Assembleia de Deus (AD), da qual é membro desde os 13 anos. Foi eleito com 1.428 votos, obtendo a terceira maior votação do município. A pesquisa realizada por Mezzomo, Pátaro e Onofre (2014) expõe a forma de organização que a Igreja Assembleia de Deus utilizou para escolha do candidato oficial, com base no relato de Edilson Martins em entrevista concedida aos pesquisadores. Segundo o candidato, a AD realizou uma prévia durante seis meses, quando os membros da Igreja deveriam sinalizar o interesse em se candidatar a vereador. Dentre as pessoas que demonstraram interesse, Edilson foi escolhido com 99% de aprovação. Diante deste fato, o candidato, apesar de não ser o único membro da Igreja a se candidatar no município, parece ter recebido apoio massivo dos pastores e da maioria dos membros desta denominação religiosa.

Segundo o candidato, a estratégia utilizada pela Igreja em 2012 para escolha de um representante oficial obteve melhores resultados em relação à campanha de 2008, ocasião em

que a AD não escolheu um candidato oficial e nenhum foi eleito (MEZZOMO; PÁTARO; ONOFRE, 2014). Para a campanha de 2012, enfatizou Edilson Martins, contou-se com a participação das Igrejas evangélicas e seus membros, pois além da Igreja em que participa, mais seis ou sete denominações religiosas do segmento evangélico estavam colaborando com sua campanha e fazendo divulgação no interior dos templos. A Figura 3 apresenta à esquerda o pastor Flavinei Barbosa de Souza, vice-presidente da Igreja Assembleia de Deus, e à direita o pastor Cerino Barbosa da Igreja Assembleia de Deus (Sede), demonstrando o apoio ao candidato Edilson Martins.

**Figura 3:** Pastores da Assembleia de Deus declarando apoio a Edilson Martins (material de campanha)



**Fonte:** Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e relações de poder

Assim como os pastores acima mencionados, vários outros membros da Igreja Assembleia de Deus, além de outras denominações evangélicas, também manifestaram apoio ao candidato por meio de material de campanha. Ademais, no entendimento de Edilson Martins, seu pertencimento religioso o diferencia em relação aos demais candidatos, pois o fato de pertencer a uma Igreja, segundo ele, demonstra suas boas intenções. Esta visão do agente religioso fica clara no trecho da entrevista em que afirma:

Uma pessoa que não tem o conhecimento, se você pedir para ele o que está escrito no salmo 23 ele não sabe. Eu acredito que dentro da câmara também boa coisa não vai fazer, porque se você tiver um pouquinho do conhecimento você vai poder estar executando ali melhor, você vai poder ser talvez um pouco de brilho no meio das trevas (MARTINS, Edilson. **Entrevista**, 2012).

Diante deste relato, podemos observar que, para este agente religioso, o pertencimento a uma Igreja pressupõe boa conduta na sociedade, assim como no Legislativo. Desta forma, “o imaginário religioso é acionado para avaliar os comportamentos dos agentes políticos,

servindo como medida daquilo que é tido como correto” (SANTOS, 2008, p. 209). O correto, no entendimento do vereador, é conhecer a palavra de Deus e agir de acordo com ela.

Após o resultado das eleições, Edilson Martins concedeu uma entrevista ao jornal Tribuna do Interior, na qual relatou que as pautas do trânsito, da segurança pública e do efetivo da polícia militar e civil estavam dentre os principais problemas do município, e que já havia formulado alguns projetos que seriam protocolados assim que tivesse posse do mandato. Sobre o ingresso na política, o vereador destaca,

Iniciei em 1998 a pedido do então deputado estadual Nelson Tureck para secretariar o partido PSDB de Campo Mourão e região. Em 2000 a 2008, meu pai, Salvador Martins, se elegeu a vereador por dois mandatos. No ano de 2005 com a eleição do Prefeito Nelson Tureck, fui convidado a participar da administração, onde atuei em algumas secretarias. Em 2010 com a eleição da deputada estadual Marla Tureck fui convidado a ser seu Coordenador Regional. Pelo trabalho já realizado e a minha experiência na área, fui incentivado a colocar meu nome a disputar as eleições de 2012, concorrendo ao cargo de vereador deste Município. E com a graça de Deus fomos eleitos com quase 1.500 votos, sendo o 3º vereador mais votado (**Jornal Tribuna do Interior**, 14 dez. 2012).

Enquanto vereador eleito, Edilson Martins integrou a Comissão Permanente de Legislação e Redação<sup>17</sup>. O agente religioso apresentou um número significativo de proposições ao Legislativo Municipal de Campo Mourão, conforme demonstrado no Quadro 3. Em 2013, propôs 100 Indicações, 17 Projetos de Resolução, 33 Requerimentos, 25 Moções e 5 Projetos de Lei, sendo 3 deles aprovados. Em 2014, o número de Indicações subiu para 111, os Requerimentos somaram 40 proposições, 26 Moções, 14 Projetos de Resolução e 4 Projetos de Lei, sendo todos aprovados pela Câmara Municipal. Em 2015, terceiro ano de mandato, Edilson Martins, protocolou um número menor de proposições, chegando a 50% do quantitativo se comparado à média dos dois primeiros anos de atuação parlamentar, já que foram apresentadas 58 Indicações, 23 Requerimentos, 3 Projetos de Resolução, 7 Moções e 1 Projeto de Lei. Nos três primeiros anos do seu mandato, Edilson Martins somou 467 proposições ao Legislativo Municipal de Campo Mourão.

---

<sup>17</sup> Conforme artigo 39 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Campo Mourão, compete à Comissão de Legislação e Redação: I) manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de proposições sujeitas à apreciação da Câmara ou de suas Comissões, para efeito de admissibilidade e tramitação; II) pronunciar-se sobre a admissibilidade de proposta de emenda à Lei Orgânica do Município; III) manifestar-se sobre assunto de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido, em consulta, pelo Presidente da Câmara, pelo Plenário ou por outra Comissão, ou em razão de recurso previsto neste Regimento.

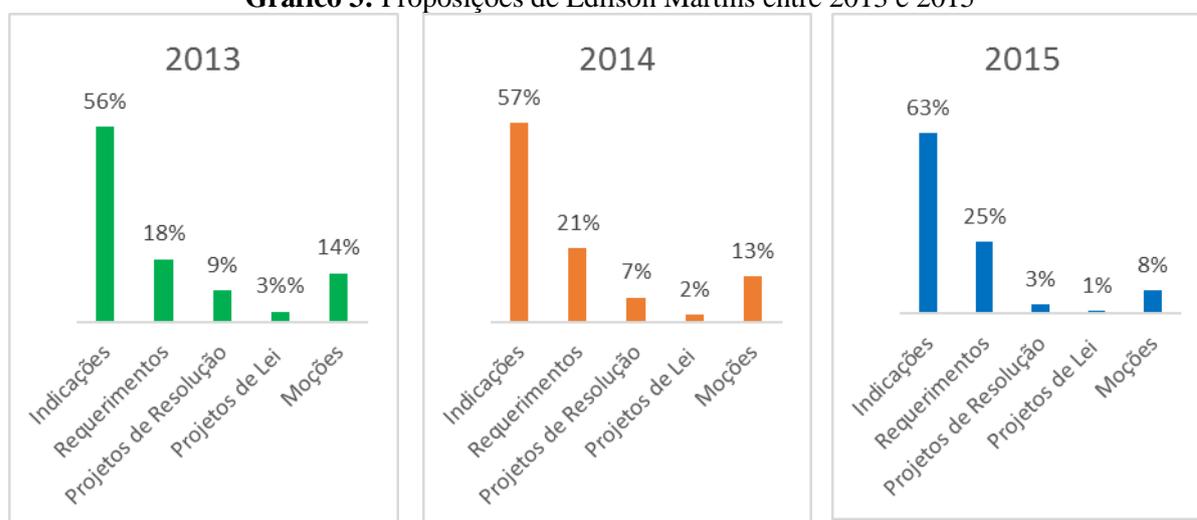
**Quadro 3:** Tipo e quantidade das proposições apresentadas por Edilson Martins entre 2013 e 2015

Ano	Indicações	Projetos de Resolução	Requerimentos	Projetos de Lei apresentados	Projetos de Lei aprovados	Moções	Total
2013	100	17	33	5	3	25	180
2014	111	14	40	4	4	26	195
2015	58	3	23	1	1	7	92
<b>Total</b>	<b>269</b>	<b>34</b>	<b>96</b>	<b>10</b>	<b>08</b>	<b>58</b>	<b>467</b>

Fonte: Câmara Municipal de Campo Mourão (Produzido pela autora)

Os próximos gráficos apresentam a atuação do vereador em termos percentuais por ano e no total dos três anos de mandato legislativo.

**Gráfico 3:** Proposições de Edilson Martins entre 2013 e 2015



Fonte: Câmara Municipal de Campo Mourão (Produzido pela autora)

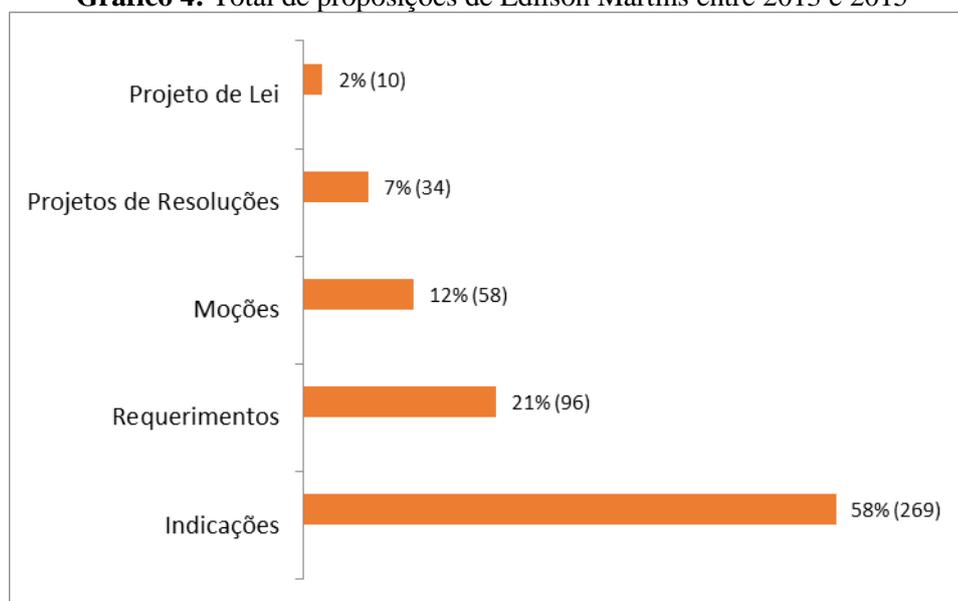
Conforme aponta o Gráfico 3, no ano de 2013, mais de 50% de toda atividade parlamentar de Edilson Martins foi centrada nas Indicações, seguidos de 18% de Requerimentos, 14% de Moções, 9% de Projetos de Resolução e apenas 3% direcionados à formulação de Projetos de Lei.

Em 2014, Edilson Martins apresentou um desempenho semelhante ao ano anterior. No que se refere às Indicações, teve um resultado próximo a 2013, 57% da sua produção anual foi voltada à formulação de Indicações. Em relação aos Requerimentos, o vereador teve uma elevação de 3% em relação ao ano de 2013. Ao contrário das duas primeiras, as demais proposições – Moções, Projetos de Lei e Projetos de Resolução – foram menos recorrentes, se comparado ao quantitativo do ano anterior.

Desta forma, a quantidade de proposições apresentadas pelo vereador Edilson Martins em 2015 foi 50% inferior em relação à média dos anos de 2013 e 2014. Mas em termos

percentuais, no que tange à quantidade produzida em 2015, as Indicações permanecem ocupando o maior espaço na atuação parlamentar, com 63% da quantidade total de proposições. Os 37% restantes correspondem às demais atividades, sendo Requerimentos (25%), Projetos de Lei (1%), Moções (8%) e Projetos de Resolução (3%).

**Gráfico 4:** Total de proposições de Edilson Martins entre 2013 e 2015



**Fonte:** Câmara Municipal de Campo Mourão (Produzido pela autora)

O Gráfico 4 sintetiza a produção total do vereador Edilson Martins, sendo possível ter uma visão global de sua atuação nos três anos de mandato. A análise dos 3 anos aponta que 58% de sua produção foi voltada para as Indicações, 21% a Requerimentos, 12% a Moções, 7% a Projetos de Resolução e 2% para a apresentação de Projetos de Lei. Desta forma, durante os três anos de atuação, o expediente central do agente religioso esteve voltado em direcionar Indicações ao Poder Executivo. O Quadro 4 apresenta o total de proposições do parlamentar distribuídas nas categorias apresentadas anteriormente. Com isso, pode-se avaliar quais foram as prioridades de Edilson Martins nos três anos do seu mandato como vereador no município de Campo Mourão.

**Quadro 4:** Proposições de Edilson Martins por categoria entre 2013 e 2015

Áreas/temas	Quantidade de proposições			
	2013	2014	2015	Total
Educação e Cultura	7	10	4	21
Emprego e Trabalho	--	3	--	3
Homenagens	28	49	15	92

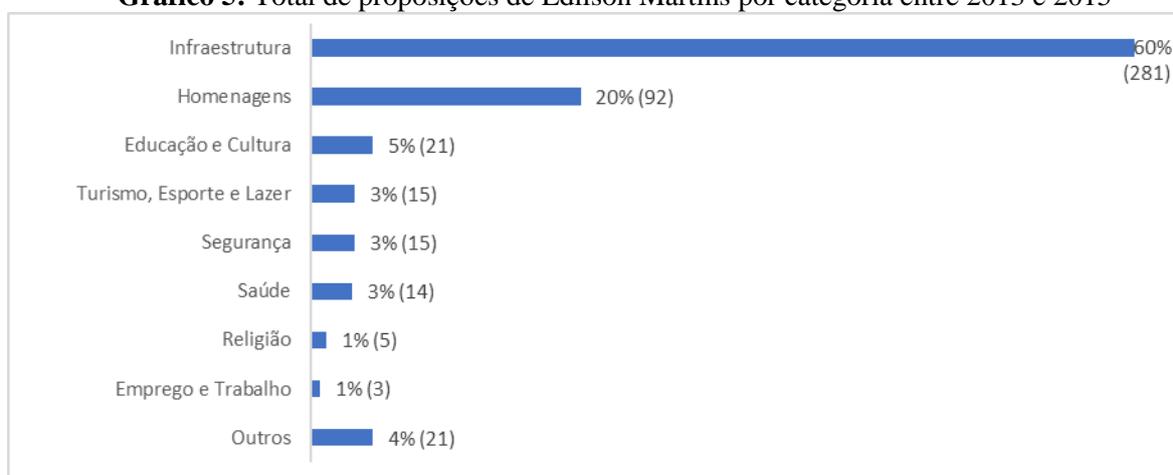
Infraestrutura	107	112	62	281
Religião	3	1	1	5
Saúde	8	4	2	14
Segurança	9	5	1	15
Turismo, Esporte e Lazer	8	4	3	15
Outros	10	7	4	21
<b>Total de Proposições</b>	<b>180</b>	<b>195</b>	<b>92</b>	<b>467</b>

Fonte: Câmara Municipal de Campo Mourão (Produzido pela autora)

Do vereador Edilson Martins, percebemos grande preocupação referente à Infraestrutura urbana, tendo sido a área em que o agente religioso mais direcionou esforços. Durante os três anos de mandato, apresentou 281 proposições referentes a melhorias em asfalto, na iluminação pública, aquisição de equipamentos, reformas em prédios públicos e manutenções em geral. Em segundo lugar, estão as Homenagens a pessoas e entidades, esta uma prática comum entre os vereadores, uma vez que grande parte são assinadas por mais de um parlamentar. Como exemplo destas proposições, citamos a concessão do título de cidadão honorário de Campo Mourão, Comenda 10 de Outubro e congratulações diversas.

As proposições relacionadas a Educação e Cultura, Segurança e Turismo, Esporte e Lazer receberam atenção semelhante do vereador. É possível perceber, porém, que as proposições referentes a estas três categorias foram diminuindo ao longo dos três anos de mandato do agente religioso. O Gráfico 5 demonstra o percentual de proposições direcionadas a cada categoria durante os três anos de mandato.

**Gráfico 5:** Total de proposições de Edilson Martins por categoria entre 2013 e 2015



Fonte: Câmara Municipal de Campo Mourão (Produzido pela autora)

Conforme aponta o Gráfico 5, 60% de toda produção parlamentar de Edilson Martins foi direcionada ao setor de Infraestrutura. As demais categorias obtiveram entre 1% e 5% de proposições, com exceção das Homenagens, que também ocupam um lugar de destaque nos três anos estudados, com 20% das propostas.

Cabe ressaltar que, embora o vereador tenha afirmado – em entrevista ao Jornal Tribuna do Interior no dia 14 de dezembro de 2012 – ser a segurança pública um dos maiores problemas de Campo Mourão, apenas 3% de suas proposições tiveram como objetivo sugerir ou solicitar melhorias nesta área durante os três anos de mandato.

## 2.4 Toninho Machado: estratégia política da Igreja ao bairro

Toninho Machado (PR), ao registrar sua candidatura para a vaga de vereador no pleito de 2012, declarou ao Tribunal Superior Eleitoral ser servidor público municipal e possuir bens que, somados, equivalem a um valor de 70.000,00<sup>18</sup>.

**Figura 4:** Registro da candidatura de Toninho Machado em 2012



**Detalhes do registro de candidatura**

Nome para urna eletrônica: **TONINHO MACHADO** Número: **22369**  
 Nome completo: ANTONIO MACHADO DA SILVA Sexo: Masculino  
 Data de nascimento: 15/08/1968 Estado civil: Casado(a)  
 Nacionalidade: Brasileira nata Naturalidade: IRETAMA / PR  
 Grau de instrução: Ensino Médio completo Ocupação: Servidor Público Municipal  
 End. do site do candidato: <http://https://www.facebook.com/#!/toninho.machado.5>

Partido: Partido da República - PR - (22)  
 Coligação: Campo Mourão Para Todos - 1  
 Composição da coligação: PDT / PT / PR  
 Cargo a que concorre: **Vereador (CAMPO MOURÃO)**  
 No. Processo/Protocolo: 111-18.2012.6.16.0031 / 865042012  
 CNPJ de campanha: 16.029.391/0001-07  
 Limite de gastos campanha: 1.600.000,00  
 Resultado da eleição: Eleito por média

**Situação do Registro**  
 APTO (Deferido)

**Declaração de Bens**

Seq.	Descrição do Bem	Tipo do Bem	Valor do Bem (R\$)
1	RESIDENCIA EM ALVENARIA COM 123M LOCALIZADA NA RUA Casa		30.000,00
2	MOTOCICLETA HONDA TITAN KS 150 CC, ANO 2008, PLACAS	Veiculo automotor terrestre: caminhão, automóvel,	5.500,00
3	VEICULO MARCA FORD MOD. FIESTA 1.6 ANO 2010, PLACAS	Veiculo automotor terrestre: caminhão, automóvel,	33.000,00
4	DINHEIRO EM ESPÉCIE	Dinheiro em espécie - moeda nacional	1.500,00

**Fonte:** Tribunal Superior Eleitoral, 2016

Na ocasião da disputa eleitoral, Toninho Machado apresentou como material de campanha cartas abertas aos eleitores, santinhos e cartões. Teve como lema a frase: “Acreditar é essencial, mas ter atitude é o que faz a diferença” (MATERIAL DE CAMPANHA, 2012). Vale ressaltar que, em relação às cartas abertas, identificamos três tipos e para públicos específicos: uma direcionada aos moradores do Bairro Jardim Pio XII, em que atuou como

<sup>18</sup> Toninho Machado, quando do registro de sua candidatura junto ao TSE, ocupava o cargo de Chefe do Departamento de Vigilância da Prefeitura Municipal de Campo Mourão.

presidente da associação de moradores; outra aos membros vinculados a Igreja Presbiteriana Renovada (IPR), da qual é membro e recebeu apoio durante sua campanha; e, por fim, uma à população de Campo Mourão. Com as três cartas, Toninho Machado pretendia atingir de forma direcionada o público de três dimensões: o bairro, a Igreja e a totalidade de eleitores, isto é, garantindo uma mensagem personalizada aos diferentes públicos, possíveis eleitores.

O conteúdo comum das três cartas consiste na apresentação do candidato: 43 anos (na ocasião da campanha), casado há 24 anos, pai de três filhos e funcionário público municipal. A carta direcionada aos moradores do Bairro Jardim Pio XII, intitulada informativo comunitário, apresenta as conquistas alcançadas por ele durante sua gestão como presidente do bairro, período compreendido entre 2010 e 2012. Ressaltou que, se eleito, iria “acompanhar e fiscalizar os investimentos públicos, atendendo as reivindicações da população, nas áreas da Saúde, Educação, Esporte, Lazer e Segurança, entre outras” (MATERIAL DE CAMPANHA, 2012).

Já na missiva direcionada aos membros da Igreja Presbiteriana Renovada, Toninho Machado ressaltou a sua condição de presbítero, além de apresentar um de seus filhos como membro do quarteto Sinai da II Igreja Presbiteriana Renovada de Campo Mourão<sup>19</sup>. Se eleito, afirmou que atuaria com ética, compromisso e responsabilidade em favor do povo e com temor a Deus, conforme aponta o trecho da carta na Figura 5.

**Figura 5:** Trecho da carta de Toninho Machado à Igreja Presbiteriana Renovada

Meu objetivo como vereador é atuar com ética, compromisso e responsabilidade a favor do nosso povo, acima de tudo com temor a Deus, fiscalizando o uso do dinheiro público de nossa cidade, nas aplicações e destinos do mesmo. Conto com o apoio moral e espiritual do conselho administrativo de minha igreja, do qual fiz parte por 08 mandatos, 1992/2006 e 2008/2010; referendado pelo meu Pastor Presidente Walter Nunes Cardoso.

**Fonte:** Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e relações de poder (grifo nosso)

Afirmava, ainda, contar com o apoio moral e espiritual do Conselho Administrativo da Igreja<sup>20</sup>, do qual fez parte durante 8 mandatos (de 1992 a 2006 e de 2008 a 2010). Ao final desta carta, o candidato destaca um trecho da bíblia como meditação, conforme a Figura 6,

<sup>19</sup> Quarteto Sinai é um grupo de Louvor da Igreja Presbiteriana Renovada (II IPR) de Campo Mourão.

<sup>20</sup> O conselho é o órgão administrativo e representativo da igreja local, composto pelo pastor ou pastores, pelos presbíteros e, se houver, por pastores auxiliares. Conforme Regimento da Igreja, presbíteros são membros da igreja, com idade acima de 21 anos, do sexo masculino, em gozo dos seus direitos civis que são eleitos pela Assembleia para compor o referido conselho e consagrado em cerimônia presidida pelo pastor. Para ser presbítero é necessário preencher alguns requisitos como: membro da igreja há mais de três anos; alfabetizado; ser dizimista; ser cheio do espírito santo, dentre outros. Informações consultadas no Regimento Interno da Igreja

**Figura 6:** Meditação na carta de Toninho Machado à Igreja Presbiteriana Renovada

**“Melhor é ser dois, do que ser um, porque tem melhor resultado de seu trabalho; porque se caírem, um levanta o outro; aí, porém, do que estiver só; pois, caindo, não haverá quem o levante. Se alguém quiser prevalecer contra um, os dois lhe resistirão, pois o cordão de três dobras não se rebenará com facilidade.” Ecles: 4: 9;12**  
**Um grande abraço, na paz do Senhor !!!**  
**CONTO COM SEU VOTO!!**

**Fonte:** Acervo do Grupo de Pesquisa Cultura e relações de poder (grifo nosso)

Neste trecho bíblico utilizado por Toninho Machado, exclusivo na carta direcionada aos fiéis da IPR, podemos subentender que os “dois”, aos quais o vereador se refere, tratam-se dos “irmãos” da Igreja da qual é membro. Portanto, melhor é ter o apoio dos seus, para que sua atuação na política alcance melhores resultados. O significado moral e político desta afirmação remetem ao que a literatura tem demonstrado acerca do ingresso dos evangélicos na política. Portadores de integridade moral, seu ingresso na política significa fazer deste campo um lugar livre do pecado e da sujeira que, segundo a visão dos evangélicos, sempre se fez presente no contexto brasileiro e, para tanto, o apoio dos companheiros de fé se torna fundamental (CAMPOS, 2010).

Na terceira carta, direcionada à população mourãoense, o candidato Toninho Machado apresenta imagens das obras conquistadas na sua gestão como presidente do Bairro Jardim Pio XII, afirmando ao eleitor que, durante o período em que presidiu a associação (2010-2012), trabalhou para fazer tudo o que estava ao seu alcance, e que, se eleito vereador, faria muito mais pelo município. Encerra afirmando: “confie em quem trabalha, quem tem história em Campo Mourão e acima de tudo, um nome limpo” (MATERIAL DE CAMPANHA, 2012).

Em relação à estratégia de campanha utilizada pelo candidato Toninho Machado, por meio destas cartas personalizadas, podemos perceber o cuidado em não evidenciar apenas a sua condição de agente religioso, aspecto ressaltado somente em uma das correspondências. Movimento semelhante é percebido também nas pesquisas realizadas por Oro (2004), em relação aos candidatos que não expressam abertamente sua condição religiosa ou o fazem apenas em alguns locais. Para o autor, esta estratégia é utilizada com o objetivo de não perder votos de eleitores de outras denominações religiosas. Da mesma forma, Santos (2008) afirma ocorrer uma variação de discursos realizados pelos candidatos religiosos em relação ao que é apontado para a população em geral e o que é direcionado aos membros da instituição religiosa.

Em entrevista realizada em 2013, durante o período de campanha eleitoral, Toninho Machado afirmou usar como estratégia a criação de bases eleitorais em diferentes bairros da cidade, e que acreditava na possibilidade de eleição. Afirmou ainda que seu reduto eleitoral eram as instituições religiosas, uma vez que contava com apoio e voto de seus membros e pastores, ainda mais porque o “Conselho Administrativo das Igrejas está fechado comigo” (MACHADO apud MEZZOMO; PÁTARO; BONINI, 2014, p. 283). É possível perceber que existia grande expectativa em relação a este apoio, como manifesta na entrevista, realizada antes do pleito eleitoral:

A possibilidade do voto é muito positiva [...], é aquele apoio moral que você recebe daquela entidade, porque haja visto o seu conhecimento, os trabalhos prestados que você presta ali, a sua convivência, a tua história naquele local. Então você tem aquele apoio moral e consequentemente terá os votos (MACHADO, Toninho. **Entrevista**, 2012).

Toninho Machado, filiado ao Partido da República, foi eleito com 685 votos no pleito de 2012 para ocupar uma das treze cadeiras do legislativo municipal. Vale ainda ressaltar que esta eleição foi sua segunda tentativa para se eleger vereador, sendo que, na ocasião da primeira, em 2004, não foi eleito, obtendo 235 votos (MEZZOMO; PÁTARO; BONINI, 2014).

Após o resultado das eleições, Toninho Machado também concedeu entrevista ao jornal *Tribuna do Interior*, na qual afirmou que, dentre os vários problemas existentes na cidade, a política de saúde do município seria sua prioridade, e que seu trabalho estaria voltado a reivindicar novas unidades de saúde para bairros que ainda não contavam com o serviço, além de melhorias na infraestrutura urbana, sobretudo relacionadas ao asfalto das vias públicas. Em relação ao seu ingresso na política, o vereador afirmou:

Sempre na minha vida trabalhei muito com gente. Quando exercia a profissão de cabelereiro de 92 a 2004, depois assumi a chefia do departamento de vigilância da prefeitura interagindo muito com a comunidade. Este processo nos deu conhecimento e uma expectativa com a população. Isso me deu a ideia, de fato, de me envolver com a política. Foi o que nos levou a colocar o nosso nome e chegamos à conclusão de ser eleito vereador em Campo Mourão (**Jornal Tribuna do Interior**, 12 dez. 2012).

Em relação à sua atuação parlamentar, Toninho Machado compôs a Comissão Permanente de Finanças e Orçamento<sup>21</sup>. Assumiu a presidência da Câmara em 24 de outubro de 2014, após eleição realizada em razão da cassação do mandato do vereador Pedrinho Nespolo (SDD), na época presidente da Casa Legislativa. Toninho Machado exerceu o cargo de presidente até o final de 2014. Foi autor de um número elevado de proposições, conforme apresentado no Quadro 5. No primeiro ano de seu mandato, o vereador apresentou ao Legislativo Municipal 118 Indicações, 18 Projetos de Resolução, 86 Requerimentos, 25 Moções e 13 Projetos de Leis, sendo 11 aprovados. Em 2014, o vereador apresentou um número maior de Indicações, 127 no total, 12 Projetos de Resolução, 27 Requerimentos, 27 Moções e 11 Projetos de Lei, todos aprovados pelo Legislativo. Em 2015, sua produção parlamentar foi menor, se comparada aos anos anteriores, tendo sido apresentadas 66 Indicações, 1 Projeto de Resolução, 19 Requerimentos, 5 Moções e 3 Projetos de Lei, todos aprovados. Nos três anos de mandato, Toninho Machado apresentou 558 proposições ao Legislativo Municipal de Campo Mourão.

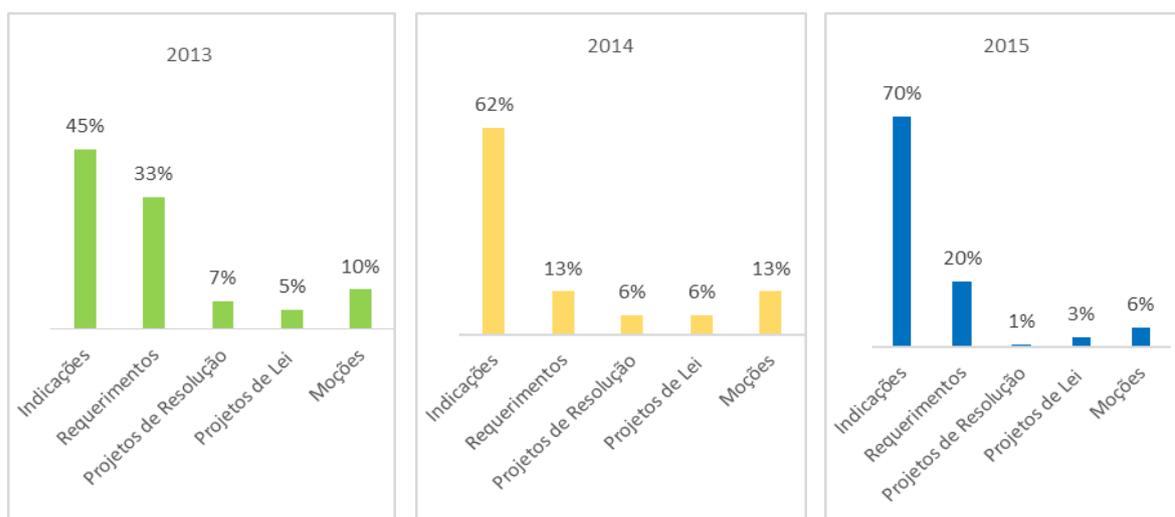
**Quadro 5:** Tipo e quantidade de proposições apresentadas por Toninho Machado entre 2013 e 2015

Ano	Indicações	Projetos de Resolução	Requerimentos	Projetos de Lei apresentados	Projetos de Lei aprovados	Moções	Total
2013	118	18	86	13	11	25	260
2014	127	12	27	11	11	27	204
2015	66	1	19	3	3	5	94
<b>Total</b>	<b>311</b>	<b>31</b>	<b>132</b>	<b>27</b>	<b>25</b>	<b>57</b>	<b>558</b>

Fonte: Câmara Municipal de Campo Mourão (Produzido pela autora)

Os próximos gráficos apresentam a atuação do vereador em termos percentuais por ano e no total dos três anos de mandato legislativo.

<sup>21</sup> Segundo artigo 40 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Campo Mourão, cabe a Comissão de Finanças e Orçamento: opinar sobre matéria em tramitação na Câmara, referente a: 1) Instituição e arrecadação de tributos da competência do Município e aplicação de suas rendas; 2) Planejamento municipal, compreendendo: \* Plano plurianual; \* Lei de Diretrizes Orçamentárias; \* Orçamento anual; 3) Questão financeira; 4) Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município, inclusive das entidades da administração indireta e fundacional; 5) Criação, expansão e extinção de empresa pública, sociedade de economia mista, autárquica ou fundação mantida pelo poder Público Municipal; 6) Planos e programas municipais; 7) Servidores públicos, no que tange a: \* Regime jurídico e planos de carreira; \* Direitos, vantagens e deveres; \* Cessão a empresa ou entidades públicas ou privadas; \* Concurso público; \* Previdência e assistência social.

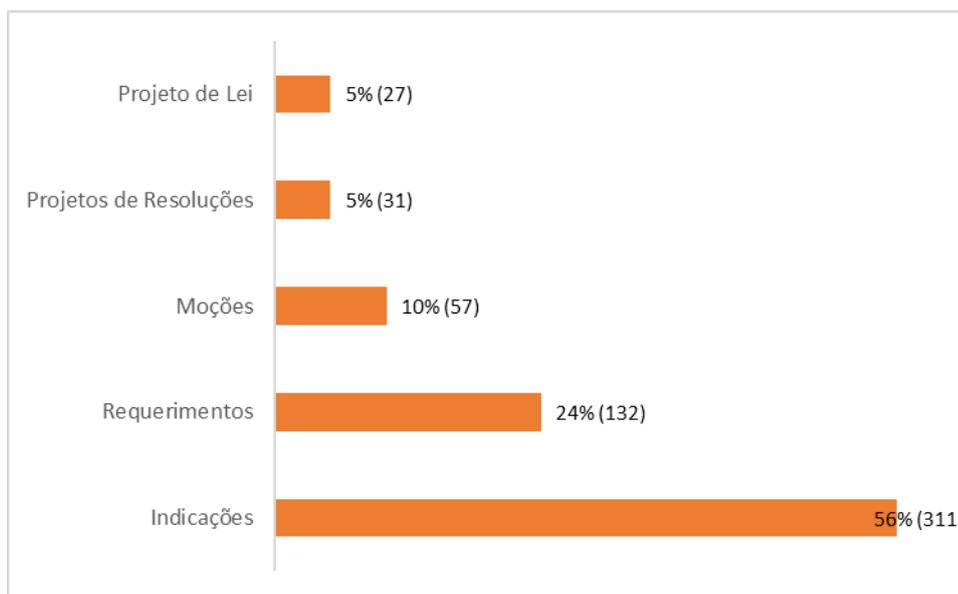
**Gráfico 6:** Proposições de Toninho Machado entre 2013 e 2015

**Fonte:** Câmara Municipal de Campo Mourão (Produzido pela autora)

Destacamos que em 2013, seu primeiro ano de mandato no Legislativo, 45% das proposições apresentadas por Toninho Machado se refere às Indicações, 33% aos Requerimentos, 7% aos Projetos de Resolução, 10% a Moções e 5% aos Projetos de Lei apresentados pelo vereador.

No ano de 2014, o parlamentar apresentou um número maior de Indicações se comparado ao ano anterior, quantidade referente a 62% de suas proposições no referido ano, seguidas de 13% de Requerimentos, 13% de Moções, 6 Projetos de Resolução e 6% direcionados à formulação de Projetos de Lei.

Podemos perceber que o vereador Toninho Machado aumentou gradativamente o espaço destinado às Indicações no decorrer dos três anos de mandato. Embora com número menor de proposições em 2015, 70% de sua atuação foi voltada à proposição de Indicações, sendo os outros 30% distribuídos entre Requerimentos (20%), Moções (6%), Projetos de Resolução (1%) e Projetos de Lei (3%).

**Gráfico 7:** Total de proposições de Toninho Machado entre 2013 e 2015

**Fonte:** Câmara Municipal de Campo Mourão (Produzido pela autora)

O Gráfico 7 permite visualizar a produção total do vereador Toninho Machado nos três anos de mandato analisados. Durante este período, 56% de suas proposições ficaram direcionadas a propostas de Indicação, 24% em Requerimentos, 10% a Moções, e igual número de Projetos de Resolução e Projetos de Lei, ambos com 5% cada. O Quadro 6 demonstra as proposições do parlamentar de acordo com cada categoria. Dessa forma, podemos verificar quais foram as prioridades de Toninho Machado nos três anos do seu primeiro mandato como vereador no município de Campo Mourão.

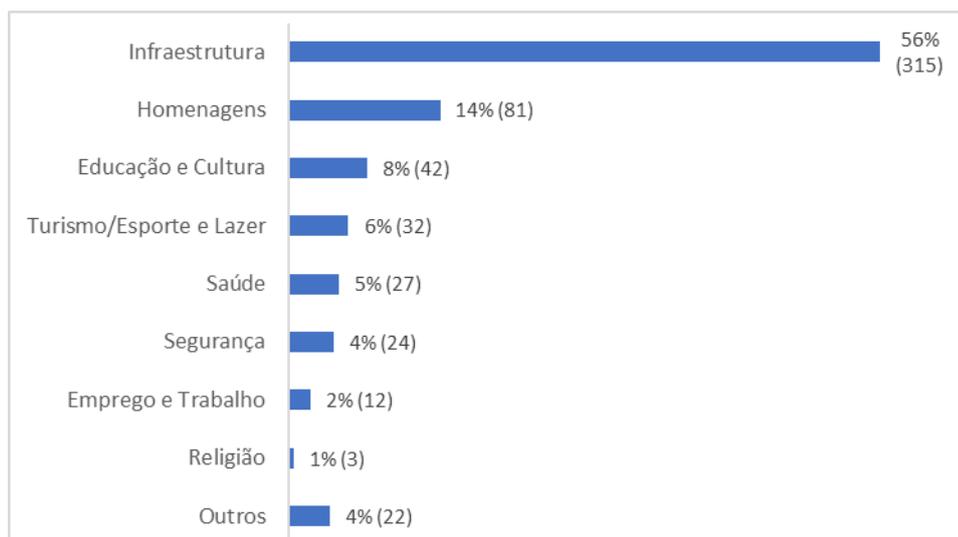
**Quadro 6:** Proposições de Toninho Machado por categoria entre 2013 e 2015

Áreas/temas	Quantidade de proposições			
	2013	2014	2015	Total
<b>Anos</b>				
Educação e Cultura	20	16	06	42
Emprego e Trabalho	04	06	02	12
Homenagens	44	25	12	81
Infraestrutura	123	133	59	315
Religião	02	00	01	03
Saúde	18	07	02	27
Segurança	13	11	00	24
Turismo/Esporte e Lazer	22	01	09	32
Outros	14	05	03	22
<b>Total de Proposições</b>	<b>260</b>	<b>204</b>	<b>94</b>	<b>558</b>

**Fonte:** Câmara Municipal de Campo Mourão (Produzido pela autora)

O vereador Toninho Machado também dedicou grande parte de sua atuação em propor melhorias na Infraestrutura da cidade. Mais de 50% de suas proposições compreendem ações voltadas à adequações das vias públicas, instalações de redutores de velocidade, reparos na iluminação, dentre outras. Cabe ressaltar que dentro da área da Saúde, o vereador solicitou a construção de novas unidades de atendimento e contratação de mais funcionários, em conformidade ao que já havia anunciado em entrevista concedida ao jornal Tribuna do Interior após eleito, quando afirmou ser esta área uma de suas prioridades enquanto vereador. Dessa forma, embora suas ações tenham priorizado a infraestrutura, é possível perceber que o parlamentar transitou em diversas áreas. No Gráfico 8, apresentamos estes dados em percentuais.

**Gráfico 8:** Total de proposições de Toninho Machado por categoria entre 2013 e 2015



**Fonte:** Câmara Municipal de Campo Mourão (Produzido pela autora)

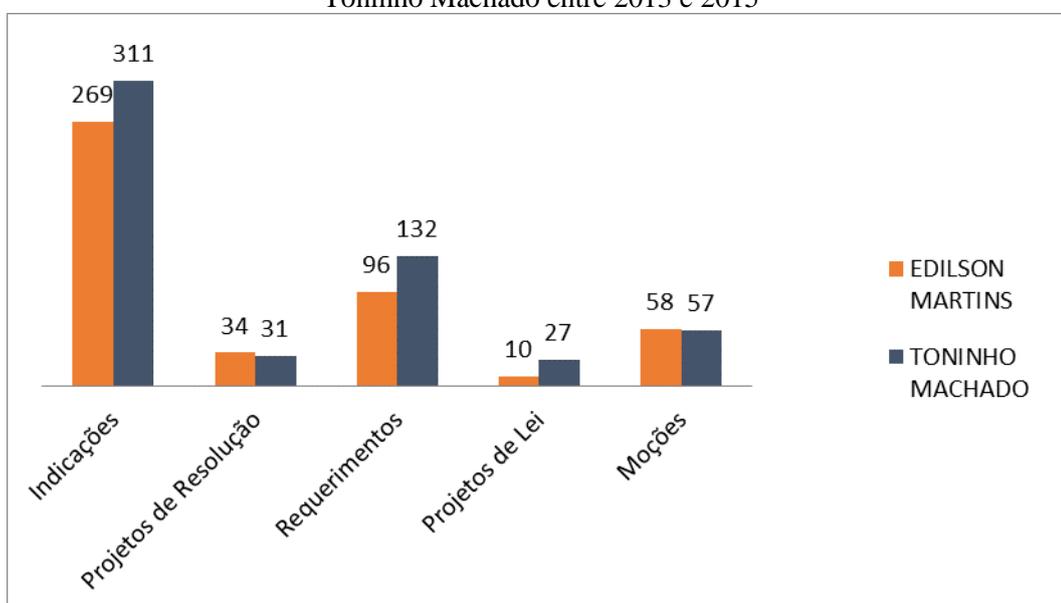
Percebe-se que 56% de toda produção parlamentar de Toninho Machado foi voltada para melhorias na Infraestrutura da cidade. As demais categorias obtiveram entre 1% e 8% de proposições, com exceção das Homenagens, que somam 14% de suas atividades.

## **2.5 Considerações acerca das proposições apresentadas pelos agentes religiosos durante o mandato legislativo**

Esta seção tem como objetivo estabelecer considerações gerais acerca dos mandatos de Edilson Martins e Toninho Machado. Para tanto, traçamos comparativos entre os dois vereadores, a fim de identificarmos possíveis semelhanças e diferenças na atuação de ambos durante parte do mandato exercido entre 2013 e 2015. O comparativo é demonstrado por meio

de dois gráficos, sendo que o primeiro reúne o quantitativo de toda produção dos vereadores nos três anos estudados e o segundo elenca qualitativamente de acordo com cada área/categoria a que pertencem tais proposições. Com esta sistematização, podemos compreender a dinâmica adotada por estes parlamentares e destacar dentro de cada área algumas proposições que permitem visualizar prioridades/silenciamentos na atuação de ambos. Importante considerar que os dois vereadores estão exercendo seus primeiros mandatos no Legislativo Municipal de Campo Mourão.

**Gráfico 9:** Comparativo da quantidade de proposições apresentadas por Edilson Martins e Toninho Machado entre 2013 e 2015



**Fonte:** Câmara Municipal de Campo Mourão (Produzido pela autora)

Com base na análise dos dados de Edilson Martins e Toninho Machado durante os três anos de mandato, é possível afirmar que as Indicações são as mais utilizadas por ambos, uma vez que mais da metade das proposições apresentadas pelos agentes religiosos foi direcionada à formulação deste tipo de dispositivo legislativo. Em sua maioria, tais Indicações referem-se a Infraestrutura, conforme demonstramos adiante.

Dentre os estudos legislativos municipais, as proposições de Indicação têm se tornado fonte de pesquisa, uma vez que também são observados em outros contextos o uso frequente destes dispositivos no cotidiano dos vereadores. Podemos citar como exemplo o trabalho desenvolvido por Silva (2013), ao estudar a atuação dos vereadores de Araraquara-SP ao longo das legislaturas de 1997-2008. Sua pesquisa concluiu que a atuação dos vereadores e seus posicionamentos, na base ou oposição do governo, podem ser inferidos a partir de

dispositivos legislativos sem força de Lei. No caso pesquisado, por meio das Indicações e Requerimentos. Ou seja, tais atividades desempenhadas no cotidiano dos vereadores servem de objeto de análise do comportamento político no legislativo brasileiro.

É possível dizer ainda, com base nos dados identificados dos dois agentes religiosos, que, ao longo do período estudado (2013-2015), ambos apresentaram um número semelhante em alguns tipos de proposições, como no caso das Moções e dos Projetos de Resolução. Em linhas gerais, o vereador Toninho Machado apresentou mais proposições ao Legislativo Municipal do que Edilson Martins. Após as Indicações, os Requerimentos são o segundo tipo de proposição mais utilizadas por ambos, em terceiro as Moções, em quarto lugar os Projetos de Resolução e, por fim, a apresentação de Projetos de Lei que, na sua maioria, dizem respeito a solicitações de mudança nos nomes de algumas ruas da cidade. Neste sentido, podemos dizer que os dois vereadores seguem um padrão de legislar semelhante ao que outras pesquisas vêm demonstrando em relação à atuação parlamentar nas Câmaras Municipais (LOPES, 2004; D'AVILA FILHO; LIMA; JORGE, 2014; SILVA, 2013).

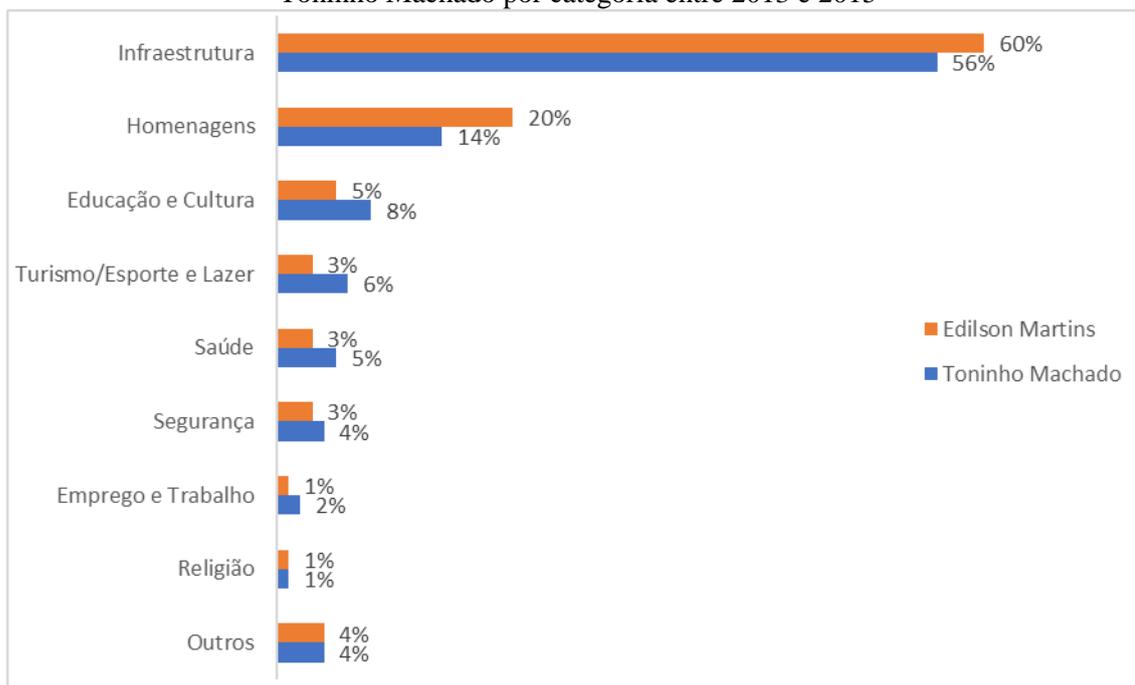
Uma possível explicação para o fato das Indicações ocuparem a maior parte da atuação parlamentar consiste no fato de que há insuficiência de recursos municipais para atendimento, por parte da administração pública, de todas as demandas do município. Conforme aponta Kerbauy:

apesar de a Constituição de 1988 ter determinado maior autonomia aos legislativos e a possibilidade de serem introduzidas emendas ao orçamento, os legislativos locais têm se deparado com imensas dificuldades. A constituição da maioria absoluta, por exemplo, exige uma mobilização de apoios difíceis a cada votação, quer pelo executivo, quer pelo legislativo, dada a fragmentação dos interesses partidários e políticos que caracterizam os legislativos locais. Outro elemento que pode interferir neste processo é o poder de veto do chefe do executivo, que lhe permite barrar, total ou parcialmente, um projeto aprovado pelo legislativo (KERBAUY, 2005, p. 360).

Desta forma, tais dificuldades encontradas, no sentido de propor emendas orçamentárias ou criação de leis por parte do Legislativo que possam onerar o orçamento municipal, fazem com que a vereança opte por priorizar as proposições que não possuem força de lei, semelhante ao que foi possível perceber na constatação da atuação dos vereadores estudados nesta pesquisa.

O Gráfico 10 estabelece o mesmo comparativo entre os agentes religiosos Edilson Martins e Toninho Machado, agora em percentuais, considerando as áreas ou categorias das proposições realizadas pelos vereadores.

**Gráfico 10:** Comparativo do percentual das proposições de Edilson Martins e Toninho Machado por categoria entre 2013 e 2015



**Fonte:** Câmara Municipal de Campo Mourão (Produzido pela autora)

Conforme mostram os dados, a principal área na qual incidem as proposições dos vereadores ao longo dos três anos estudados é a Infraestrutura. Podemos estabelecer algumas considerações em relação à visibilidade dada a esta área da administração pública. Uma primeira explicação está no que D'Avila Filho, Lima e Jorge (2014) intitulam como intermediação de interesses entre o Poder Legislativo e Poder Executivo, no que se refere às solicitações da população, tendo em vista que grande parte das Indicações leva em suas justificativas o fato do vereador ter sido procurado por um munícipe ou representante de bairro sugerindo melhorias para determinadas localidades. O vereador tem em suas mãos o mecanismo de direcionar esta solicitação de maneira formal ao Executivo, de modo que sua proposição seja documentada e divulgada à população interessada. Este ato possibilita retornar ao eleitor, afirmando ter atendido seu pedido, bastando, desta forma, aguardar que a medida seja da mesma maneira atendida pelo Executivo Municipal. Essa ação fica evidente no trecho da Indicação de autoria do vereador Toninho Machado, em que o mesmo solicita cascalhamento em determinada rua, sob a justificativa de que esta seria uma demanda dos moradores daquela localidade. No trecho da Indicação 599/2014 o vereador,

INDICA à Mesa, para que seja remetido expediente a Senhora Prefeita do Município REGINA MASSARETTO BRONZEL DUBAY, que viabilize o cascalhamento em caráter urgente, das Ruas Cristo Rei e dos Encontros, no

Jardim Tropical II. Requer que seja dada ciência do teor desta Indicação ao Senhor Presidente da Associação de Moradores do referido bairro (CMCM<sup>22</sup>, Indicação 599/2014, grifo nosso).

A Indicação mencionada sugere que é do interesse do vereador que sua ação seja encaminhada ao Presidente da Associação de Moradores do bairro supracitado, para que este saiba que sua solicitação foi proferida por intermédio do parlamentar ao Executivo Municipal, prática comum nas Indicações legislativas.

Outro indicativo que demonstra a preocupação do vereador em responder às solicitações da população se refere a ações que atendem a um público específico, como no caso da Indicação 162/13, de autoria de Edilson Martins, que justifica a solicitação de melhorias na iluminação pública em razão da presença de igrejas na localidade, além da solicitação também ter partido de um morador. Assim diz o texto legislativo,

Sugere o envio de expediente ao EXCELENTÍSSIMA SENHORA REGINA MASSARETO BRONZEL DUBAY – PREFEITA MUNICIPAL, sugerindo o reparo na iluminação pública na Rua Eulália Carneiro de Campos, em frente ao nº 504, Jardim Alvorada (...) A indicação se faz necessária tendo em vista a existência de duas igrejas próximas a este local, e a lâmpada não está acendendo, conseqüentemente aglomerando-se vândalos, causando temor aos moradores. Solicitação feita pelo morador do endereço acima citado Sr. Antonio Ribeiro (CMCM, Indicação 162/2013, grifo nosso).

A segunda explicação para que as proposições relacionadas à Infraestrutura se configurem como as mais usadas pelos vereadores consiste no fato desta ser uma área em que o Poder Público Municipal possui maior condição de intervenção e, conseqüentemente, mais facilidade em atender às solicitações feitas, desde que exista recurso disponível para atendimento da demanda, uma vez que não há necessidade de maiores trâmites legais para execução de reparos e manutenções em geral (SILVA, 2013).

No que se refere ao contexto estudado, o município de Campo Mourão, o alto índice de proposições solicitando reparo na malha asfáltica deve-se ao grave problema enfrentado pelo município nesta área, sobretudo na área urbana. Grande parte da cidade encontra-se com o asfalto comprometido, situação recorrente ao longo dos três anos de mandato. O descontentamento dos moradores e as demandas levadas ao Legislativo corroboram para que

---

<sup>22</sup> Optamos por abreviar Câmara Municipal de Campo Mourão como CMCM.

os vereadores busquem dar respostas aos eleitores, motivo que justifica o alto número de proposições solicitando melhorias na pavimentação urbana<sup>23</sup>.

Visando mapear as Indicações feitas por Edilson Martins e Toninho Machado referentes à Infraestrutura no período correspondente aos três anos de seus mandatos (2013-2015), as figuras a seguir apresentam as localidades em que os vereadores solicitaram recapeamento asfáltico, cascalhamento, reparos em praças públicas, melhorias na iluminação, instalação de redutores de velocidade e manutenções em geral.

**Figura 7:** Localização das Indicações para Infraestrutura de Edilson Martins



**Fonte:** Google Earth (Produzido pela autora)

---

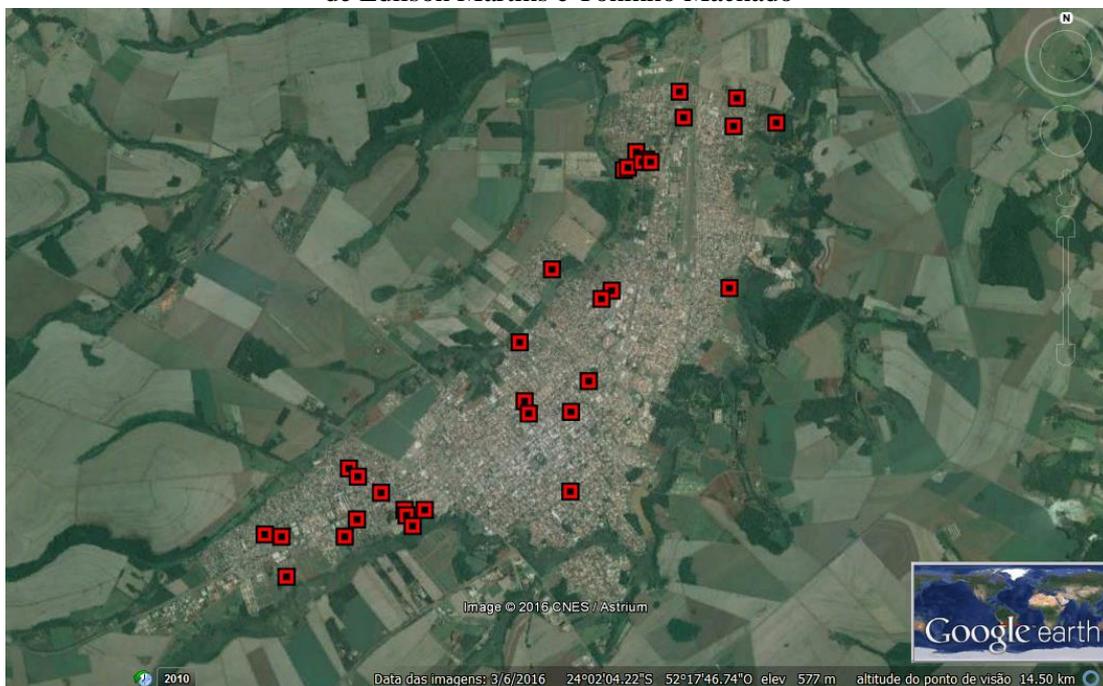
<sup>23</sup> Sobre a situação da malha asfáltica de Campo Mourão e a pressão popular por melhorias, consultar a página do jornal on-line Tribuna do Interior. Disponível em: <<http://www.itribuna.com.br/campo-mourao/2014/07/buracos-estao-fora-de-controle-em-c-mourao/1032898/>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

**Figura 8:** Localização das Indicações para Infraestrutura de Toninho Machado



**Fonte:** Google Earth (Produzido pela autora)

**Figura 9:** Localização das Indicações para Infraestrutura em coautoria de Edilson Martins e Toninho Machado



**Fonte:** Google Earth (Produzido pela autora)

Diante das marcações inseridas nas Figuras 7, 8 e 9, é possível dizer que as proposições referentes à Infraestrutura de autoria dos vereadores são voltadas majoritariamente ao espaço urbano. Mesmo Campo Mourão sendo considerado um município

predominantemente agrícola, identificamos apenas duas propostas de Infraestrutura voltadas à zona rural da cidade, a saber: o pedido de cascalhamento na Vila Rural Flor do Campo, de autoria de Toninho Machado (CMCM, Indicação 206/13); e o Requerimento, de autoria de Edilson Martins, solicitando saber quantos poços artesianos existem nas áreas rurais e qual a situação de cada um, em atendimento ao pedido dos moradores da área rural do município (CMCM, Requerimento 2/2013). Ainda dentre as Indicações referentes à categoria Infraestrutura, localizamos apenas uma proposição direcionada à zona rural, de autoria do vereador Edilson Martins, para instalação de abastecedouro comunitário nas proximidades da Fazenda Nossa Senhora Aparecida no Distrito de Piquirivaí (CMCM, Requerimento 28/2013)<sup>24</sup>.

As Indicações do vereador Toninho Machado (Figura 8) se concentram em regiões mais afastadas do centro da cidade, sobretudo nas ruas do Jardim Lar Paraná e do Jardim Pio XII, localizados na saída para cidade de Goioerê, em que, como mencionamos, o vereador atuou como presidente da Associação de Moradores no período de 2010 a 2012. Nestes dois bairros, Toninho Machado concentrou 26 proposições de um total de 56. Na mesma região, localizamos apenas três proposições do vereador Edilson Martins (Figura 7), e 12 Indicações assinadas pelos dois vereadores (Figura 9), totalizando 41 Indicações voltadas à Infraestrutura de tais bairros.

Do vereador Edilson Martins, percebemos preocupação maior com algumas áreas centrais da cidade. Citamos como exemplo 7 Indicações localizadas no Jardim Alvorada, nas proximidades da sede da COAMO (Cooperativa Agroindustrial). Nas demais localidades, as Indicações estão mais pulverizadas, e várias delas em conjunto com Toninho Machado.

Prosseguindo na análise das proposições dos vereadores nos 3 anos de mandato, verificamos que, em segundo lugar, após a área de Infraestrutura, constam as Homenagens prestadas a pessoas ou a entidades do município, conforme mencionado anteriormente. Em relação a esta categoria, podemos considerar que se constitui num mecanismo político, pois existe toda a solenidade inerente ao processo de denominação de um morador com o título de cidadão honorário do município, ou a concessão de votos de louvor, congratulações, pesar, dentre outros. Tais Homenagens constam tanto nas Moções como em alguns Requerimentos, como no de autoria de Toninho Machado, a seguir:

---

<sup>24</sup> O Distrito de Piquirivaí foi criado em 19 de agosto de 1966. Sua população, de acordo com a última pesquisa censitária, é composta por 1.196 habitantes (IBGE, 2010).

O vereador Toninho Machado, em conformidade com o inciso III do artigo 136 do Regimento Interno, requer à mesa, ouvido o Plenário, seja inserido em ata, VOTO DE LOUVOR pela eleição da diretoria para o biênio 2015/2017, da ASSOCIAÇÃO MOURÃOENSE DE ESCRITORES, cuja composição da chapa “Traçando os horizontes das letras nas páginas em branco”, contam com destacados escritores locais, sob a presidência de GILSON MENDES DE GÓIS, com objetivo ímpar de incentivar a prática da escrita e o hábito saudável da leitura (CMCM, Requerimento 770/2015).

Este tipo de atuação parlamentar é bastante comum no Legislativo Municipal brasileiro. Quanto a esta prática de Homenagens, Kuschnir afirma que “por trás da honraria está a sempre vislumbrada possibilidade de, por meio do elogio, vincular o homenageado ao Vereador, criando uma dívida moral” (KUSCHNIR, 1998, p. 263). Para D’Avila Filho, Lima e Jorge (2014), a necessidade de comunicar ao eleitor sua atividade parlamentar é inerente ao processo de competição eleitoral, pois,

Se, por um lado, o êxito na competição eleitoral pressupõe atender a, se não todas, pelo menos alguma expectativa dos eleitores, por outro, requer que se faça uma comunicação a fim de vincular a satisfação de uma expectativa ou o atendimento de um interesse a um nome em particular (D’AVILA FILHO, LIMA, JORGE, 2014, p. 47).

Neste sentido, tais proposições podem servir ao vereador como mecanismos de criação e conservação de redes pessoais na administração pública, bem como fortalecer laços de amizades ou alianças (LOPEZ, 2004).

No que se refere às Homenagens de iniciativa do agente religioso Edilson Martins, podemos perceber a demonstração de suas alianças políticas e sociais, como, por exemplo, na Moção de Apoio e Solidariedade à Deputada Marla Tureck, pela iniciativa da autoria do Projeto de Lei que viabiliza a segurança da mulher (CMCM, Moção 9/2013). De igual modo, a Moção de Congratulações à 6ª Igreja Presbiteriana Renovada de Campo Mourão (CMCM, Moção 525/2015)<sup>25</sup>.

Semelhante a Edilson Martins, as Moções propostas por Toninho Machado também expressam suas relações políticas e sociais. No caso deste agente religioso, destacamos a Moção de Congratulações enviada ao líder religioso Pastor Lauro Cesar pela passagem do seu 45º aniversário de pastorado e relevantes serviços de orientação espiritual e apoio social prestados na cidade (CMCM, Moção 1.179/2015). De igual modo, a Moção de

<sup>25</sup> A entrega do título foi realizada na sede da 6ª Igreja Presbiteriana Renovada e contou com as presenças do vereador Toninho Machado e da prefeita do município. Informação disponível em: <<http://www.bocasanta.com.br/index.php?p=YWxyb3RsaXMvbWlyb3RhaUB6aHo6666YWQ9NjYzMzQxJmx1bW90ZV9vZGFjaWU9NTA2N0A>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

Congratulações à 4ª Igreja Presbiteriana Renovada pela passagem do seu quarto aniversário (CMCM, Moção 867/2015)<sup>26</sup>.

Em suma, embora não seja possível afirmar que as denominações religiosas são as principais homenageadas pelos agentes religiosos Edilson Martins e Toninho Machado, pois há outros destinatários de Moções e que são de autoria de ambos, é certo que líderes e denominações evangélicas são destacadas por estes vereadores enquanto extremamente relevantes ao município.

No tocante às demais categorias nas quais foram enquadradas as proposições, verificamos que as mesmas representaram menor quantitativo. Na categoria Educação e Cultura, ao longo dos três anos de mandato, o vereador Toninho Machado apresentou mais proposições se comparado a Edilson Martins. Suas proposições compreendem solicitações de aquisição de uniformes para estudantes de baixa renda (CMCM, Indicação 1.277/2014); para a prefeitura viabilizar a produção de vídeo, em inglês e espanhol, demonstrando as potencialidades do município (CMCM, Indicação 1.278/2014); a Indicação para impressão do hino de Campo Mourão a fim de ser distribuída em eventos oficiais do município (CMCM, Indicação 1.099/2014). Chama atenção, nestas duas últimas proposições de Toninho Machado, o fato de o vereador novamente solicitar a divulgação de suas solicitações a um público específico da cidade, conforme trecho a seguir:

Tal medida, se acolhida, proporcionará a ampliação do conhecimento e a divulgação da letra e da música do hino e dar ao povo a oportunidade não só de aprender a cantá-lo, mas também de aprender a amar e preservar os valores patrióticos que simboliza. **Requer que seja dada ciência do teor desta Indicação aos Senhores Presidentes de Clubes de Serviços, entidades de classe e aos Senhores Diretores dos estabelecimentos da rede municipal, estadual e particular de Campo Mourão** (CMCM, Indicação 1.099/2014, grifos do original).

Podemos perceber que a finalidade almejada pelo vereador em solicitar a impressão do hino municipal parece bastante ampla, tendo em vista que o fato de a população ter em suas mãos o hino despertaria sentimentos de amor e preservação à pátria. Ainda, ao requerer que sua Indicação seja transmitida às entidades supracitadas, sinaliza o intuito de que tal prerrogativa de valorização à pátria seja adotada pelos munícipes mourãoenses.

---

<sup>26</sup> A entrega da referida moção também ocorreu na sede da 4ª Igreja Presbiteriana Renovada, conforme notícia disponível em: <<http://www.crn1.com.br/noticias/39129/4-Igreja-Presbiteriana-Renovada-recebe-homenagem-da-Camara-de-Vereadores-de-C--Mourao-fotos.html>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

Em relação a categoria Educação e Cultura, as proposições do vereador Edilson Martins são mais pontuais e visam melhorias em escolas, tanto no que diz respeito a equipamentos, como em medidas de segurança direcionadas a escolas e contratação de funcionários, como na solicitação para aumentar a altura do muro em volta da Escola Municipal Maria do Carmo Pereira, no Jardim Paulista (CMCM, Indicação 367/2014), ou ainda contratação de vigilantes, ou implantação de sistema de monitoramento externo para a escola, sob justificativa de que tenha sido alvo de ação de vândalos e necessita de maior segurança (CMCM, Indicação 366/2014). Edilson Martins também foi autor do Requerimento direcionado ao Deputado Federal Fernando Francischini, solicitando a inclusão de R\$ 450.000,00 no orçamento da União para melhorias da Escola Municipal Urupês, localizada no centro da cidade (CMCM, Requerimento 5/2013).

Na categoria Segurança, embora tenha ocupado apenas 3% das proposições do vereador Edilson Martins e 4% de Toninho Machado, podemos notar que ambos possuem proposições semelhantes. Demonstram preocupação com a segurança da população, tanto no que se refere à intensificação do trabalho policial, como em medidas relacionadas ao trânsito da cidade. Nessa categoria e com esse teor, destacam-se duas proposições de autoria de Toninho Machado. Trata-se da solicitação ao Batalhão de Polícia para intensificação da ronda policial entre 22h e 0h30 na Vila Guarujá situada numa região periférica e com pouca infraestrutura (CMCM, Requerimento 266/2014), e a solicitação de cumprimento, por parte da Concessionária de Transportes, do contido na Lei Municipal 2.891/2012, que estabelece normas para desembarque de pessoas do sexo feminino no transporte coletivo urbano durante o período noturno (CMCM, Requerimento 835/2014). Quanto às proposições Edilson Martins, menciona-se o Requerimento direcionado à Prefeitura Municipal, em medida de urgência, solicitando a possibilidade da cessão de uso do Mirante do Parque Municipal Joaquim Teodoro de Oliveira para a Polícia Ambiental, Força Verde. O argumento utilizado pelo vereador consiste no fato de que a Força Verde, obtendo uma estrutura física própria localizada no Parque, aumentaria a segurança dos munícipes que frequentam o local (CMCM, Requerimento 902/2013).

Na categoria Saúde, os vereadores solicitaram, sobretudo, construção de Unidades de Saúde. Edilson Martins sugeriu a implantação de Unidade Básica de Saúde nas proximidades dos bairros Moradias Condor, Conjunto Pinheirais, Conjunto Montes Claros e Conjunto Residencial Diamante Azul, localizados na parte norte da cidade, arredores do Parque de Exposição, justificando o grande número de moradores na referida região (CMCM, Indicação 42/2013). Interessante notar que esta região também foi alvo de parte significativa das

proposições do parlamentar para melhorias na Infraestrutura, o que sugere ser um território em que o vereador tenha maior contato com a população. Edilson Martins solicitou ainda, via Requerimento direcionado ao Deputado Federal Fernando Francischini, a inclusão de R\$ 500.000,00 na emenda do orçamento da União para serem direcionados à Santa Casa de Misericórdia de Campo Mourão. A justificativa apresentada pelo vereador refere-se ao suporte financeiro para o Instituto do Câncer de Campo Mourão (ICAM), tendo em vista a importância desta entidade para a cidade e região (CMCM, Requerimento 6/2013).

Já as proposições do vereador Toninho Machado na categoria Saúde foram direcionadas a melhorias na Unidade de Saúde do Conjunto Habitacional Dr. Milton Luiz Pereira, tanto no que se refere a aquisição de equipamentos para esta Unidade (CMCM, Indicação 546/2013 e 548/2013), como na contratação de funcionários para compor sua equipe de trabalho (CMCM, Indicação 547/2013). Importante ressaltar que, conforme mencionado, identificamos várias solicitações direcionadas a Infraestrutura em vias públicas para a região onde está localizado o Conjunto Habitacional Dr. Milton Luiz, de autoria do vereador Toninho Machado. Em relação à priorização de ações direcionadas a uma determinada localidade do município, os pesquisadores D'Avila Filho, Lima e Jorge (2014) entendem que se trata de “intermediação de interesses paróquias” e, neste sentido, referem-se a “um pequeno grupo cujo interesse comum pode ser de ordem geográfica, formado, portanto, em bases territoriais: uma localidade, que pode abranger um bairro ou parte dele ou, ainda, um conjunto de bairros” (D'AVILA FILHO, LIMA, JORGE, 2014, p. 43). Conforme mencionamos no decorrer desta seção, é possível visualizar territórios específicos em que se concentram maior número de proposições de cada um dos vereadores estudados.

Na categoria Turismo, Esporte e Lazer, as proposições do vereador Toninho Machado consistem na solicitação para construção de uma Pista de Skate no Bairro Lar Paraná, visando proporcionar um espaço adequado para prática esportiva de adolescentes e jovens residentes no bairro (CMCM, Indicação 1.322/2014). O vereador requereu a inclusão de Academia da Terceira Idade no Jardim Pio XII, solicitando que o conteúdo de tal despacho seja dado ciência ao presidente do referido bairro (CMCM, Indicação 910/2014). Outra proposição de Toninho Machado consiste na solicitação para viabilizar estudos para criação do Programa “Domingo na Praça”, propondo a realização, em todo último domingo de cada mês, de eventos de entretenimento e apresentações culturais diversas para atendimento de todos os moradores da cidade, proporcionando desta forma um dia gratuito de lazer na cidade (CMCM, Indicação 2.178/2013).

Em relação à categoria Turismo, Esporte e Lazer, as Indicações do vereador Edilson Martins voltaram à recuperação de espaços esportivos, como a solicitação de readequação e reforma da quadra de esportes do Centro Social Urbano para atendimento dos moradores da região (CMCM, Indicação 1.851/2014); reforma do campo de futebol suíço da Comunidade Rural de São Benedito (CMCM, Indicação 3.100/2013); e o Requerimento de informações direcionado ao Executivo Municipal sobre a possibilidade de repasse de verba no valor de R\$ 150.000,00 para construção de uma academia e salão de jogos na Associação dos Servidores Municipais de Campo Mourão, sob a justificativa de que este investimento significa melhoria na qualidade de vida deste público e oportunidade de lazer (CMCM, Requerimento 18/2013).

Na área de Emprego e Trabalho, é possível perceber que as proposições estão direcionadas ao atendimento de demandas de algumas categorias de trabalhadores, como no caso da solicitação do vereador Toninho Machado para que a Prefeitura conceda protetor solar aos funcionários do Cemitério São Judas Tadeu, tendo em vista as demandas apontadas por tais trabalhadores (CMCM, Indicação 1.725/2014). Da mesma forma destacamos o Requerimento para que a Prefeitura esclareça quais providências estão sendo tomadas em relação à solicitação dos vigias municipais para concessão de adicional de periculosidade no valor de 30% dos seus salários (CMCM, Requerimento 1.726/2014).

Já o vereador Edilson Martins protocolou apenas uma proposição em atendimento ao pedido dos taxistas da cidade, para que, no decorrer da 24ª Festa Nacional do Carneiro no Buraco, a ser realizada em julho de 2014, fosse disponibilizado um espaço maior para estacionamento, uma vez que, em anos anteriores, ocorreram transtornos em razão do número elevado de pessoas que requeriam serviços de transporte privativo (CMCM, Indicação 9/2014).

Por fim, as demandas relativas à categoria Religião também estiveram presentes nos mandatos dos dois vereadores. Embora, do ponto de vista quantitativo, estas proposições tenham ocupado um pequeno espaço dentro da atuação de ambos, podemos perceber que os valores e pertencimentos religiosos são manifestados dentro de suas atividades na política. Essas manifestações e posicionamentos serão discutidos no próximo capítulo, em que analisamos as proposições religiosas dos dois vereadores e a tramitação do Plano Municipal de Educação, especificamente as discussões em torno da Meta 12 e das questões de Gênero que evidenciaram as relações complexas entre religião e política. Estas relações ocorridas no Legislativo Municipal de Campo Mourão corroboram para discussão mais ampla da presença da religião na política, objetivo central da nossa pesquisa.

\* \* \*

Neste capítulo, discutimos aspectos da formação do município e do Poder Legislativo de Campo Mourão, e contextualizamos a trajetória, a campanha e os mandatos dos vereadores, agentes religiosos. Tabulamos e analisamos as proposições apresentadas pelos agentes religiosos Edilson Martins e Toninho Machado entre 2013 e 2015, a fim de compreender quantas e quais foram suas proposições, em quais áreas dedicaram mais esforços, apontando suas prioridades. Por meio deste exercício investigativo foi possível perceber que, de modo geral, demonstram se preocupar com as demandas trazidas pelos eleitores e dar respostas a elas por meio, sobretudo, de Indicações e Requerimentos direcionados ao Poder Executivo Municipal.

Ainda assim, assuntos e pautas ligados ao campo religioso estiveram presentes de várias maneiras na atuação parlamentar dos vereadores. Uma delas consiste nas Homenagens prestadas aos líderes religiosos e denominações evangélicas. De outra forma, mais evidente, em proposições que estão relacionadas diretamente ao público evangélico, por meio de iniciativas parlamentares para inclusão de datas, eventos, espaços de lazer e interesses que atendam a esta parcela da população, conforme discutimos no próximo capítulo.

### **CAPÍTULO 3**

## **PAUTAS RELIGIOSAS NO LEGISLATIVO MUNICIPAL: EVENTOS PÚBLICOS, DATAS COMEMORATIVAS E EDUCAÇÃO**

Este capítulo tem como objetivo discutir os trânsitos, imbricações e/ou motivações religiosas presentes nas ações dos agentes religiosos, Edilson Martins e Toninho Machado, no Legislativo Municipal de Campo Mourão. A relevância em realizarmos esta discussão se deve ao fato de entendermos que a atuação de políticos evangélicos tem contribuído para ocorrência de uma reconfiguração do espaço político, na medida em que seus valores e motivações religiosas parecem estar presentes na esfera pública e, em algumas ocasiões, resultam na proposição de demandas que visam atender aos interesses de suas denominações religiosas, ratificando o que alguns teóricos vêm problematizando quanto ao processo de dilatação e permeabilização das fronteiras entre política e religião.

Assim, buscamos analisar as demandas dos agentes religiosos Edilson Martins e Toninho Machado elencadas na categoria religião, que, conforme abordamos no Capítulo 2, foi uma dentre as nove áreas selecionadas para discussão das proposições dos parlamentares. Nesta categoria, encontram-se propostas relacionadas à inserção de datas comemorativas no calendário municipal e realização de eventos alusivos a questões ou motivações religiosas. Importante ressaltar que, no decorrer do capítulo anterior, identificamos e discutimos algumas demandas inseridas em outras categorias e que denotam igualmente a proximidade com a religião, seja por meio de homenagens a pessoas e entidades evangélicas, seja nas solicitações de melhorias na infraestrutura urbana onde estão localizadas Igrejas evangélicas.

Neste momento, debruçamo-nos sobre os dispositivos legislativos que envolveram parte da sociedade, de caráter mais amplo, polêmico ou midiático, e que por esta razão, optamos em elencar numa categoria própria, a saber: o Projeto de Lei 168/2013, que instituiu o Dia do Evangélico no Município de Campo Mourão; as Indicações 1.039/2013 e 7/2014, que solicitaram a inserção de show gospel na Festa Nacional do Carneiro no Buraco nos anos de 2013 e 2014, todos de autoria do vereador Edilson Martins; e a Indicação 2.588/2013, do vereador Toninho Machado, solicitando ao Executivo Municipal a realização de eventos comemorativos em razão do Dia da Bíblia e Dia do Ecumenismo Religioso. Ainda, a polêmica instaurada na tramitação do Projeto de Lei 82/2015, que deu origem à Lei 3.604 de 23 de junho de 2015, a qual regulamenta o Plano Municipal de Educação (PNE) para o

decênio 2015-2024<sup>27</sup>. Assim como ocorrido em vários municípios brasileiros, nos Estados e em nível nacional, a polêmica girou em torno da Meta 12 do PNE, que se refere, dentre outras ações, à questão de gênero na educação pública e privada. Tais discussões evidenciam a complexa relação entre religião e política.

Desta maneira, o capítulo está estruturado em três eixos. O primeiro discute a religião em eventos públicos, a partir da inserção de show gospel em festas não religiosas, fenômeno que tem crescido consideravelmente nas últimas décadas no Brasil. O segundo eixo aborda a religião no calendário civil, por meio da introdução de datas comemorativas alusivas a questões religiosas, neste caso, não mais fazendo referência ao catolicismo – como foi estabelecido historicamente no contexto brasileiro –, mas a novas datas relacionadas, sobretudo, ao público evangélico. Por fim, o terceiro eixo traz a discussão da influência religiosa nas decisões políticas referentes à educação, introduzindo seus valores e posicionamentos frente a questões que envolvem toda sociedade. Por meio da exploração destas temáticas pretendemos discutir as formas como a religião tem se feito presente na política e no espaço público, retomando e problematizando alguns significados acerca das noções de secularização e laicidade discutidas no primeiro capítulo desta pesquisa.

### **3.1 A religião em eventos públicos: expressões da cultura gospel**

Os eventos de entretenimento, bem como programas de rádio e televisão, têm contado com programações de cunho religioso, intensificados a partir da década de 1970, tendo como protagonistas os evangélicos e, posteriormente, com adesão e investimento de grupos católicos. A este respeito, Cunha (2004, p. 251) define como “explosão gospel” o novo estilo de culto praticado dentro de um padrão que ultrapassa as paredes dos templos religiosos, acompanhado do expressivo aumento do uso da mídia na disseminação da cultura gospel ao público evangélico<sup>28</sup>. A música, em particular, merece destaque, uma vez que é a fonte mais acessada por este público, seja nas rádios, em programas televisivos, ou por meio da comercialização de CDs. Sobre cultura gospel, Cunha entende:

um novo modo de vida que emerge entre grupos cristãos no Brasil, como consequência da força adquirida pelo trinômio novos movimentos religiosos-

---

<sup>27</sup> Todos os municípios brasileiros tinham até o dia 24 de junho de 2015 para aprovação, sanção e publicação do Plano Municipal de Educação em consonância com o Plano Nacional de Educação aprovado em 25 de junho de 2014 (Lei 13.005/2014).

<sup>28</sup> De acordo com Cunha (2004, p. 143), o termo gospel foi inserido no campo evangélico por Estevan Hernandez e sua Igreja Renascer em Cristo como “um produto ancorado pela música e disseminado por meio de estratégias de *marketing*” (grifo do original).

mercado-mídia. Esse modo de vida manifesta-se principalmente na ênfase à música como cultivo e enlevo espiritual com valorização da diversidade de gêneros musicais; na relativização da tradição de santidade puritana de recusa da sociedade e das manifestações culturais por meio da abertura para a expressão corporal; na inserção do consumo de bens religiosos como processo de aproximação/apropriação do sagrado (CUNHA, 2008, p. 56).

De acordo com a autora, este novo modo de vida atinge a maioria do público vinculado a denominações religiosas de origem cristã, pois “a cultura gospel é causa e consequência de um novo relacionamento dos cristãos com a mídia” (CUNHA, 2008, p. 56). Ou seja, a mídia exerce papel de mediadora desta nova configuração religiosa formada por meio da manifestação da cultura gospel, influenciada também pela mudança no padrão de consumo dos cristãos, intensificando o mercado religioso (CUNHA, 2008).

Podemos citar como exemplo deste reconhecimento do gospel enquanto cultura, a alteração promovida na Lei 8.313/1991 (Lei Roaunet), através da emenda parlamentar proposta pelo Projeto de Lei da Câmara 27/2009, de autoria do então Deputado Bispo Rodovalho (PP-DF), e convertido em 2012 na Lei 12.590/2012, que reconhece a música gospel e os eventos a ela relacionados como manifestação cultural, com exceção dos eventos promovidos por igrejas (Art. 31A.). O reconhecimento legal possibilita que eventos desta natureza sejam organizados utilizando-se de incentivos fiscais destinados à cultura. No entanto, a aprovação da Lei 12.590/2012 sofreu inúmeros questionamentos, tendo em vista que a música já estava dentre as manifestações culturais previstas na Lei Roaunet. Sobre a aprovação desta Lei, Sant’Ana (2013) argumenta que a cultura foi utilizada como meio de buscar o reconhecimento deste gênero musical que, apesar de abranger a participação de artistas católicos, possui uma identificação maior com os evangélicos. Para a autora,

O discurso da ‘cultura’, portanto, utilizado para a legitimação do gospel, não é apenas uma tentativa de ampliação de recursos para esse mercado ou uma luta por conquista de direitos negados. É a construção de um espaço reconhecido na narrativa nacional, de uma imagem genérica de evangélico, capaz de reunir em uma identidade ‘cultural’ referências para experiências múltiplas e que não podem ser acionadas pela vinculação institucional (SANT’ANA, 2013, p. 39).

Esta conclusão acerca da busca de significados por parte dos evangélicos nos remete ao que Giumbelli (2014a) compreende enquanto “cultura pública”. Para o autor, as diversas manifestações públicas dos evangélicos na sociedade são realizadas “através de ações que buscam tanto a ocupação de posições, quanto a proliferação de referências” (GIUMBELLI, 2014a, p. 194). Assim, o gospel e os eventos a ele associados cumprem certamente este papel

de construir uma referência de cultura, seja ela compreendida enquanto “cultura gospel” ou “cultura pública” (CUNHA, 2008; GIUMBELLI, 2014a).

Diante desta nova expressão cultural, vários eventos têm disponibilizado em suas programações atrações religiosas, fato que ocorreu também nas 23<sup>a</sup> e 24<sup>a</sup> edições da Festa Nacional do Carneio no Buraco de Campo Mourão, realizadas nos anos de 2013 e 2014. No entanto, esta inserção não aconteceu por iniciativa da comissão organizadora da festa, estruturada pela Prefeitura Municipal, mas em razão da solicitação do Legislativo Municipal, por meio da iniciativa do agente religioso Edilson Martins.

Realizada desde 1991, e oficializada como Festa Nacional do Carneiro no Buraco em 2003, o evento ocorre anualmente no mês de julho, é organizado pela Prefeitura e recebe o público de toda região, além de pessoas de outras localidades do Paraná e estados da Federação. Sua programação, realizada ao longo de cinco dias, envolve atividades culturais, exposições de maquinários e animais, rodeio e apresentações de artistas regionais e nacionais, além do rito de preparação e organização do almoço, com o prato típico do município: o carneiro no buraco. A festa, ainda, é considerada parte integrante do patrimônio cultural de Campo Mourão, conforme Lei Municipal 2.501/2009, e representa importante movimentação na economia, além de impulsionar o turismo local e regional.

A Festa Nacional do Carneiro no Buraco também representa, para o público, a maior referência da cultura local (ALVES, 2012), embora esta referência pode ser compreendida enquanto uma “tradição inventada”, uma vez que a criação da Festa não possui relação histórica com a formação cultural da região, mas foi criada visando promover a cidade nacionalmente (YURASSEK, 2010; MARTINS; PELEGRINI, 2014). Por “tradição inventada”, conforme Hobsbawn, entende-se um conjunto de

práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam incultar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade com o passado (HOBSBAWN, 2008, p. 9).

As práticas simbólicas, nesse caso, estão presentes nos elementos míticos e rituais que envolvem o preparo do prato – o carneiro –, relacionados à representação da criação do fogo. O ritual conhecido como “guardião do fogo” é baseado na mitologia grega e representa a criação do céu, mar, terra e todos os elementos do universo. Reforça, também, o imaginário da chegada dos chamados pioneiros de Campo Mourão, bem como o início da construção da região, pautada no desenvolvimento agrícola e industrial. O encerramento do rito de

preparação do prato típico, o carneiro no buraco, acontece com a entrada de pessoas segurando tochas, que valorizam novamente a presença e importância do fogo para a cultura. Na sequência da apresentação, o fogo é conduzido até o pavilhão onde, nos buracos que serão acesos, será realizado o cozimento da iguaria, preparada em tachos que ficam enterrados por 12 horas (MARTINS; PELEGRINI, 2014)<sup>29</sup>. Todas estas ações foram pensadas de modo que sua reprodução anual fosse compreendida enquanto “tradição”, fato que corrobora para a divulgação da cidade e região, a fim de promover o desenvolvimento local e regional.

Trata-se, portanto, de uma festa cívica, sem vínculo religioso, que busca simbolizar a cultura local, a construção da cidade, a valorização dos ditos pioneiros e também o desenvolvimento agroindustrial do município. Suas características, assim, demonstram que não há menção explícita à religião, tal como ocorre em outras festas típicas, vinculadas, por exemplo, à Igreja Católica e a Santos Padroeiros, tão comuns nos municípios do país.

Todos os anos, a programação cultural e os shows da festa são definidos e organizados pela Prefeitura Municipal. Em particular, para a edição de 2013, constou da programação oficial o primeiro show gospel, incluído em razão da Indicação 1.039/2013, de autoria do vereador Edilson Martins. A indicação foi apresentada no dia 1 de abril de 2013, tendo recebido parecer jurídico favorável e sido encaminhado à prefeita do município na semana seguinte, dia 9 de abril.

Para justificar sua solicitação, o vereador afirmou que a inclusão de uma apresentação artística gospel atrairia um número maior de pessoas do município e da região, conforme aponta o trecho a seguir da referida proposição:

A presente solicitação se dá devido ao um elevado número de Cristãos (evangélicos e católicos) na cidade de Campo Mourão e considerando que atualmente nossos jovens necessitam se deslocarem para Maringá e outras cidades para assistirem shows de caráter Gospel. Considerando o Censo de 2010 divulgado pelo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sobre a religião no Brasil, vemos que 86,8% dos brasileiros se declaram como Cristãos, e que são poucos eventos realizados para esse tipo de público. Endentemos que a realização de um Show Gospel atrairá não só o público mourãoense, mas também pessoas de várias cidades do nosso Estado (CMCM, Indicação 1.039/2013).

---

<sup>29</sup> O prato típico foi inspirado num filme da década de 1960 em que vaqueiros preparavam carnes dentro de buracos em cima de brasas. Este preparo chamou atenção dos ditos “pioneiros” que introduziram novos elementos ao prato e passaram a servi-lo aos visitantes da cidade. Desde sua origem até os dias atuais, o carneiro no buraco sofreu várias adaptações, mas é conhecido nacionalmente como comida típica da cidade. Informações extraídas da Secretaria do Esporte e Turismo do Paraná. Disponível em: <<http://www.turismo.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=117>>. Acesso em: 11 set. 2016.

Como se pode verificar, segundo a justificativa apresentada pelo vereador, a realização do show gospel na Festa atenderia a uma expectativa da população, já que há um público cristão que não conta com atividades dessa natureza na região.

A inclusão do show gospel na Festa Nacional do Carneiro no Buraco contou ainda com o apoio do Deputado Estadual Wilson Quinteiro, também evangélico, membro da Igreja Presbiteriana Renovada, o qual teria sido eleito como representante oficial da Igreja na Assembleia Legislativa do Paraná<sup>30</sup>. Quinteiro foi responsável pela contratação da banda “Filhos do Homem”, e também esteve presente na abertura da programação religiosa, que contou, ainda, com a presença da Prefeita Municipal, bem como do Vice-Prefeito e Presidente da festa, além de outros representantes do Legislativo Estadual e Municipal. Segundo a Polícia Militar, “20 mil pessoas, das mais diversas igrejas assistiram ao show, que também teve um momento de oração proferido pelo pastor Arnildo Klumb”<sup>31</sup>. O referido pastor dirige a Primeira Igreja Presbiteriana de Campo Mourão, e foi eleito em 2013 como presidente da Ordem dos Pastores Evangélicos de Campo Mourão (Opecam), instituição filantrópica sem fins lucrativos, que tem como objetivo promover o conagraçamento dos pastores evangélicos e suas famílias<sup>32</sup>.

É possível afirmar que a realização do show gospel trouxe novos significados à noite do sábado, uma vez que criou uma oportunidade para a proclamação da palavra de Deus em espaço público. Durante os 23 anos da existência da festa, não foram identificadas outras atividades que expressassem a dimensão religiosa, já que não havia na sua programação apresentação gospel ou outras ações similares.

É possível afirmar, ainda, que a Indicação 1.039/2013, de autoria do vereador Edilson Martins, acabou favorecendo a ocorrência de um momento de evangelização, sendo que a música e também a oração realizada, sugerem o cumprimento da *missão* de levar a palavra de Deus ao maior número possível de pessoas, uma das características do pentecostalismo (NOVAES, 2001).

Percebe-se, portanto, na ocasião do primeiro show gospel, a articulação entre o agente religioso municipal e um deputado estadual – Edilson Martins e Wilson Quinteiro, respectivamente –, ao levarem para a Festa Nacional a linguagem religiosa, nesse caso, por

---

<sup>30</sup> Informação do Blog Oficial do Deputado Wilson Quinteiro. Disponível em: <<http://wilsonquinteiro.blogspot.com.br/2010/09/quinteiro-participa-de-cafe-da-manha.html>>. Acesso em: 6 ago. 2016.

<sup>31</sup> Informação do Blog Oficial do Deputado Wilson Quinteiro. Disponível em: <<http://wilsonquinteiro.blogspot.com.br/2013/07/quinteiro-leva-show-gospel-para-festa.html>>. Acesso em: 6 ago. 2016.

<sup>32</sup> Informação disponível em: <<http://www.itribuna.com.br/campo-mourao/2013/04/pastor-arnildo-klumb-assume-a-opecam/1055122/>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

meio do show gospel e da oração<sup>33</sup>. Tal pauta, que atende sobretudo ao público evangélico, foi introduzida pelo vereador na esfera pública, sem ter despertado controvérsias no âmbito do Legislativo e do Executivo Municipal, uma vez que não se identificou manifestações contrárias e que, inclusive, a mesma indicação se repetiu no ano seguinte, em 2014. Podemos dizer que a demanda por parte do vereador Edilson Martins para a inserção de um show que exprime uma cultura religiosa e atende a um público específico significa a reafirmação de seu posicionamento enquanto representante religioso no poder público.

Em 2014, a programação da festa contou com show gospel animada pela “Banda Átrios” e “Ministério Dimmy Oliveira”, no sábado, dia 5 de julho. Já “Willian e Gustavo e Banda Tua Palavra” apresentaram-se no domingo, dia 6 de julho. Tal programação foi incluída em razão de nova Indicação do vereador Edilson Martins (CMCM, Indicação 7/2014), utilizando-se dos mesmos argumentos contidos na Indicação feita no ano anterior. Inclusive, a imprensa local noticiou o fato da inclusão do show gospel na edição de 2014 ter ocorrido em virtude da Indicação de Edilson Martins, como podemos verificar neste trecho da reportagem publicada no jornal Tribuna do Interior:

A inclusão de show gospel, com artista conhecido nacionalmente, na programação da 24ª Festa Nacional do Carneiro no Buraco foi reivindicada pelo vereador Edilson Martins (PSD) a Prefeitura de Campo Mourão. Na justificativa do pleito, o vereador ressalta que o Censo de 2010 aponta que 86,8 por cento dos brasileiros se declaram cristãos e que são poucos os eventos realizados para este público<sup>34</sup>.

Podemos concluir, com base na matéria acima, que o vereador Edilson Martins teve como objetivo divulgar o fato que sua solicitação novamente foi acatada pelo Executivo Municipal e que a 24ª edição da Festa Nacional do Carneiro no Buraco também contaria com shows destinados ao público cristão, a exemplo do ocorrido no ano anterior. Já em 2015, tendo em vista a não Indicação do vereador, a programação da 25ª edição da Festa Nacional do Carneiro no Buraco não contou com show gospel, o que demonstra as implicações da iniciativa deste parlamentar em solicitar, via Legislativo, a inclusão da atividade na festa realizada no município.

---

<sup>33</sup> O Deputado Wilson Quinteiro se licenciou do cargo para disputar a Prefeitura de Maringá, Paraná, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Notícia disponível em: <<http://g1.globo.com/pr/nortenordeste/eleicoes/2016/noticia/2016/07/wilson-quinteiro-sera-candidato-prefeito-pelo-psb-em-maringa.html>>. Acesso em: 11 set. 2016.

<sup>34</sup> Informações extraídas do portal de notícias do Jornal Tribuna do Interior. Disponível em: <<http://www.itribuna.com.br/politica/2014/04/show-gospel-no-carneiro-no-buraco/1040118/>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

Em relação às Indicações do vereador para as 23<sup>a</sup> e 24<sup>a</sup> edições da Festa, consideramos plausível afirmar, conforme Maia, que “tenta-se ampliar o espaço sagrado para além da igreja, ou dos lares” (MAIA, 2006, p. 107). A programação da festa, nestes dois anos consecutivos, contou com shows gospel por solicitação deste agente religioso, ação que o próprio parlamentar fez questão de ressaltar enquanto conquista para o público cristão.

Desta maneira, compreendemos que as Indicações do vereador Edilson Martins para inserção de shows gospel na Festa Nacional do Carneiro no Buraco possuem como principal motivação o atendimento de demandas do público evangélico (MEZZOMO; PÁTARO, PINHEIRO, 2016)<sup>35</sup>. A este respeito, vale ressaltar, conforme abordado no primeiro capítulo da nossa pesquisa, que grupos evangélicos têm protagonizado diversas ações no espaço público, inclusive por meio do lazer e entretenimento, possibilitando a manifestação cultural da música gospel (CUNHA, 2007, 2008; ROSAS, 2013). Nos casos aqui discutidos, esta ação se tornou possível em virtude da proposição do referido agente religioso.

### **3.2 A religião no calendário civil municipal**

As proposições analisadas nesta seção se relacionam ao calendário civil municipal. Para Le Goff (1984), o calendário é um objeto cultural e social, pois é por meio dele que a sociedade organiza seu cotidiano temporalmente. Desta forma, o calendário é um instrumento que gere a vida em sociedade, pois nele estão inseridos os dias destinados ao trabalho, bem como as festas e os dias de descanso. Por esta razão, o autor também o entende como um “dos grandes emblemas e instrumentos de poder” (LE GOFF, 1984, p. 260). Compartilhando desta compreensão, podemos dizer que as proposições analisadas neste eixo buscam dar visibilidade às datas comemorativas já incluídas no calendário municipal, como forma de expressar as articulações de determinada parcela da sociedade: os evangélicos.

A primeira proposição aqui em pauta, de autoria do agente religioso Toninho Machado, trata de solicitação para que o Executivo Municipal viabilizasse eventos comemorativos em razão do Dia da Bíblia e Dia do Ecumenismo Religioso, datas já inseridas no calendário municipal de Campo Mourão, por meio de legislação promulgada no ano de 1999. A segunda proposição, de autoria do agente religioso Edilson Martins, insere no calendário municipal o Dia do Evangélico, por meio de um Projeto de Lei permeado por controvérsias, mas aprovado e sancionado no ano de 2013.

---

<sup>35</sup> Resultados parciais da discussão acerca do show gospel na Festa Nacional do Carneiro no Buraco de Campo Mourão podem ser conferidos em: Mezzomo, Pátaro e Pinheiro (2016).

A pesquisa realizada por Bosisio (2014), acerca da face pública e política da religião no calendário civil brasileiro, ressalta que os feriados ainda estão essencialmente relacionados à Igreja Católica e a seus santos. Isso demonstra que, mesmo sendo o Estado laico, os feriados católicos permanecem nos calendários, em virtude de que tais datas se vinculam ao que foi denominado cultura nacional, em especial amparada no argumento da tradição. Por outro lado, o que se tem presenciado é o surgimento de Leis municipais ou estaduais introduzindo novas datas comemorativas ou feriados em seus calendários, cuja matriz cultural está associada às Igrejas evangélicas e a cultos afro-brasileiros (PITREZ, 2012; BOSISIO, 2014).

Conforme apontamos no primeiro capítulo desta pesquisa, a Igreja Católica até o período republicano usufruiu de hegemonia e obteve favorecimentos junto ao Estado mesmo após a separação Igreja/Estado<sup>36</sup>. Essa hegemonia fica visível também no calendário nacional, uma vez que os feriados religiosos estão vinculados ao catolicismo e ao imaginário católico, como por exemplo, nas festividades de São João (BOSISIO, 2014).

Importante destacar que, para inserção de novos feriados ou datas comemorativas no calendário, em nível municipal, estadual ou federal, é necessário que o Poder Legislativo destas instâncias insira propostas de Leis em suas pautas. Uma vez sancionada pelo Poder Executivo, cabe ao Legislativo acompanhar e fiscalizar seu cumprimento.

No caso da Indicação 2.588/2013, de autoria de Toninho Machado, é possível perceber que o vereador manifesta seu interesse pelo cumprimento das Leis 1.212, de 9 de março de 1999, e 1.235, de 18 de agosto de 1999, que instituem no município o Dia do Ecumenismo Religioso e o Dia da Bíblia, ambos comemorados no 2º domingo de dezembro. A Indicação realizada por este agente religioso solicitava que a Prefeitura Municipal de Campo Mourão viabilizasse eventos comemorativos alusivos a estas datas já previstas no calendário municipal, ainda que a legislação não assevere ser de responsabilidade do poder público organizar tais eventos (CMCM, Indicação 2.588/2013).

O Dia da Bíblia também consta no calendário nacional brasileiro, inserido pela Lei 10.335, de 19 de dezembro de 2001, sancionada pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso<sup>37</sup>. Embora tais legislações não mencionem, a comemoração desta data é

---

<sup>36</sup> Cabe aqui destacar que esta proeminência da Igreja Católica em relação ao Estado persiste até hoje. Podemos citar como exemplo o acordo firmado entre o Estado e a Santa Sé, aprovado pelo Congresso Brasileiro em 2010 sem a realização de maiores debates com a sociedade. Sobre essa discussão, consultar Giumbelli (2011).

<sup>37</sup> Lei disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10335.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10335.htm)>. Acesso em: 4 set. 2016.

vinculada à tradição evangélica<sup>38</sup>. No Brasil, o Dia da Bíblia começou a ser comemorado em 1850, com a chegada dos primeiros missionários evangélicos vindos dos Estados Unidos e da Europa, mas a primeira manifestação pública ocorreu em 1948, no Monumento do Ipiranga na cidade de São Paulo. A partir de então, anualmente se realizam eventos comemorativos no segundo domingo de dezembro, geralmente por iniciativa das Igrejas evangélicas, contando com apresentações diversas, carreatas, campeonatos de leitura da bíblia, dentre outros<sup>39</sup>.

Especificamente no município de Campo Mourão, não se tem dado visibilidade ao Dia da Bíblia, ainda que a legislação para instituir esta data comemorativa no calendário anteceda à lei nacional. No ano de 2007 foi realizada uma ação conjunta entre a Igreja Católica e Igrejas evangélicas para leitura da Bíblia em praça pública, idealizada como forma de promover a reflexão da palavra de Deus e contribuir para a segurança da cidade<sup>40</sup>. Em 2013, vários pastores organizaram a leitura da Bíblia juntamente com o pronunciamento de mensagens e realização de louvores com o objetivo, segundo os organizadores, de “resgatar” alguns valores na sociedade<sup>41</sup>. Já a notícia mais recente encontrada acerca da comemoração do Dia da Bíblia em Campo Mourão é do ano de 2014, ocasião em que a Opecam organizou a festividade na sede da 1ª Igreja Presbiteriana Renovada, denominação dirigida pelo Pastor Arnildo Klumb, também presidente da Ordem, conforme já mencionado anteriormente.

Na ocasião da entrevista cedida à imprensa local, o referido Pastor afirmou que seria necessário repensar o número de eventos realizados em conjunto com várias Igrejas, pois acabavam desfocando os pastores das atividades de suas Igrejas locais<sup>42</sup>. Este posicionamento expresso pelo Pastor talvez explique o fato de não localizarmos grandes eventos realizados na cidade no segundo domingo do mês de dezembro, fato que, talvez, tenha suscitado no agente religioso Toninho Machado o interesse de indicar ao Poder Executivo a viabilização destes eventos, ainda que as leis mencionadas não estabeleçam ser de competência do poder público municipal a iniciativa pela comemoração. Conforme prescreve o texto legislativo,

Art. 1º Fica instituído para o 2º domingo de dezembro, no âmbito do Município o "Dia do Ecumenismo Religioso".

---

<sup>38</sup> No catolicismo, o “mês da bíblia” é comemorado em setembro. Conforme informação disponível em: <<http://noticias.cancaonova.com/brasil/cnbb-divulga-subsidios-para-o-mes-da-biblia-2016/>>. Acesso em: 4 set. 2016.

<sup>39</sup> Informações consultadas na página da Sociedade Bíblica do Brasil. Disponível em: <<http://www.sbb.org.br/eventos/diada Biblia/historia-do-dia-da-biblia/>>. Acesso em 4 set. 2016.

<sup>40</sup> Notícia disponível em: <<http://orvalho.com/index.php?pagina=noticia&id=1408>>. Acesso em 4 set. 2016.

<sup>41</sup> Notícia disponível em: <<http://www.itribuna.com.br/campo-mourao/2013/11/pastores-preparam-se-para-o-dia-da-biblia/1045031/>>. Acesso em: 4 set. 2016.

<sup>42</sup> Informações disponíveis em: <<http://www.itribuna.com.br/campo-mourao/2014/12/opecam-celebrou-o-dia-da-biblia-neste-domingo/1245829/>>. Acesso em: 4 set. 2016.

Art. 2º Todas as entidades religiosas sediadas no Município poderão participar com palestras, cultos, exposições, atividades esportivas e recreativas, a fim de incentivar a unificação e harmonia religiosa em nossa comunidade (Lei 1.212/1999).

Do mesmo modo, a Lei 1.235/1999 que institui o Dia da Bíblia também não dispõe ser de competência do poder público promover eventos em comemoração destas datas instituídas no calendário municipal, fato que nos permite dizer que a Indicação 2.588/2013, de autoria de Toninho Machado, tenha como objetivo sugerir ao Executivo o cumprimento deste papel. No entanto, parece que sua Indicação não foi acatada, uma vez que não foi noticiado nenhum evento viabilizado pela Prefeitura Municipal, o que não invalida sua proposição parlamentar, registrada enquanto produção de sua autoria. A análise destas proposições nos proporcionou concluir que, embora as legislações que instituíram tais datas no município não estabeleçam ser de responsabilidade da Prefeitura a organização destes eventos, é de interesse do agente religioso sugerir a realização desta festividade, uma vez que não há no município algo instituído pelas denominações religiosas, apenas algumas práticas ou iniciativas isoladas, como vimos nos anos de 2007, 2013 e 2014. É possível dizer, ainda, que tal iniciativa pode significar a tentativa do agente religioso em demarcar território ou criar uma tradição de festividades relacionadas a tais datas, ressignificando espaços que historicamente foram ocupados pela Igreja Católica.

A segunda proposição analisada nesta seção trata do Projeto de Lei 168/2013, de autoria do agente religioso Edilson Martins, que institui o Dia do Evangélico no município de Campo Mourão. O referido projeto foi votado nos dias 12 e 13 de novembro de 2013, momento em que o plenário da Câmara Municipal foi completamente ocupado pelo público, que acompanhou principalmente o primeiro dia de votação<sup>43</sup>.

Importante ressaltar que a proposição de um Projeto de Lei para instituição desta data comemorativa no município de Campo Mourão não é inédita. Conforme consta em anexo à documentação do referido Projeto, em 1996, foi protocolado pelos vereadores Levi Queiroz da Paixão e Joani Teixeira o Projeto de Lei 25/1996, para instituição do Dia do Evangélico no município. Este projeto deu origem à Lei Municipal 976, de 28 de junho de 1996, que instituiu a referida data a ser comemorada no dia 1 de novembro.

Em 1998, o Projeto de Lei 229/1998, de autoria dos vereadores Júlio Vieira e Joani Teixeira, tramitou na Casa Legislativa de Campo Mourão, propondo uma emenda

---

<sup>43</sup> Informação retirada do site da Câmara Municipal de Vereadores de Campo Mourão, disponível em: <[http://www.cmcm.pr.gov.br/v6/ler\\_noticia.php?cd\\_noticia=1563](http://www.cmcm.pr.gov.br/v6/ler_noticia.php?cd_noticia=1563)>. Acesso em: 26 jul. 2016.

modificativa que visava alterar a data da comemoração de 1 de novembro para 10 de outubro. No entanto, conforme registrado na ata da reunião realizada com representantes da Ordem dos Pastores de Campo Mourão (Opecam) no dia 20 de novembro de 1998, foi solicitado por estes representantes que o referido projeto fosse retirado, em razão de haver matéria tramitando na casa com a mesma proposição. A Opecam também solicitou a revogação da Lei 976/1996 e que, em seu lugar, fosse instituído no segundo domingo de dezembro o Dia da Bíblia, fato que, conforme relatado anteriormente, aconteceu. Dessa forma, foi acatado por unanimidade pelos vereadores da época o referido requerimento, arquivando o Projeto 229/1998 e revogando a Lei 976/1996<sup>44</sup>.

A pauta retorna em 2013, por iniciativa do agente religioso Edilson Martins, que propõe novamente a instituição da data comemorativa ao Dia do Evangélico no calendário oficial do município. Na justificativa menciona-se a importância da inclusão desta data no calendário civil do município:

Incentivar a divulgação do evangelho objetivando a participação da comunidade em geral através de ações públicas de demonstração de que o caminho para um melhor viver é exatamente a nossa busca constante de Deus. Entendendo a importância que o segmento Evangélico tem junto à comunidade e por isso, nos preocupamos em reconhecer o trabalho desenvolvido por tão importante movimento da cristandade. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou dados comparativos entre os censos realizados nos anos 2000 e 2010 sobre religião, e apontou o crescimento de 61,45% dos evangélicos nos últimos dez anos. De acordo com o comparativo, no ano 2000, cerca de 26,2 milhões de brasileiros se declaravam evangélicos, quantidade correspondente a 15,4% da população, e no ano de 2010, a quantidade de brasileiros que se identificaram como evangélicos saltou para 42,3 milhões, ou 22,2% da população do país. Esperamos a compreensão dos Nobres e que a presente proposta receba a análise e a aprovação de Vossas Senhorias, pois representará o nosso reconhecimento e apoio a todos os Evangélicos de Campo Mourão, que vêm prestando um inestimável trabalho no resgate da cidadania de milhares de pessoas através de recuperação da espiritualidade, abandono do uso de drogas, restauração das famílias e tantas outras ações sociais e comunitárias (CMCM, Projeto de Lei 168/13).

Diante da justificativa, é possível perceber que Edilson Martins pretende convencer os demais membros do Legislativo utilizando-se basicamente de três pontos, a saber: os dados do último Censo, onde se constata o crescimento dos evangélicos no país; a importância do trabalho desenvolvido por este segmento no município, dando a entender que tal conduta é

---

<sup>44</sup> Conforme discutido anteriormente, o Dia da Bíblia foi instituído em Campo Mourão em 1999, prevendo a comemoração no 2º domingo do mês de dezembro.

unânime entre os evangélicos; e, por fim, a evangelização das pessoas através da demonstração que o melhor caminho para se viver é a busca constante de Deus.

A justificativa da proposição foi aceita pelos membros do legislativo, porém com uma ressalva feita pelo vereador Sidnei Jardim (PPS), na ocasião, presidente da Comissão Permanente de Legislação e Redação. Tendo em vista as experiências anteriores (1996 e 1998), o presidente solicitou envio de expediente ao presidente da Opecam, Pastor Arnildo Klumb, requerendo sua manifestação em relação à proposição (CMCM, Projeto de Lei 168/13). De acordo com a documentação anexada ao Projeto de Lei, o Pastor Arnildo Klumb se mostrou desfavorável à tramitação do projeto, conforme afirmou em ofício:

Esta Lei já existe a nível nacional (Lei 12.328, de 15 de setembro de 2010), que institui o Dia Nacional do Evangélico a ser comemorado no dia 30 de novembro de cada ano (algo que gerou pesadas críticas entre vários líderes evangélicos). Nós da OPECAM concordamos que é uma iniciativa simpática, mas, todavia, a República nasceu laica e o Estado precisa continuar laico. Defendemos a separação entre Igreja e Estado para que haja democracia. Poderíamos nós requerer feriados evangélicos, como há católicos, mas isso sem dúvidas, geraria muita polêmica desnecessária e abriria precedentes perigosos para o Estado Laico. (...) Portanto, nós da OPECAM incentivamos a fuga de qualquer oportunidade de demonstração do “poder evangélico”, ainda que graças a Deus estejamos crescendo numericamente em termos de adesão de gente, como bem mostram as pesquisas já mencionadas no ofício do requerente excelentíssimo vereador Edilson Martins, porém, ao contrário do vereador, não entendemos que a importância do segmento evangélico precisa disso para ser reconhecido (OPECAM, Ofício 9/13).

Ainda segundo o Ofício 9/13, de autoria do Pastor Arnildo Klumb, a apresentação do Projeto deveria ser revista, propondo em seu lugar a possibilidade de instituição de uma semana da consciência cristã<sup>45</sup>. No entanto, o posicionamento do referido Pastor não foi suficiente para que o vereador Edilson Martins retirasse o Projeto de tramitação, ao contrário, o agente religioso buscou apoio da comunidade evangélica para sua proposta de Lei, sob o argumento de que a Lei demonstraria a “força do povo de Deus”. No documento produzido por Edilson Martins, foram coletadas mais de 500 assinaturas entre fiéis e pastores evangélicos, sobretudo da Igreja Assembleia de Deus, em favor do projeto.

---

<sup>45</sup> O posicionamento contrário da Opecam foi noticiado na imprensa local. Segundo a página de notícias, os fiéis que lotaram a Câmara Municipal no dia da votação eram majoritariamente membros da Assembleia de Deus, Igreja à qual é vinculado o vereador agente religioso Edilson Martins. Disponível em: <<http://www.bocasanta.com.br/index.php?p=YWxyb3RsaXMvbWlyb3RhaUB6aHo66666YWQ9NjY2MTAwJm x1bW90ZV9vZGFjaWU9OTUwNEA>> Acesso em: 2 set. 2016.

Por meio dos argumentos utilizados pelo vereador, identificamos a busca por reconhecimento legal dos evangélicos na comunidade, podendo indicar que se trata também de um ideal almejado por este público. Ainda que exista a data comemorativa em nível nacional, é possível notar o interesse de parcela da população evangélica em garantir esta data no calendário municipal, atestado, inclusive, pela massiva participação na ocasião da votação do referido Projeto de Lei na Casa Legislativa. Ainda, mesmo diante do posicionamento do presidente da Opecam, declaradamente contrário à formulação da Lei, assinaram o documento proposto por Edilson Martins atestando ser favoráveis à tramitação do Projeto, pois “no calendário, os dias qualificados, mesmo que não sejam feriados, servem como forma de reconhecimento social” (BOSISIO, 2014, p. 28). Tais ocorrências sugerem uma disputa de poder entre as denominações evangélicas, ou ainda, entre o agente religioso e o Pastor Arnildo Klumb, pois diferente do ocorrido no ano de 1998, a sugestão da Opecam não foi acatada. Diante dos argumentos utilizados pelo agente religioso e contando com apoio da comunidade evangélica, o Projeto foi aprovado por unanimidade, e o Dia do Evangélico passou a ser comemorado anualmente no segundo sábado de novembro.

É possível considerar ainda que no caso deste Projeto de Lei, assim como em casos semelhantes, o autor da lei se direciona em favor dos interesses de seus eleitores e pelo reconhecimento social dos mesmos. A dinâmica de interesses políticos estabelecida entre o representante e o povo representado pode se configurar como um princípio característico do “estilo evangélico de fazer política”, como aponta Machado (2003).

A visão pontuada pelo Pastor Arnildo Klumb sobre a laicidade do Estado e o perigo que proposições como esta poderiam acarretar a esta laicidade conquistada na república não remete à opinião de todos os evangélicos, uma vez que, mesmo diante do posicionamento do líder religioso, demonstraram interesse em ter a Lei sancionada no município com um número expressivo de assinaturas<sup>46</sup>.

Este contexto resultou na concordância de todos os vereadores em manter o Projeto de Lei em tramitação, culminando com a criação da Lei 3.281, de 19 de novembro de 2013, instituindo o Dia do Evangélico no município, cujo parágrafo único dispõe que “a promoção a ser realizada nesta data será incentivada pelo Poder Executivo em parceria com as igrejas e entidades evangélicas com atuação em Campo Mourão”.

---

<sup>46</sup> Ao contrário da opinião formulada pelo referido Pastor, os autores de Projetos de Leis em defesa da promulgação do Dia do Evangélico, em outros contextos, em nível municipal, estadual ou federal utilizam-se como argumento a laicidade do Estado. Para estes autores, o fato de o Estado ser laico garante a liberdade religiosa e se opõe à promulgação de uma única confissão religiosa, fato que salvaguarda o direito de instituir esta data comemorativa no calendário (BOSISIO, 2014).

Por esta razão, em comemoração ao primeiro Dia do Evangélico de Campo Mourão, no ano seguinte à aprovação da Lei 3.281/2013, foi organizado, no segundo sábado do mês de novembro, a Marcha para Jesus<sup>47</sup>. O evento iniciou às 10h, em frente à praça do Fórum, na região central, percorrendo uma das principais avenidas da cidade, Capitão Índio Bandeira, sendo finalizado na praça central, com a realização de culto de adoração a Deus, louvores e pregações da palavra, conforme podemos observar na Figura 10<sup>48</sup>.

**Figura 10:** Comemoração do Dia do Evangélico e Marcha para Jesus de 2014



Fonte: Jornal CRN online, 10, nov. 2014.

Na edição de 2015, conforme ilustra a Figura 11, ocorrida também no Dia do Evangélico e por iniciativa da Igreja Assembleia de Deus, com fins de atrair um número maior de fiéis, a Marcha para Jesus foi acompanhada por trio elétrico com bandas formadas

<sup>47</sup> De acordo com a lei federal 12.025, de 9 de setembro de 2009, que institui o Dia Nacional da Marcha para Jesus, o dia a ser comemorado anualmente é o primeiro sábado subsequente aos 60 dias após o domingo de Páscoa. Ao que parece, em Campo Mourão, esta data foi transferida para o segundo sábado de novembro, em razão do Dia do Evangélico. Em 2013, antes da promulgação da lei que institui o Dia do Evangélico, a Marcha para Jesus aconteceu no dia 18 de maio de 2013, e foi organizada pela Opecam. Informação disponível em: <<http://www.bocasanta.com.br/?p=YWxyb3RsaXMvemlnYWxpX2FsYWNhaW5Aemh6P2NlbnVsaV9pbHJhZ2k9OTg3MkAmbHVtb3RlX29kYWNPpZT05ODcy>>. Acesso em: 6 set. 2016.

<sup>48</sup> Informações disponíveis em: <<http://crn1.com.br/noticias/35467/Em-Campo-Mourao--Dia-do-Evangelic-foi-comemorado-com-Marcha-Para-Jesus-.html>>. Acesso em: 07 ago. 2016.

por jovens, mulheres, adultos e crianças, e contou ainda com várias caravanas das Igrejas Assembleia de Deus oriundas da Mesorregião Centro-Ocidental do Paraná<sup>49</sup>.

**Figura 11:** Comemoração do Dia do Evangélico e Marcha para Jesus de 2015



**Fonte:** Jornal Tribuna do Interior, 6 nov. 2015.

É possível notar que a Igreja Assembleia de Deus teve certo protagonismo na organização da Marcha para Jesus dos anos de 2014 e 2015 em Campo Mourão. Vale ressaltar que o agente religioso Edilson Martins também participou do evento, conforme registrou a página de notícia local, apontando para o fato de o vereador ser autor do Projeto de Lei que instituiu o Dia do Evangélico no município<sup>50</sup>.

Conforme aponta Giumbelli (2014a), a Marcha para Jesus se tornou um evento importante de demonstração da presença pública dos evangélicos. A primeira Marcha para Jesus ocorreu em 1993 na cidade de São Paulo, por iniciativa da Igreja Renascer em Cristo, espalhou-se rapidamente para várias cidades do Brasil, contando com a participação de diferentes denominações evangélicas, “com isso passa a servir como mais uma expressão da

<sup>49</sup> Informações consultadas na página de notícias Tribuna do Interior. Disponível em: <<http://www.itribuna.com.br/campo-mourao/2015/11/marcha-para-jesus-comemora-hoje-dia-do-evangelico/1567617/>>. Acesso em: 7 ago. 2016.

<sup>50</sup> Notícia disponível em: <<http://www.bocasanta.com.br/index.php?p=YWxyb3RsaXMvbWlyb3RhaUB6aHo6666YWQ9Njc3ODQzJmx1bW90ZV9vZGFjaWU9NTc4Mg>>. Acesso em: 4 set. 2016.

força evangélica, traduzida nesse caso pela evocação genérica dos ‘cristãos’” (GIUMBELLI, 2014a, p. 197).

Uma das características da Marcha para Jesus é seu caráter midiático. Assim como ocorreu em Campo Mourão nos eventos supracitados, as Marchas para Jesus começam com uma passeata e culminam num palco montado em espaço aberto, onde são realizadas pregações e apresentações de bandas musicais. Desta maneira, “o evento serve assim, como espaço de divulgação e fruição da música *gospel*” (GIUMBELLI, 2014a, p. 198, grifos do original). Ou seja, a Marcha para Jesus movimenta o mercado de música *gospel*, compreendida como produção cultural. Na concepção de alguns autores, a Marcha para Jesus se utiliza de estratégias de marketing semelhantes às utilizadas no carnaval, festa típica brasileira, reconhecida mundialmente. Conforme apontam Paegle, Klug e Assman:

As estratégias de *marketing* revelam-se eficientes para a propagação do evento, moldando e interferindo nas escolhas que os fiéis fazem, tornando-se uma ferramenta importante nas relações entre produção e recepção, entre líderes e os fiéis, na qual a “Marcha para Jesus” aparece como carro-chefe na capacidade de aglutinar e atrair mais fiéis-espectadores dentro do mercado religioso, apropriando-se e reinterpretando o carnaval como um evento popular para um evento *gospel* com algumas características semelhantes (PAEGLE; KLUG; ASSMAN, 2010, p. 32).

Diante de tais compreensões, podemos afirmar que a instituição do Dia do Evangélico, embora não seja algo inédito de Campo Mourão, foi inserido na pauta legislativa – após experiências anteriores controversas –, por um agente religioso eleito com o apoio explícito da denominação religiosa a qual pertencente, a Assembleia de Deus. Tais fatos nos permitem concluir que a atuação do agente religioso na proposição deste Projeto de Lei demonstra o exercício da sua representação formal dos interesses dos evangélicos e desencadeia ações que protagonizam a presença pública dos evangélicos no município.

### **3.3 A religião e as inserções no campo educacional: o Plano Municipal de Educação**

A discussão e aprovação do Plano Municipal de Educação do município de Campo Mourão não envolvem apenas os dois agentes religiosos cujos mandatos estão sendo analisados, porém é válido trazer tal pauta para nossa discussão, uma vez que teve intensa participação dos referidos vereadores, além, obviamente, da presença e envolvimento dos diferentes segmentos religiosos presentes em Campo Mourão.

A discussão e votação do Projeto de Lei 82/2015, que posteriormente deu origem ao Plano de Educação do Município de Campo Mourão para o decênio 2015-2024, Lei

3.604/2015, foi permeado por discussões e debates que tiveram como principais protagonistas os líderes religiosos, católicos e evangélicos, semelhante ao ocorrido em outros municípios brasileiros e em nível nacional durante os quatro anos de tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE)<sup>51</sup>. A discussão da meta referente à “Educação para diversidade”, em que as estratégias visavam promover meios de combate a todas as formas de preconceito e discriminação, dentre elas a orientação sexual e relações de gênero, foi compreendida enquanto mecanismo de perpetuação daquilo que passou a ser denominado “ideologia de gênero”<sup>52</sup>.

Discussões acerca dos direitos sexuais e reprodutivos têm tomado significativo espaço da agenda de parlamentares relacionados a setores conservadores, tanto entre católicos, como por evangélicos, desde a década de 1970, conforme apontamos no primeiro capítulo de nossa pesquisa. Por esta razão, muitos dos direitos requeridos por mulheres e comunidade LGBT’s são barrados no momento de votação (SOUZA, 2014; MACHADO, 2013).

Do conteúdo total do Plano Nacional de Educação (PL 103/2012), alguns aspectos apenas foram polemizados durante sua votação. Grupos de católicos e evangélicos, com forte apoio da mídia, uniram-se contra o substitutivo que determinava a igualdade de gênero como diretriz do PNE, usando como justificativa o fato de que esta diretriz teria como principal objetivo inculcar na educação a “ideologia de gênero”, se configurando uma ameaça à “família natural” (SOUZA, 2014, p. 190). Para estes grupos, a “ideologia de gênero” propagaria que o sexo biológico não determinaria a sexualidade do indivíduo, que por sua vez, seria definida de acordo com o contexto social, sendo as pessoas livres para fazer escolhas sobre sua sexualidade. Tais concepções são compreendidas como revolucionárias/destruidoras e, portanto, entendidas como uma grande ameaça à família tradicional (SOUZA, 2014).

Cabe esclarecer que o PNE foi construído coletivamente durante quatro anos, envolvendo a participação de vários setores da sociedade, por meio de audiências públicas e conferências municipais, estaduais e nacional. Nestes espaços de participação, as demandas

---

<sup>51</sup> O PNE é uma lei ordinária, prevista na Constituição Federal, que tem por objetivo estabelecer diretrizes, metas e estratégias no campo da educação. Os planos estaduais e municipais são formulados, tendo como base a lei nacional e precisam de aprovação nos poderes legislativos correspondentes a cada âmbito de governo (ROSADO-NUNES, 2015).

<sup>52</sup> Segundo Furlani (2016), a “ideologia de gênero” foi um termo usado na conferência episcopal da Igreja Católica ocorrida no Peru em 1998, cujo tema foi “A ideologia de gênero – seus perigos e alcance”, baseados em algumas publicações que também fazem uso da expressão “ideologia de gênero”. Para a autora, a narrativa construída em torno deste termo tem buscado desqualificar ou deturpar os estudos de gênero produzidos no Brasil e no mundo, entendendo-o como algo danoso à sociedade e destruidor da família, causando certo pânico nas pessoas.

educacionais foram amplamente debatidas, levando em consideração a realidade vivenciada no cotidiano escolar (ROSADO-NUNES, 2015).

Conforme abordado por Souza (2014), a necessidade de se adotar uma política de combate à discriminação étnico-racial, de gênero e de orientação sexual já havia sido apontada pelo Governo Federal no livro “Gênero e diversidade na escola”, produzido em coautoria pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial e o Ministério da Educação (SPM/SEPP/MEC, 2009). O referido documento aponta que,

O Brasil tem conquistado importantes resultados na ampliação do acesso e no exercício dos direitos, por parte de seus cidadãos. No entanto, há ainda imensos desafios a vencer, quer do ponto de vista objetivo, como a ampliação do acesso à educação básica e de nível médio, assim como do ponto de vista subjetivo, como o respeito e a valorização da diversidade. As discriminações de gênero, étnico-racial e por orientação sexual, como também a violência homofóbica, são produzidas e reproduzidas em todos os espaços da vida social brasileira. A escola, infelizmente, é um deles. Não bastarão leis, se não houver a transformação de mentalidades e práticas, daí o papel estruturante que adquirem as ações que promovam a discussão desses temas, motivem a reflexão individual e coletiva e contribuam para a superação e eliminação de qualquer tratamento preconceituoso (SPM/SEPP/MEC, 2009, p. 9).

Neste sentido, o objetivo do PNE era expor as formas de discriminação vivenciadas no cotidiano escolar, visando elencar medidas para sua superação. Por esta razão, a redação original do PLC 103/2012 (inciso III), que insere a igualdade de gênero enquanto diretriz do PNE, preconizava a superação das desigualdades educacionais “com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual” (SOUZA, 2014, p. 193).

No entanto, após grande embate e pressões protagonizadas pelos grupos conservadores, em relação ao texto nacional, a redação aprovada e sancionada retirou as formas de discriminação e preconceitos, substituindo por uma afirmação genérica ao determinar “a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (BRASIL, 2012). Para Souza, ao retirar as especificidades da discriminação no documento aprovado, a Lei “oculta as desigualdades operantes na política de educação do Brasil” (SOUZA, 2014, p. 196).

De forma análoga, a redação original da Meta 12, proposta pelo Projeto de Lei 82/2015, em Campo Mourão, também sofreu uma série de modificações, em razão de pressões oriundas de grupos ligados às Igrejas Católica e evangélicas, e também dos parlamentares, entre eles os agentes religiosos Edilson Martins e Toninho Machado. Na

apresentação do Plano Municipal são expostas as etapas que antecederam sua formulação, a saber: as etapas preparatórias para Conferência Municipal de Educação, com organização de grupos de trabalhos para discussão de cada eixo; audiências públicas; organização e realização de plenárias de eixos e plenária final; sistematização de emendas e formatação definitiva do texto do Plano Municipal de Educação (PME). Ou seja, a elaboração do PME, assim como ocorrido em nível nacional, contou com a participação de vários setores da sociedade, sendo amplamente divulgado e debatido até se chegar à redação final.

Após todas estas etapas, o PME foi incluído no expediente da Câmara Municipal de Vereadores no dia 25 de maio de 2015, sendo discutido e votado pela primeira vez em 18 de junho de 2015, segunda votação em 19 e aprovado em redação final no dia 22 de junho do mesmo ano. No decorrer deste período, várias manifestações marcaram as sessões de votação do PME, todas em razão da Meta 12, que na redação dada inicialmente pelo Projeto de Lei 82/2015 dispunha:

Estabelecer ações fortalecedoras em toda Educação do Município de Campo Mourão que contribuam para uma prática educativa com ênfase na promoção da igualdade étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, religiosidade e na garantia de acessibilidade atitudinal, conforme o artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, e os princípios de Yogyakarta (ONU, 2007) (CMCM, PL 82/2015).

Dentre as manifestações contrárias à redação desta Meta, estão as declarações do pastor Arnildo Klumb, por meio de seu blog, de que a “Ideologia de gênero” seria totalmente contrária aos valores cristãos e familiares. Para o líder religioso, essa “ideologia” favoreceria a ocorrência da pedofilia e do incesto, interpretadas pelo pastor como “identidades sexuais de gênero que hoje são crimes”, mas que poderiam em breve deixar de ser, uma vez que, se a homossexualidade era justificada com base nos sentimentos e na subjetividade das pessoas, práticas criminosas também poderiam ser legitimadas utilizando-se das mesmas prerrogativas<sup>53</sup>. Por meio destes argumentos, o pastor clama que a população pesquise sobre a “ideologia de gênero” e acesse ao site da Câmara Municipal de Campo Mourão, na consulta pública que estava sendo realizada sobre o Plano Municipal de Educação para nesta ferramenta votarem contra o termo gênero no PME.

A Igreja Católica também se manifestou contrária à Meta 12 do PME, por meio da nota de Dom Francisco Javier Delvalle Paredes, Bispo da Diocese de Campo Mourão. Nesta

---

<sup>53</sup> Blog do Pastor Arnildo Klumb, presidente da Ordem dos Pastores de Campo Mourão, PR. Disponível em: <<http://pastor-arnildo.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

nota, ressaltou a importância das manifestações que vinham ocorrendo em todo o Brasil e afirmou que era o momento de todos os membros da Igreja se unirem contra a tentativa de doutrinação de gênero que estava sendo implantada no país. Era necessário segundo o Bispo que todos os cidadãos, independente de qual religião pertença, se una em prol a defesa dos valores humanos e cristãos<sup>54</sup>.

Na audiência pública realizada no dia 15 de junho na Câmara Municipal para discussão da Meta 12 do PME, compareceu um grande número de moradores, dentre eles, professores, da educação básica às universidades, lideranças eclesiais, membros de diferentes denominações religiosas e pessoas que ainda não possuíam uma opinião formada sobre o assunto em pauta (RIBEIRO; PÁTARO; MEZZOMO, 2016).

Conforme podemos perceber na Figura 12, os participantes da audiência pública foram munidos de cartazes e faixas em defesa de seus posicionamentos. Aos que defendiam a permanência do termo gênero na redação da Lei, geralmente os educadores, o faziam sob o argumento de que a utilização do termo não significa a defesa de uma ideologia, mas a defesa de direitos e luta contra a discriminação em razão da orientação sexual e relações de gênero. Os defensores da retirada do termo gênero da Meta 12 o faziam argumentando que esta terminologia era contrária à moral e à família cristã, não sendo admissível que as crianças fossem educadas sob os preceitos de uma “ideologia” que tinha como principal objetivo a destruição da família natural<sup>55</sup>.

---

<sup>54</sup> Sobre a influência das lideranças religiosas na elaboração e votação do PME, ver: Ribeiro; Pátaro e Mezzomo (2016).

<sup>55</sup> Tais posicionamentos foram presenciados pela pesquisadora que esteve na referida audiência e fez o registro de algumas das falas e pronunciamentos em tribuna.

**Figura 12:** Audiência pública realizada na CCM no dia 15 de junho de 2015



**Fonte:** Jornal Tribuna do Interior, 15 jun. 2015.

Após as discussões em torno da Meta 12, sobretudo durante a audiência pública ocorrida no dia 15 de junho, duas outras sessões extraordinárias, realizadas nos dias 19 e 22 de junho de 2015, finalizaram a votação do PME com a emenda que alterou o texto original enviado pela Secretaria Municipal de Educação por meio do Projeto de Lei 82/2015. A emenda, assim como ocorreu no PNE, suprimiu o termo gênero da Meta 12, prevendo como título “Educação para a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação” (CAMPO MOURÃO, 2015, p. 107). No quadro 7, descrevemos em detalhes as mudanças realizadas no PL 82/2015 para a Lei 3.604/2015 aprovada pela Câmara Municipal de Campo Mourão e sancionada pelo Executivo Municipal.

**Quadro 7:** Mudanças realizadas no Projeto de Lei 82/2015

<b>Texto Original Meta 12 (PL 82/2015)</b>	<b>Emenda substitutiva Meta 12 (Lei 3.604/2015)</b>
<b>Título:</b> Educação para diversidade: inclusão social, Direitos humanos, superação das desigualdades educacionais, promoção da cidadania, educação étnico-racial, do campo, indígena e erradicação de todas as formas de preconceito.	<b>Título:</b> Educação para a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação.
<b>Estratégias texto original</b>	<b>Estratégias substitutivas</b>
12. Estabelecer ações fortalecedoras em toda Educação do Município de Campo Mourão que contribuam para uma prática educativa com ênfase na promoção da igualdade étnico-racial, de gênero, de orientação sexual, religiosidade e na garantia de acessibilidade atitudinal, conforme o artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, e os	12. Estabelecer ações fortalecedoras em toda a Educação do Município de Campo Mourão que contribuam para uma prática educativa que visa a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; que tem como objetivo a formação para o trabalho e para

princípios de Yogyakarta (ONU, 2007).	cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade.
12.1. promover e institucionalizar mecanismos e práticas educativas de combate a todas as formas de preconceito e discriminação – raça, etnia, gênero, idade, orientação sexual, religião, entre outras, tendo como foco a equidade, a justiça social, a valorização das diferentes culturas e a garantia dos direitos humanos.	12.1. promover e institucionalizar mecanismos e práticas educativas que visem a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade, proibindo terminantemente o ensino da ideologia de gênero e seus correlatos em todos os estabelecimentos de ensino do município.
12.2. promover ações contínuas de formação e sensibilização da comunidade escolar, visando o combate ao preconceito e à discriminação étnico-racial, de orientação sexual, de gênero, de religiosidade, de migrantes e imigrantes, comunidades/povos tradicionais (indígena, cigano), bem como pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, entre outros;	12.2. garantir nos estabelecimentos de ensino, aos estudantes a igualdade de condição de tratamento, proibindo qualquer tipo de discriminação;
12.3. criar o Programa Diversidade na Secretaria de Educação, oferecendo capacitação e suporte aos profissionais das unidades de ensino, com objetivo de promover ações educativas direcionadas ao respeito à diversidade, em suas múltiplas formas: cultural, étnico-racial, de gênero, sexual e religiosa, entre outras; reconhecer os diferentes atores e sujeitos que interagem no ambiente escolar; combater o preconceito, a discriminação e violência dele decorrente; bem como exercitar a reflexão, o reconhecimento e a convivência com a diversidade humana nas redes públicas;	12.3. apoiar e articular a formação de equipes multidisciplinares no Município para acolher, atender e orientar estudantes de todos os grupos sociais que sofrem preconceito e discriminação, incluindo ações junto aos familiares e garantindo assistência até que a situação seja resolvida.
12.4. instituir até Dezembro de 2016, meios para mensuração, avaliação, alinhamento da eficácia dos mecanismos e práticas de combate ao preconceito e à discriminação, propostas por este plano, devendo apresentar até Dezembro de 2015 as primeiras estratégias que permitam a execução do processo proposto;	Suprimido do texto final
12.5. prever e disponibilizar conteúdos e materiais educativos que problematizem o preconceito e a discriminação, visando à promoção da cidadania e a erradicação de todas as formas de discriminação;	Suprimido do texto final
12.6 garantir programas de formação e capacitação, de forma permanente e continuada, para gestoras (es), professoras(es) e funcionárias(os) dos CMEis, das escolas públicas e privadas e Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, a todas as Secretarias, Conselhos Municipais e a comunidade em geral, que contribuam para o enfrentamento de todos os tipos de preconceito e discriminação, abordando a temática inclusão social e promoção da igualdade.	Suprimido do texto final
12.7. apoiar e criar mecanismos de inclusão do tema diversidade, étnico-racial, de orientação sexual, de gênero, de religiosidade, de migrantes e imigrantes, comunidades/povos tradicionais (indígena, cigano, quilombola), bem como pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, de forma consistente, na formação inicial e continuada das(os) futuras(os) educadoras(es), incidindo sobre o currículo dos cursos de formação de docentes;	Suprimido do texto final

12.8. incentivar e viabilizar a realização de pesquisas para fundamentar a elaboração de materiais didáticos que, a partir de uma visão de direitos humanos, promovam o respeito à diversidade humana nos termos da Lei Federal 13.005/2014, e que promovam o respeito à diversidade humana;	Suprimido do texto final
12.9. promover o respeito e o reconhecimento da diversidade e direitos humanos, garantindo a estudantes de migrantes e imigrantes, comunidades tradicionais, bem como pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, o acesso e a permanência em todos os níveis e modalidades de ensino em todos os estabelecimentos de ensino;	Suprimido do texto final
12.10. garantir nos estabelecimentos de ensino, às/aos estudantes de diversas religiões, o respeito e o direito a livre expressão da sua religiosidade, das religiões com dias sagrados e dos não religiosos e/ou agnósticos;	Suprimido do texto final
12.11. garantir a laicidade do Ensino Religioso nas escolas públicas e a criação de Equipe Multidisciplinar para Ensino Religioso livre de preconceitos;	Suprimido do texto final
12.12. fortalecer o trabalho conjunto na temática de Educação e Diversidade entre as(os) profissionais das Secretarias de Educação, Cultura, Saúde e Ação Social, nos trabalhos educativos dos Centros de Integração e de outros programas do Sistema Único de Assistência Social, concomitantemente com os conteúdos curriculares estabelecidos por lei;	Suprimido do texto final
12.13. apoiar o fortalecimento das ações ligadas a garantia dos direitos humanos e a superação de todos os tipos de preconceito e discriminação, na rede municipal, estadual, federal e particular de ensino;	Suprimido do texto final
12.14. reforçar a necessidade de cumprimento da determinação legal, o uso do nome social nos registros escolares, em todos os níveis e modalidades de ensino a travestis e transexuais, a partir de 18 anos e a partir de 16 anos com assistência e autorização dos pais ou responsáveis legais, com fundamento nos artigos 3, 4 e 5 do código civil brasileiro, bem como o acesso livre aos banheiros das instituições de ensino, públicas ou privadas;	Suprimido do texto final
12.15. apoiar medidas e ações de combate a toda forma de discriminação;	Suprimido do texto final
12.16. criação de evento municipal da Educação e Diversidade, realizado anualmente com o objetivo de fortalecer o debate e as ações sobre educação especial inclusiva;	Suprimido do texto final
12.17. apoiar e articular a formação de equipes multidisciplinares no Município para acolher, atender e orientar estudantes LGBT's e de outros grupos sociais que sofrem preconceito e discriminação, incluindo ações junto aos familiares e garantindo assistência em caráter contínuo;	Suprimido do texto final
12.18. apoiar medidas e ações que promovem a superação da linguagem sexista, na formação inicial e continuada dos profissionais da educação e no cotidiano dos estabelecimentos de ensino.	Suprimido do texto final

**Fonte:** Câmara Municipal de Campo Mourão (Produzido pela autora)

Por meio do exercício comparativo apresentado no Quadro 7, podemos perceber que a redação final dada a Lei 3.604/2015 suprimiu 15 estratégias propostas pelo Projeto de Lei 82/2015, que tinham como objetivo construir uma política educacional visando o combate a toda forma de discriminação e preconceito no ambiente escolar e promovendo a igualdade de direitos entre os estudantes da rede pública ou privada de ensino. Alguns pontos importantes da redação final foram suprimidos, como o apoio a pesquisas e criação de eventos para fortalecimento da educação inclusiva; formação permanente e continuada de professores; realização de trabalhos em parceria com as secretarias municipais; superação da linguagem sexista no ambiente escolar; garantia da laicidade do ensino religioso e a livre expressão da religiosidade; apoio e atendimento ao grupo LGBT's e outros grupos que sofrem preconceito e discriminação. Ou seja, foram excluídas do texto final várias ações que poderiam dar origem a um trabalho interdisciplinar e articulado em prol à igualdade de direitos e combate à discriminação e a intolerância religiosa.

Desta forma, o texto da redação final manteve apenas quatro estratégias para Meta 12, mas em todas elas foram suprimidas o termo gênero e, conseqüentemente, as demais diversidades elencadas no texto inicial, como a étnico-racial, religiosidades, deficientes, orientação sexual, etc. Tais grupos de estudantes – migrantes e imigrantes, comunidades tradicionais, bem como pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, negros e grupos LGBT's –, que historicamente foram vítimas de preconceitos e discriminação, foram substituídos pelo termo “toda forma de discriminação”, que não especifica as formas de discriminação vivenciadas no cotidiano escolar, que ficam diluídas e ocultadas por uma consideração genérica e pouco aprofundada<sup>56</sup>. Ou seja,

Há todo um “levante” de perspectivas conservadoras que têm se utilizado deste argumento generalista e nada democrático, pois inviabiliza aqueles grupos historicamente excluídos, ignorados, em um momento em que eles se beneficiariam justamente do contrário (SANTIAGO; SANTOS; MELO, 2016, p. 68).

Ainda, é importante frisar que na estratégia 12.1, o texto aprovado afirma ser proibido “terminantemente o ensino da Ideologia de gênero e seus correlatos em todos os

---

<sup>56</sup> Além da discussão sobre a questão de gênero no Plano Nacional, Planos Estaduais e Municipais de Educação terem despertado uma série de reações conservadoras, alguns Projetos de Lei foram propostos visando ameaçar ou até mesmo criminalizar a ação docente, além de limitarem a discussão sobre temas transversais em sala de aula, sob o argumento que tais temas devem respeitar as convicções do aluno e sua família e os valores morais e religiosos. Sobre esta discussão ver: Santiago; Santos; Melo, 2016.

estabelecimentos de ensino do município” (CAMPO MOURÃO, 2015, p. 107), fato que confirma a posição reticente da Câmara Municipal de Vereadores e o medo instaurado pelas lideranças religiosas e grupos conservadores de que o PME, em sua Meta 12, serviria de propagação ideológica contrária aos preceitos cristãos e aos valores morais em que se fundamenta a sociedade.

Neste embate, os vereadores analisados em nossa pesquisa participaram de encontros com religiosos e tiveram papel fundamental no debate, na proposição de mudanças e aprovação da Lei<sup>57</sup>. Na ocasião da votação, realizada no dia 18 de junho, o vereador Toninho Machado afirmou que “cada pessoa pode escolher o tipo de vida que quer ter, mas também é preciso respeitar a vida de quem vive diferente dela”. E emendou ser “hoje e sempre” a favor da manutenção da família, “pois este é o desejo de Deus”<sup>58</sup>.

O PME foi sancionado pela Prefeita Regina Dubay no dia 23 de junho de 2015 e, nesta ocasião, a fala do vereador Edilson Martins evidencia que as alterações efetuadas pelos vereadores na Meta 12 foram endossadas pelos líderes religiosos. Em seu discurso, Edilson Martins afirma que:

Os vereadores de Campo Mourão juntamente com os padres, pastores e a prefeita de Campo Mourão sancionou hoje todo o Plano Municipal de Educação excluindo aquela meta 12, a famosa meta 12 e acatando então as emendas dos religiosos, da comunidade que participaram deste plano e hoje foi sancionado sem a meta 12. Mas, no geral, saiu da forma que tinha que sair. Parabéns a todos que participaram, aos vereadores, a prefeita, ao padre Adilson, o pastor Arnildo presidente da Opecam [...] quem ganha é a educação, é a comunidade de Campo Mourão<sup>59</sup>.

Conforme relata o agente religioso Edilson Martins, a participação dos líderes religiosos foi determinante para que a mudança na redação da Meta 12 fosse acatada pelo Legislativo Municipal. Como mencionamos, o PME foi amplamente debatido no decorrer do ano de 2014 em conferências realizadas no município, inclusive, uma delas aconteceu na sede

<sup>57</sup> Dos nove vereadores presentes na reunião com líderes religiosos para discussão da mudança na meta 12 do PME, dois eram os agentes religiosos Edilson Martins e Toninho Machado. Os trabalhos desta reunião ocorrida no centro catequético foram liderados pelo Pastor Arnildo Klumb. Os nove vereadores assumiram o compromisso de alterar o PME. Notícia disponível em:

<<http://bocasanta.com.br/index.php?p=YWxyb3RsaXMvemlnYWxpX2FsYWNhaW5Aemh6P2NlbnVsaV9pbHJhZ2k9NTAyMyZsdW1vdGVfb2RhY2lIPTUwMjM>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

<sup>58</sup> Trecho retirado na página da imprensa local. Disponível em: <<http://tasabendo.com.br/politica/camara-derruba-antiga-meta-12-e-erradicacao-de-discriminacao-entra-no-novo-texto/>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

<sup>59</sup> Entrevista disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=l2Ad9lWtmJM>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

da Igreja Presbiteriana do Brasil no dia 23 de setembro de 2014, evento no qual, dos quatro vereadores presentes, estavam Toninho Machado e Edilson Martins<sup>60</sup>.

Podemos dizer que houve participação popular na formulação do PME, mas a polêmica em torno da Meta 12 parece ter ocorrido no momento da votação, impulsionado, em grande parte, pelo próprio movimento que ocorria em todo o país. Sobre este assunto, Furlani (2016) esclarece que as diretrizes propostas pelos Planos de Educação não possuem relação com a então chamada “ideologia de gênero”, mas sim com os estudos de gênero. Enfatiza ainda que o conceito de gênero surgiu em razão das desigualdades enfrentadas pelas mulheres, consequência da crença de que a estrutura biológica feminina faria das mulheres seres inferiores e, portanto, merecedoras de menos direitos. Os estudos de gênero, neste sentido, buscam desnaturalizar tais condições de “inferioridade” atribuídas às mulheres e desconstruir o pensamento culturalmente criado na sociedade que existam características inerentes e específicas dos homens e das mulheres (MORENO, 1999; LOURO, 2012).

Portanto, concordamos com Furlani (2016), ao afirmar que as perspectivas de gênero alicerçam a busca de direitos que envolvem não só as mulheres, mas a população de LGBT's, e são discutidos com outras identidades, como raça-etnia, religiosidade, classe social, dentre outras. Por esta razão, se apresentam tão perturbadoras para os grupos tradicionais que se utilizaram do argumento da propagação da “ideologia de gênero” para barrar o termo dos Planos de Educação<sup>61</sup>. Desse modo, compreendemos que retirar as especificidades trazidas pela Meta 12 e vivenciadas nas escolas é estagnar uma proposta que vem sendo construída histórica e coletivamente em relação ao enfrentamento das formas de discriminação no ambiente escolar.

\*\*\*

Diante as análises realizadas neste capítulo, verificamos que, semelhante ao ocorrido em outros contextos, pautas e motivações religiosas transitaram no ambiente legislativo de Campo Mourão, seja por meio das proposições dos agentes religiosos ou na discussão do PME, ocasionando impacto real na sociedade.

Como vimos no primeiro capítulo da pesquisa, a modernização propiciou uma mudança na forma de pensar dos indivíduos e na organização da sociedade. As soluções para os problemas humanos, que anteriormente eram buscados em Deus, passaram a esperar da

---

<sup>60</sup> Informação disponível em: <<http://tasabendo.com.br/educacao/conferencia-elabora-plano-municipal-de-educacao-para-os-proximos-10-anos/>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

<sup>61</sup> Informações extraídas da entrevista concedida pela pesquisadora à Publica. Disponível em: <<http://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/>>. Acesso em: 5 set. 2016.

ciência moderna uma nova resposta. Na esteira destas mudanças, a sociedade se tornaria secularizada, ou seja, a religião se destinaria à vida privada, ao foro íntimo, influenciando cada vez menos as decisões públicas. De modo semelhante, a laicização significaria o tratamento isonômico do Estado em relação aos diferentes grupos religiosos (MARIANO, 2003).

No entanto, o que se tem percebido na contemporaneidade é que novos significados estão surgindo para tais conceitos – secularização e laicidade –, tendo em vista que a religião encontrou alguns caminhos para ocupar o espaço público e o Estado não mantém neutralidade absoluta em matéria religiosa (MARIANO, 2006). Um destes caminhos consiste na política institucional, disputada por agentes religiosos, com predominância dos evangélicos, iniciado a partir da década de 1980, num movimento crescente no estado brasileiro (FREESTON, 2003; CAMPOS, 2010; PIERUCCI, 1996).

A análise da campanha eleitoral e do mandato dos dois vereadores permitem algumas considerações acerca das aproximações entre os campos da religião e da política e, sobretudo, da representatividade dos evangélicos na esfera pública. Num primeiro momento, é possível dizer que tais legisladores, mediante a apresentação de proposições religiosas, reforçam junto à sociedade determinados costumes, valores e interesses evangélicos. A realização do show gospel na festa típica do município, inserida pela indicação de um agente religioso, além de marcar o ineditismo da programação, expressa o interesse em criar atividades culturais e de entretenimento que venham atender uma determinada parcela da sociedade, os cristãos, sobretudo, evangélicos.

De modo semelhante, as datas comemorativas no calendário municipal de Campo Mourão também demarcam território sociocultural. A justificativa utilizada pelo agente religioso Edilson Martins para inserção do Dia do Evangélico em Campo Mourão – mostrar a força do povo evangélico – sugere que a intenção do vereador em propor a Lei é reforçar a relevância e visibilidade dos evangélicos na sociedade mourãense.

Em relação às datas já inseridas no calendário municipal, o Dia da Bíblia e o Dia do Ecumenismo Religioso, também são acionados pelo vereador Toninho Machado, como marcos que precisam ser lembrados e festejados, sugerindo que tais festejos sejam organizados pelo Poder Executivo, e com isso criar uma tradição de celebração destas datas no município. Assim, parece correto afirmar que a presença dos agentes religiosos contribui para reconfigurar as discussões no Legislativo Municipal ao introduzir demandas que se aproximam com o universo evangélico.

No Plano Municipal de Educação, embora não se trate de uma ação exclusiva dos vereadores evangélicos, reverbera as complexas relações entre religião e política, pois em ocasiões como estas, evangélicos e católicos atuam juntos na defesa da moral e valores religiosos, expressando a opinião de grande parte da população e repercutindo nas decisões políticas. Neste caso, há uma junção das diferentes denominações religiosas, que conforme ressaltamos anteriormente, associa seus valores ao interesse coletivo (MONTERO, 2013).

Tais constatações permitem dizer que, a despeito do discurso acerca da hipotética privatização da religião, o que podemos perceber é que seja por meio da cultura, de eventos comemorativos, do lazer, das políticas públicas dentre outros, manifestações religiosas continuam ocupando diferentes espaços na esfera pública, tendo como um dos principais protagonistas, os evangélicos. Ainda, a presença de evangélicos na política tem favorecido a inserção de algumas pautas que possivelmente não seriam discutidas por políticos não religiosos. Sobre isso, Vital e Lopes (2012) sinalizam para um possível movimento ou projeto evangélico, tendo em vista a capacidade que tais políticos possuem para argumentar e construir alianças, inclusive com atores não religiosos.

Diante disso, podemos concluir que a imbricação e permeabilização das fronteiras entre os campos religioso e político colocam em discussão o próprio sentido de laicidade, uma vez que, conforme aponta Mariano, “essa ligação estreita entre religião e política constitui, por certo, poderoso obstáculo à laicização da esfera pública no Brasil” (MARIANO, 2011, p. 251).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da complexidade que envolve as relações entre religião e política no contexto brasileiro, o objetivo principal da nossa investigação foi analisar os mandatos dos agentes religiosos Edilson Martins, pertencente à Igreja Assembleia de Deus, e Toninho Machado, membro da Igreja Presbiteriana Renovada, eleitos no pleito eleitoral de 2012. Tais agentes foram eleitos contando com o apoio de suas Igrejas, além de outras denominações religiosas evangélicas.

Assim, a partir de diferentes concepções teóricas, buscamos no primeiro capítulo compreender o espaço ocupado pela religião na contemporaneidade. Recorremos aos conceitos de secularização e laicidade – por vezes complexos e controversos –, gestados com/e na modernidade, atentando-se, em particular, acerca da presença da religião na esfera pública. As discussões trazidas demonstram que a religião se manifesta no espaço público de diferentes maneiras, exercendo influências e estabelecendo referências em variados aspectos da vida social. Uma destas influências pode ser percebida na esfera política partidária, espaço que cada vez mais políticos recorrem ao seu pertencimento religioso enquanto atributo de campanha e buscam, sobretudo no período eleitoral, estabelecer ou reforçar laços com as denominações religiosas, a fim de lograr êxito nos pleitos eleitorais.

No segundo capítulo destacamos que o Poder Legislativo do município de Campo Mourão também tem sido disputado por candidatos que acionam seu pertencimento religioso durante o período eleitoral, recebendo apoio de diferentes denominações religiosas. Apresentamos os agentes religiosos, suas características, a campanha eleitoral e sua atuação parlamentar com base no material de campanha, em notícias veiculadas nas mídias, em entrevistas realizadas em 2012 e nas proposições parlamentares compostas por Projetos de Lei, Projetos de Resolução, Indicações, Requerimentos e Moções propostos pelos agentes religiosos durante os três primeiros anos de seu mandato – 2013 a 2015. A intenção foi buscar meios de apresentar toda produção parlamentar destes agentes religiosos, o que pareceu bastante desafiador, tendo em vista a grande quantidade de proposições parlamentares apresentadas no período. Para tanto, num primeiro momento realizamos a leitura e tabulação das proposições, separando em tipo e quantidade, para na sequência sistematizarmos em nove categorias: 1) Educação e Cultura; 2) Emprego e Trabalho; 3) Homenagens; 4) Infraestrutura; 5) Religião; 6) Saúde; 7) Segurança; 8) Turismo, Esporte e Lazer; 9) Outros. Por fim, elegemos proposições de cada área temática que pudesse exemplificar a maneira pela qual os

dois agentes religiosos pautaram sua atuação nos três anos estudados. Este capítulo, portanto, permitiu conhecer os mandatos analisados.

No terceiro capítulo, analisamos as proposições referentes a esfera religiosa divididas em três eixos. O primeiro abordou a presença da religião em eventos públicos como expressões da cultura gospel. No caso analisado, a Indicação do agente religioso Edilson Martins possibilitou a ocorrência de atração de cunho religioso na festa cívica tradicional do município. Com esse evento, podemos compreender como o expediente legislativo e a política institucional têm se mostrado como uma das vias de acesso e legitimação de demandas de determinado grupo religioso, nesse caso dos evangélicos. Ademais, a música, os programas de rádio e televisão e os shows de caráter gospel têm conquistado um grande espaço na indústria fonográfica e nos eventos de entretenimento, tendo especialmente, como público consumidor os evangélicos, sendo também, uma dentre as várias formas da presença pública deste grupo na sociedade (GIUMBELLI, 2014a; MEZZOMO; PÁTARO, PINHEIRO, 2016; CUNHA, 2007; ROSAS, 2013).

O segundo eixo discute a presença da religião em datas comemorativas oficiais de Campo Mourão, em especial, com a inserção do Dia do Evangélico e da Bíblia no calendário cívico municipal. Das proposições analisadas, concluímos que os vereadores buscam conquistar espaço, demarcar território e oficializar festejos inerentes ao público evangélico, alterando desta forma um espaço que historicamente foi predominantemente católico, o calendário civil.

O terceiro eixo tratou da presença da religião nas decisões políticas, através da discussão sobre a votação do Plano Municipal de Educação. A exemplo do ocorrido em outros municípios, estados e em nível nacional, a meta referente ao combate as formas de discriminação vivenciadas no ambiente escolar foi alvo de intensos debates e disputas. Sob o argumento que o termo gênero serviria para propagação de uma ideologia contrária aos valores e princípios cristãos, as lideranças e fiéis religiosos uniram forças para barrar sua aprovação no Legislativo Municipal, o que de fato aconteceu, desconsiderando todas as etapas antecipatórias da formulação do PME. Neste movimento de discussão e votação os agentes religiosos participaram ativamente, ressaltando em alguns momentos, seus posicionamentos em favor da moral e da família tradicional. Mais um exemplo que dentro da política institucional, muitas vezes, os interesses corporativos são acionados nas decisões públicas.

As discussões emergidas no contexto estudado contribuem para compreensão do movimento de reconfiguração da religião no espaço público. Em outras palavras, a religião tem apresentado novos caminhos de inserção e manifestação no espaço público, um deles,

certamente por meio da atuação de políticos evangélicos. Tais ocorrências permitem novas reflexões sobre a secularização e laicidade. Além disso, e em consonância aos estudos com os quais dialogamos no decorrer da nossa investigação, a presença de evangélicos na política tem promovido novos contornos ao campo político, de maneira que suas ações em determinadas situações são voltadas à defesa dos valores religiosos, além de representar interesses de alguns grupos religiosos específicos, neste caso, dos evangélicos. Por fim, a relação entre política e religião se configura como um campo de estudos inesgotáveis e que permite compreender, tal qual objetivo principal da nossa linha de pesquisa neste Programa de Pós-Graduação, as relações humanas intrínsecas nas dinâmicas institucionais.

## REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Augusta Thereza de et al. Histórico, fundamentos filosóficos e teórico-metodológicos da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR., Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. (Orgs.). **Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação**, Barueri: Manole, 2011, p. 3-68.

ALVES, Larissa de Mattos. **Geografia e o Poder Local: Relações entre os hoteleiros, o poder público municipal e as entidades representativas em Campo Mourão**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2012.

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento: um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. **Cadernos de estudos africanos**, Lisboa, n. 4, p. 35-70, 2004.

ARAGÃO, Ivan Rêgo; DE MACEDO, Janete Ruiz. Festa e Turismo Religioso: a procissão em louvor ao Nosso Senhor dos Passos na cidade de São Cristóvão (Sergipe-Brasil). **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 9, n. 20, p. 96-113, 2011.

BAPTISTA, Saulo. **Pentecostais e neopentecostais na política brasileira: um estudo sobre a cultura política, Estado e atores coletivos religiosos no Brasil**. São Paulo: Annablume; São Bernardo do Campo: Instituto Metodista Izabela Hendrix, 2009.

BERGER, Peter. **O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Paulus, 1985.

BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento do Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro: IBGE, n. 14, 1953.

\_\_\_\_\_. A colonização europeia no sul do Brasil. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro: IBGE, nº 2, 1952.

BEOZZO, José Oscar. A igreja entre a revolução de 1930, o estado novo e a redemocratização. In: FAUSTO, Boris. **História da civilização brasileira: o Brasil Republicano: Economia e Cultura (1930-1964)**, São Paulo: Difel, 1984, p. 269-341.

BOSISIO, Izabella. **A religião no calendário oficial: um mapeamento da legislação sobre feriados no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Rio de Janeiro, PPGAS/MN/UFRJ, 2014.

BRASIL. Senado Federal. Projeto de Lei da Câmara n. 103, 30 de outubro de 2012. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/atividade/materia/getPDF.asp?t=115871&tp=1>>. Acesso em: 31 ago. 2016.

\_\_\_\_\_. Emenda Constitucional n. 58, de 23 de setembro de 2009. Altera a redação do inciso IV do caput do art. 29 e do art. 29-A da Constituição Federal, tratando das disposições relativas à recomposição das Câmaras Municipais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc58.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc58.htm)>. Acesso em: 15 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei n. 10.335, de 19 de dezembro de 2001. Institui o Dia da Bíblia. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10335.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10335.htm)>. Acesso em: 10 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei n. 12.025, de 3 de setembro de 2009. Institui o Dia Nacional da Marcha para Jesus. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato20072010/2009/Lei/L12025.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20072010/2009/Lei/L12025.htm)>. Acesso em: 10 set. 2016.

BURITY, Joanildo. Religião, política e cultura. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 83-113, 2008.

CAMPO MOURÃO. Lei n. 3.604, de 23 de junho de 2015. **Plano de Educação do Município de Campo Mourão**. Órgão oficial do Município. Campo Mourão. 23 de junho de 2015.

CAMPOS, Leonildo Silveira. Evangélicos e política no Brasil: análise das eleições de 2002 a 2010 para Câmara Federal. In: PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira, HAN, Fábio André, MEZZOMO, Frank Antonio (Orgs.). **Instituições e sociabilidades: religião, política e juventudes**. Assis, Campo Mourão: Editora Triunfal e Editora Fecilcam, 2013, p. 63-102.

\_\_\_\_\_. Religião, prática política e discurso de evangélicos brasileiros no período republicano. In: SILVA, Eliane Moura da; BELLOTTI, Karina Kosiscki; CAMPOS, Leonildo Silveira (Orgs.). **Religião e Sociedade na América Latina**. São Bernardo do Campo: UESP, 2010, p. 149-186.

\_\_\_\_\_. Evangélicos, pentecostais e carismáticos na mídia radiofônica e televisiva. **Revista USP**, São Paulo, v. 61, p. 146-163, 2004.

\_\_\_\_\_. Evangélicos nas eleições de 2002: Os avanços da Igreja Universal do Reino de Deus. **Cadernos ADENAUER**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 83-100, 2003.

CAMURÇA, Marcelo Ayres; GIOVANNINI JR, Oswaldo. Religião, patrimônio histórico e turismo na Semana Santa em Tiradentes (MG). **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 225-247, 2003.

CARVALHO, Ely Berço de; NODARI, Eunice Sueli. A civilização e a barbárie nos jornais: o imaginário do “verde” em cidades de fronteira agrícola no Paraná (1954/2000). **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 5, n. 2, 2008, p. 1-19.

CRN ONLINE. **Marcha para Jesus 2014**. Disponível em: <<http://crn1.com.br/noticias/35467/Em-Campo-Mourao--Dia-do-Evangélico-foi-comemorado-com-Marcha-Para-Jesus-.html>>. Acesso em: 11 set. 2016.

CUNHA, Magali do Nascimento. "A serviço do rei". Uma análise dos discursos cristãos midiáticos. **REVER**, São Paulo, v.1, ano 8, p. 46-68, 2008.

\_\_\_\_\_. **A explosão Gospel: um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

\_\_\_\_\_. **“Vinho novo em odres velhos”**. Um olhar comunicacional sobre a explosão gospel no cenário religioso evangélico no Brasil. Tese (Doutorado em Comunicação e Artes). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. **Religião e Política: Ideologia e ação da “Bancada Evangélica” na Câmara Federal**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2011.

D’AVILA FILHO, Paulo M.; LIMA, Paulo Cesar G. de Cerqueira; JORGE, Vladimyr Lombardo. Indicação e intermediação de interesses: uma análise da conexão eleitoral na cidade do Rio de Janeiro, 2001-2004. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 22, n. 49, p. 39-60, 2014.

\_\_\_\_\_. Produção Legislativa e Intermediação de Interesses na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. In: VII Encontro da ABCP, 2010, Recife. **Anais...** Recife: ABCP, 2010, p. 2-24.

FLORIANI, Dimas. Marcos conceituais para o desenvolvimento da interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR., Arlindo; TUCCI, Carlos E. Morelli; HOGAN, Daniel Joseph; NAVEGANTES, Raul (Orgs.). **Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais**. São Paulo: Signus Editora, 2000, p. 95-107.

FONSECA, Alexandre Brasil. A maior bancada evangélica. **Tempo e Presença**, Rio de Janeiro, n. 302, p. 20-23, 1998.

FRESTON, Paul. A Igreja Universal na Ásia. In: ORO, Ari Pedro; CORTEN, André; DOZON, Jean-Pierre (Orgs.). **Igreja Universal do Reino de Deus: novos conquistadores da fé**. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 197-229.

\_\_\_\_\_. Uma breve história do pentecostalismo brasileiro. In: ANTONIAZZI, Alberto et. al. **Nem anjos nem demônios: interpretações sociológicas do pentecostalismo**. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 67-159.

\_\_\_\_\_. Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 1993.

FURLANI, Jimena. Existe “ideologia de gênero”? **Publica**. Disponível em: <<http://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/>>. Acesso em: 5 set. 2016.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: EUNESP, 1991.

GIUMBELLI, Emerson. **Símbolos religiosos em controvérsias**. São Paulo: Terceiro Nome, 2014a.

\_\_\_\_\_. Turismo Religioso, Gospel e Políticas Culturais: notas sobre articulações entre religião e cultura no Brasil. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29, 2014, Natal. **Anais...** Brasília: ABA, 2014b, p. 1-20.

\_\_\_\_\_. Crucifixos em recintos estatais e monumento do Cristo Redentor: distintas relações entre símbolos religiosos e espaços públicos. In: ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto;

CIPRIANI, Roberto; GIUMBELLI, Emerson (Orgs.). **A religião no espaço público**: atores e objetos. São Paulo: Terceiro Nome, 2012, p. 45-60.

\_\_\_\_\_. O Acordo Brasil-Santa Sé e as relações entre Estado, sociedade e religião. **Ciencias Sociales y Religión**, v. 14, p. 119-143, 2011.

\_\_\_\_\_. A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 80-101, 2008.

HERVIEU-LÉGER, Danièle. A religião despedaçada – Reflexões prévias sobre a modernidade religiosa. In: \_\_\_\_\_. **O peregrino e o convertido**: a religião em movimento. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 31-56.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A formação socioespacial da região de Campo Mourão e dos municípios de Uiratã, Campina da Lagoa e Nova Cantu/PR. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 11, n. 1, p. 17-28, dez. 1993.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – Cidades. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Censo Demográfico 2010. Resultados do universo relativos à população residente. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=202>>. Acesso em: 29 jun. 2016.

IPARDES. Perfil do município de Campo Mourão. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/perfil\\_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=332&btOk=ok](http://www.ipardes.gov.br/perfil_municipal/MontaPerfil.php?codlocal=332&btOk=ok)>. Acesso: 09 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. **Leituras regionais**: Mesorregião Geográfica Centro-Ocidental Paranaense. Curitiba, 2004.

ISAIA, Artur Cesar. As religiões afro-brasileiras e a hierarquia católica na primeira década pós-conciliar. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, ano 4, n. 11, p. 87-101, 2011.

JORNAL TRIBUNA DO PARANÁ. **Entrevista com Edilson Martins**. Disponível em: <<http://www.itribuna.com.br/politica/2012/12/edilson-martins-preve-mandato-de-muito-trabalho/1059013/>>. Acesso em: 11 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Entrevista com Toninho Machado**. Disponível em: <<http://www.itribuna.com.br/politica/2012/12/toninho-machado-preve-mandato-productivo/1059075/>>. Acesso em: 11 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Marcha para Jesus 2015**. Disponível em: <<http://www.itribuna.com.br/campo-mourao/2015/11/marcha-para-jesus-vai-marcar-o-dia-do-evangelico-em-cm/1499349/>>. Acesso em: 11 set. 2016.

\_\_\_\_\_. **Audiência pública na CMCM.** Disponível em: <<http://www.tribuna.com.br/campo-mourao/2015/06/debate-sobre-pme-lota-camara-votacao-sera-quinta-e-sexta-feira/1417803/>>. Acesso em: 11 set. 2016.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. As Câmaras Municipais Brasileiras: perfil de carreira e percepção sobre o processo decisório local. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 2, p. 337-365, 2005.

KUSCHNIR, Karina. **Política e mediação cultural:** um estudo da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

LE GOFF, Jacques. Calendário. In: Enciclopédia Einaudi. **Memória-História**, v. 1. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, p. 260-292.

LOPEZ, Felix. Garcia. A política cotidiana dos vereadores e as relações entre executivo e legislativo em âmbito municipal: o caso do município de Araruama. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 22, p. 153-177, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2012.

LUSTOSA, Oscar. **A Igreja Católica no Brasil República.** São Paulo: Paulinas, 1991.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Discursos pentecostais em torno do aborto e da homossexualidade na sociedade brasileira. **Revista Cultura y Religion**, Santiago, v. 7, n. 2, p. 48-68, 2013.

\_\_\_\_\_. Religião, cultura e política. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 2, p. 29-56, 2012.

\_\_\_\_\_. Existe um estilo evangélico de fazer política? In: Patricia. Birman (Org.). **Religião e Espaço Público.** São Paulo: Attar, 2003, p. 281-307.

\_\_\_\_\_. Além da religião. **Cadernos CERU**, São Paulo, v. 2, n. 12, 2001.

MAGGIE, Yvonne. **Medo de Feitiço:** Relações entre Magia e Poder no Brasil. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MAIA, Eduardo Lopes Cabral. Os evangélicos e a política. **Revista Em Tese**, Florianópolis, v. 2, n. 2 (4), p. 91-112, 2006.

MARIANO, Ricardo. Laicidade à brasileira: Católicos, pentecostais e laicos em disputa na esfera pública. **Civitas**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 238-258, 2011.

\_\_\_\_\_. Pentecostais e política no Brasil: do apolitismo ao ativismo corporativista. In: SANTOS, Hermílio. **Debates pertinentes:** para entender a sociedade contemporânea. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 112-138.

\_\_\_\_\_. Secularização na Argentina, no Brasil e no Uruguai: suas lutas no passado e no presente. In: ORO, Ari Pedro. **Religião e política no Cone-Sul: Argentina, Brasil e Uruguai**. Attar, 2006, p. 223-252.

\_\_\_\_\_. Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religiosos sobre as igrejas pentecostais. **Civitas**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 111-125, 2003.

\_\_\_\_\_; PIERUCCI, Antonio Flávio. O envolvimento dos pentecostais na eleição de Collor. In: PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 193-210.

MARRAMAO, Giacomo. **Céu e terra: genealogia da secularização**. São Paulo: Unesp, 1994.

MARTINS, Bruna Morante Lacerda; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. A celebração do 'Carneiro no Buraco' e os 'Rituais do Fogo' em Campo Mourão - PR. In: XIV Encontro Regional de História, 2014, Campo Mourão. **Anais do XIV Encontro Regional de História: 1964-2014: 50 anos do golpe militar no Brasil, 2014**.

MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; PINHEIRO, Amanda. Evangélicos no espaço público: show gospel, cultura e entretenimento. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, São Leopoldo, v. 8, n. 16, p. 289-304, 2016.

MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; BONINI, Lara de Fátima Grigoletto. Religião e política nas eleições o legislativo municipal de Campo Mourão/PR. **Debates do NER**, Porto Alegre, v. 1, n. 25, p. 271-291, 2014.

MEZZOMO, Frank Antonio; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; ONOFRE, Lucas. Evangélicos na política: as eleições proporcionais de Campo Mourão em 2012. **Revista de Estudos da Religião**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 244-264, 2014.

MEZZOMO, Frank Antonio. Nós e os outros: proselitismo e intolerância religiosa nas igrejas neopentecostais. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, Uberlândia, v. 5, n. 1, p. 1-25, 2008.

\_\_\_\_\_. **Religião, nomos e eu-topia: práxis do catolicismo no Oeste do Paraná**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

MIRANDA, Júlia. O candidato da Igreja: do que nos fala sua presença na política. In: LEMENHE, Maria Auxiliadora; CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly (Orgs.). **Política, cultura e processos eleitorais**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2006, p.149-170.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984.

MONTERO, Paula. Religião, Laicidade e Secularismo. Um debate contemporâneo à luz do caso brasileiro. **Cultura y Religión**, Santiago, v. 17, n. 2, p. 13-31, 2013.

\_\_\_\_\_. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil. **Etnográfica**, Lisboa, v. 13, n. 1, p. 7-16, 2009.

\_\_\_\_\_; ALMEIDA, Ronaldo Romulo Machado de. O campo religioso brasileiro no limiar do século: problemas e perspectivas. In: RATTNER, Henrique (Org.). **Brasil no limiar do século XXI: Alternativas para a Construção de uma Sociedade Sustentável**. São Paulo: USP, 2000, p. 325-340.

MORENO, Montserrat. **Como se ensina a ser menina**. São Paulo: Moderna, 1999.

MORIN, Edgar. **Para onde vai o mundo?** 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao pensamento complexo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

MORO, Dalton Áureo. Desenvolvimento econômico e dinâmica da população no Paraná contemporâneo. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 1, n. 16, p. 1-55, 1998.

MOURA, Rosa; KLEINKE, Maria de Lourdes Urban. Especialidades de Concentração na Rede Urbana da Região Sul. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, n. 95, p. 3-25, 1999.

NOVAES, Regina. Juventude, religião e espaço público: exemplos “bons para pensar” tempos e sinais. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 184-208, 2012.

\_\_\_\_\_. Crenças religiosas e convicções políticas: fronteiras e passagens. In: FRIDMAN, **Política e Cultura: século XXI**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, p. 63-97.

\_\_\_\_\_. A divina política Notas sobre as relações delicadas entre religião e política. **Revista USP**, São Paulo, n. 49, p. 60-81, 2001.

OBERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Disponível em:

<[www.observatoriodasmetrolopes.net/download/relatorio\\_comcam.pdf](http://www.observatoriodasmetrolopes.net/download/relatorio_comcam.pdf)>. Acesso em: 30 jul. 2016.

ORO, Ari Pedro. CARVALHO JUNIOR, Erico Tavares de. Eleições gerais de 2014: Religião e Política no Rio Grande do Sul. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 16, n. 27, p. 145-171, 2015.

\_\_\_\_\_. A laicidade no Brasil e no Ocidente: Algumas considerações. **Civitas**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 221-237, 2011.

\_\_\_\_\_. Religiões e Eleições em Porto Alegre. Um comparativo entre 2000 e 2004. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 5, n. 6, p. 9-34, 2004.

PAEGLE, Eduardo Guilherme de Moura; KLUG, João; ASSMANN, Selvino José. A “marcha para Jesus” como rito de inversão: uma análise em Florianópolis. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, v. 21, n. 1, p. 25-33, 2010.

PAULA, Robson Rodrigues. "Os cantores do Senhor": três trajetórias em um processo de industrialização da música evangélica no Brasil. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 27, p. 55-84, 2007.

PIERUCCI, Antônio Flávio. A propósito do auto-engano em sociologia da religião. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 49, p. 99-117, nov. 1997.

\_\_\_\_\_. Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na Constituinte. In: PIERUCCI, Antônio Flávio; PRANDI, Reginaldo. **A realidade social das religiões no Brasil: religião, sociedade e política**. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 163-191.

PRANDI, Reginaldo. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 223-238, 2004.

PITREZ, Maria Claudia. O feriado de São Jorge e o Dia do Evangélico: Disputas políticas e religiosas em torno dos calendários cívicos do Rio de Janeiro. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 13, n. 21, p. 181-204, 2012.

PROCÓPIO, Carlos Eduardo Pinto. Quando a religião fica perto da política: o caso dos candidatos apoiados pelo Catolicismo Carismático nas eleições de 2014 no Brasil. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 16, n. 27, p. 199-232, 2015.

\_\_\_\_\_. **Perto da religião, perto da política: a participação do catolicismo carismático através da instituição, candidaturas e mídia nas eleições de 2010**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

RANQUETAT JUNIOR, Cesar Alberto. A presença da Bíblia e do crucifixo em espaços públicos no Brasil: religião, cultura e nação. ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto; CIPRIANI, Roberto; GIUMBELLI, Emerson (Orgs.). **A religião no espaço público: atores e objetos**. São Paulo: Terceiro Nome, 2012, p. 61-79.

\_\_\_\_\_. Laicidade, laicismo e secularização: definindo e esclarecendo conceitos. **Revista Sociais e Humanas**, Santa Maria, v. 21, p. 1-14, 2008.

RIBEIRO, Amanda; PÁTARO, Cristina Satiê de Oliveira; MEZZOMO, Frank Antonio. Religião e “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação (PNE). **Relegens Thréskeia**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 56-70, 2016.

RODRIGUES, Maria Lucia. Metodologia multidimensional em Ciências Humanas: um ensaio a partir do pensamento de Edgar Morin. In: RODRIGUES, Maria Lucia; LIMENA, Maria Margarida (Orgs.). **Metodologias multidimensionais em Ciências Humanas**. Brasília: Líber Livro, 2006, p. 13-32.

ROSADO-NUNES, Maria José Fontelas. A “ideologia de gênero” na discussão do PNE: a intervenção da hierarquia católica. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1237-1260, 2015.

ROSAS, Nina. Religião, mídia e produção fonográfica: o Diante do Trono e as disputas com a Igreja Universal. **Religião e Sociedade**, v. 33, n. 1, p. 167-193, 2013.

SANCHIS, Pierre. Peregrinação e romaria: um lugar para o turismo religioso. **Ciências Sociais y Religião/Ciências Sociais e Religião**, Porto Alegre, v. 8, n. 8, p. 85-97, 2006.

SANT’ANA, Raquel. A música gospel e os usos da “arma da cultura”. **INTRATEXTOS**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 23-41, 2013.

SANTIAGO, Mylene Cristina; SANTOS, Mônica Pereira dos; MELO, Sandra Cordeiro de. Plano Nacional de Educação (2014-2024): considerações omniléticas sobre o patrulhamento ideológico e as diferenças silenciadas. **Educação & Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 33, p. 65-83, 2016.

SANTOS JÚNIOR, Jair Elias. **A história da Câmara Municipal de Campo Mourão: 1947-1963**. Campo Mourão: Sisgraf, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Márcio Martins dos. “Tribunos do povo, servos de Deus”. Um estudo antropológico sobre políticos e religião na cidade de Porto Alegre. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, Recife, ano 12, v. 19, p. 201-239, 2008.

SERRA, Elpídio. **Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociência e Ciências Exatas, da Universidade Estadual de São Paulo-UNESP, Rio Claro, 1991.

SILVA, Ivaneti Pereira Martins da. **Dinâmica populacional e produção do espaço de Campo Mourão - PR: a espaço temporalidade de um núcleo polarizador**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2008.

SILVA, Bruno. **Partidos políticos e processo decisório em Araraquara-SP (1997-2008)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. UNESP, Araraquara, 2013.

SOFIATI, Flávio Munhoz. Perspectivas da laicidade no Brasil contemporâneo. **Contemporânea**, São Carlos, v. 5, n. 2, p. 327-350, 2015.

\_\_\_\_\_, **Religião e Juventude: os novos carismáticos**. 2 ed. São Paulo: Ideias e Letras/FAPESP, 2012.

SOUZA, Sandra Duarte de. Mulheres evangélicas na política: tensionamentos entre o público e o privado. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 13, n. 39, p. 1261-1295, 2015.

\_\_\_\_\_. “Não à ideologia de gênero!”. A produção religiosa da violência de gênero na política brasileira. **Estudos de Religião**, São Paulo, v. 28, n. 02, p. 188-204, 2014.

SPM/SEPP/MEC. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: Cepesc/ Brasília: SPM, 2009.

STEIL, Carlos Alberto; CARNEIRO, Sandra de Sá. Peregrinação, turismo e nova era: caminhos de Santiago de Compostela no Brasil. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 105-124, 2008.

TADVALD, Marcelo. A reinvenção do conservadorismo: os evangélicos e as eleições federais de 2014. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 16, n. 27, p. 259-288, 2015.

TREVISAN, Janine. A frente parlamentar evangélica: Força política no estado laico brasileiro. **Numen: Revista de Estudos e Pesquisa da Religião**, Juiz de Fora, v. 16, n.1, p. 581-609, 2013.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ – TER/PR. Zonas eleitorais. Disponível em: <<http://www.tre-pr.jus.br/>>. Acesso em: 26 nov. 2015.

\_\_\_\_\_. **Resultados de eleições municipais**. Disponível em: <<http://www.tre-pr.jus.br/eleicoes/resultados/resultados-de-eleicoes-municipais-tre-pr>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Registro da candidatura de Edilson Martins. Disponível em: <<http://divulgacand2012.tse.jus.br/divulgacand2012/abrirTelaPesquisaCandidatosPorUF.action?siglaUFSelecionada=PR#>>. Acesso em: 10 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Registro da candidatura de Toninho Machado. Disponível em: <<http://divulgacand2012.tse.jus.br/divulgacand2012/abrirTelaPesquisaCandidatosPorUF.action?siglaUFSelecionada=PR#>>. Acesso em: 10 set. 2016.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

VEIGA, Pedro da. **Campo Mourão: centro do progresso**. Maringá: Bertoni, 1999.

VITAL DA CUNHA, Christina; LOPES, Paulo Victor Leite. **Religião e Política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll/ISER, 2012.

YOKOO, Edson Noriyuki. **As dinâmicas de ocupação territorial na mesorregião centro-ocidental Paranaense**. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2013.

YURASSEK, Cleuza Proetti. **O carneiro no buraco: a constituição e instituição de um prato promocional do município de Campo Mourão – PR – 1990 a 2010**. TCC (Especialização em História e Humanidades). Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2011.